



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



**BENIGNA DE JESUS DA SILVA DA COSTA**

**DINÂMICAS ESPACIAIS E ECONÔMICAS NO CENTRO HISTÓRICO DE SÃO  
LUÍS – MA:** uma análise geográfica da economia criativa e do empreendedorismo  
urbano



São Luís  
2025

**BENIGNA DE JESUS DA SILVA DA COSTA**

**DINÂMICAS ESPACIAIS E ECONÔMICAS NO CENTRO HISTÓRICO DE SÃO LUÍS**

**– MA:** uma análise geográfica da economia criativa e do empreendedorismo urbano.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (DEGEO/PPGEO) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), como requisito para obtenção do título de mestre em Geografia.

Orientadora: Profa. Dra. Julia Kátia Borgneth Petrus

Linha de Pesquisa 2 – Produção do Espaço e Territorialidades

São Luís

2025

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).  
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

da Costa, Benigna de Jesus da Silva.

DINÂMICAS ESPACIAIS E ECONÔMICAS NO CENTRO HISTÓRICO DE  
SÃO LUÍS MA: : uma análise geográfica da economia  
criativa e do empreendedorismo urbano / Benigna de Jesus  
da Silva da Costa. - 2025.

138 p.

Orientador(a): Julia Katia Borgneth Petrus.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em  
Geografia, Universidade Federal do Maranhão, São Luis,  
2025.

1. Economia Criativa. 2. Empreendedorismo Urbano. 3.  
Patrimônio Cultural. 4. Geografia Urbana. 5. São Luís  
(ma). I. Petrus, Julia Katia Borgneth. II. Título.

**BENIGNA DE JESUS DA SILVA DA COSTA**

**DINÂMICAS ESPACIAIS E ECONÔMICAS NO CENTRO HISTÓRICO DE SÃO  
LUÍS – MA: uma análise geográfica da economia criativa e do empreendedorismo  
urbano**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (DEGEO/PPGEO) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), como requisito para obtenção do título de mestre em Geografia.

Aprovada em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Profa. Dra. Julia Kátia Borgneth Petrus** (Orientadora)

Doutora em Geografia, Planejamento Territorial e Gestão Ambiental pela  
Universidade de Barcelona (UB)  
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

---

**Prof. Dr. José Aquino Junior**

Doutorado em Geografia pela Universidade Federal do Paraná  
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

---

**Prof. Dr. Luiz Eduardo Neves dos Santos**

Doutorado em Geografia pela Universidade Federal do Ceará  
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

**AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus por guiar meus passos e me conceder força e sabedoria durante esta jornada.

Agradeço a Universidade Federal do Maranhão (UFMA) por proporcionar o ambiente acadêmico necessário para o desenvolvimento desta pesquisa.

Ao Grupo de Estudo em Urbanidades e Geotecnologia (UG), pela troca de conhecimento e pelo apoio indispensável ao longo deste trabalho.

Ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGGEO/UFMA), pela oportunidade de aprofundar meus estudos e contribuir para a área de conhecimento.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo suporte financeiro imprescindível para a realização deste estudo.

À minha orientadora, Prof. Dra. Júlia Kátia Borgneth de Petrus, pela orientação dedicada, pelos conselhos valiosos e pela inspiração constante. Ao Professor coordenador do PPGGEO e amigo Marcio Celeri por seu incentivo e amizade.

Ao meu querido esposo Jose Costa e minha filha Aline de Jesus, pelo amor incondicional, compreensão e apoio em todos os momentos.

À minha família, pelo incentivo, compreensão e suporte emocional ao longo dessa jornada acadêmica.

Por fim, agradeço a todos os amigos, colegas, e demais pessoas que direta ou indiretamente contribuíram para a realização deste trabalho.

A conservação e a recuperação do património histórico, arquitetónico e urbano, constitui, atualmente, um grande desafio para os governos do mundo inteiro.

(Choay, 2001).

## RESUMO

Esta dissertação analisa as dinâmicas da economia criativa e empreendedora no Centro Histórico de São Luís (MA), considerando o papel do patrimônio cultural como vetor de desenvolvimento socioeconômico e de revitalização urbana. O estudo objetivou investigar como as práticas empreendedoras locais se articulam às políticas públicas e às transformações espaciais recentes, destacando a contribuição dessas atividades para a preservação e requalificação do sítio histórico. A pesquisa adota abordagem qualitativa, com aplicação de questionários e observação de campo, buscando compreender as percepções dos microempreendedores sobre visibilidade institucional, oportunidades e desafios de permanência no território. Os resultados indicam que a economia criativa se consolida como alternativa de geração de renda e fortalecimento da identidade cultural, embora limitada por carências estruturais e pela baixa integração com políticas de apoio efetivas. Conclui-se que o Centro Histórico de São Luís expressa uma territorialidade viva, onde economia, cultura e espaço se entrelaçam, configurando um campo fértil para o planejamento urbano sustentável e inclusivo, ainda que os seus usuários percebam a ausência/deficiência de ações do Estado em suas várias instâncias que potencializem as atividades empreendedoras.

Palavras-chave: economia criativa; empreendedorismo urbano; patrimônio cultural; geografia urbana; São Luís (MA).

## **ABSTRACT**

This dissertation analyzes the dynamics of the creative and entrepreneurial economy in the Historic Center of São Luís, Maranhão, considering the role of cultural heritage as a driver of socioeconomic development and urban revitalization. The study aimed to investigate how local entrepreneurial practices intersect with public policies and recent spatial transformations, highlighting the contribution of these activities to the preservation and redevelopment of the historic site. The research adopts a qualitative approach, using questionnaires and field observations, seeking to understand microentrepreneurs' perceptions of institutional visibility, opportunities, and challenges of remaining in the area. The results indicate that the creative economy is consolidating itself as an alternative for generating income and strengthening cultural identity, although limited by structural deficiencies and limited integration with effective support policies. The conclusion is that the Historic Center of São Luís expresses a vibrant territoriality, where economy, culture, and space intertwine, constituting a fertile ground for sustainable and inclusive urban planning, even though its users perceive the absence or deficiency of government actions at its various levels that enhance entrepreneurial activities.

**Keywords:** creative economy; urban entrepreneurship; cultural heritage; urban geography; São Luís (MA).



## LISTA DE FIGURAS

Figura 1	– Indústrias criativas – modelo de UNCTAD	25
Figura 2	– Participação do PIB Criativo no PIB nacional (2004 a 2020)	28
Figura 3	– Taxa de participação por UF no PIB Criativo (2017, 2019 e 2020) (A) e Taxa de empregados Criativos por UF (2017, 2019 e 2020) (B)	29
Figura 4	– Mapa do Centro Histórico de São Luís	38
Figura 5	– Área de tombamento do Centro Histórico de São Luís	39
Figura 6	– Economia criativa no Centro Histórico de São Luís – Nosso Centro	50
Figura 7	– Economia criativa no Centro Histórico de São Luís	51
Figura 8	– Ambientes da Feirinha, expressando diversos aspectos do empreendedorismo em São Luís	52
Figura 9	– Casa das Tulhas	53
Figura 10	– Bairro da Praia Grande, situado no Centro Histórico contemplado pelas ações do Projeto Reviver	64
Figura 11	– Aspecto do Anel Viário	65
Figura 12	– Vista aérea do Terminal e Parque Urbano de São Luís após reestruturação de 2022	67
Figura 13	– Vista panorâmica da Praça da Saudade, na Madre Deus	68
Figura 14	– Vista da Praça da Misericórdia	70
Figura 15	– Zona comercial	77
Figura 16	– Estabelecimentos comerciais visitados	79
Figura 17	– Distribuição espacial do tempo do negócio	81
Figura 18	– Distribuição espacial do ramo de atividade e serviços oferecidos	83
Figura 19	– Os empreendimentos formais e informais no Centro Histórico de São Luís - MA	86
Figura 20	– Distribuição espacial dos empreendimentos por porte	89
Figura 21	– Distribuição espacial dos fatores que motivaram o negócio	93

Figura 22	– Distribuição espacial do Sentimento do empreendedor pelo Centro Histórico	97
Figura 23	– Distribuição espacial das opiniões sobre a importância do Centro Histórico	100
Figura 24	– Distribuição espacial das opiniões sobre o que o Centro Histórico representa	104
Figura 25	– Distribuição espacial das atividades empreendedoras e criativas instaladas no Centro Histórico de São Luís	107
Figura 26	– Distribuição espacial das opiniões sobre a existência de investimentos	112
Figura 27	– Oportunidades de estudo sobre empreendedorismo criativo ou <i>e-commerce</i>	115
Figura 28	– Participação em atividades criativas	117
Figura 29	– Distribuição espacial sobre o que falta para melhorar o desenvolvimento de sua atividade	120

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	– Tempo do negócio	82
Gráfico 2	– Ramo de atividade	86
Gráfico 3	– Porte no negócio	92
Gráfico 4	– Fatores que motivaram o negócio	95
Gráfico 5	– Sentimento pelo Centro Histórico	99
Gráfico 6	– Importância do Centro Histórico	102
Gráfico 7	– O que o Centro Histórico representa para você?	106
Gráfico 8	– Existência de investimentos	114
Gráfico 9	– Participação em atividades criativas	119
Gráfico 10	– O que falta para melhor desenvolvimento de sua atividade	122

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APMCH	Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico
BA	Bahia
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CD's	Compact Disc
CNRC	Centro Nacional de Referência Cultural
CRESOL	Centro de Referência Estadual de Economia Solidária do Maranhão
DF	Distrito Federal
DPHAN	Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
ENMCH	Encontro Nacional de Municípios com Centro Histórico
EPP	Empresa de Pequeno Porte
F.O.F.A.	Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças
FIRJAN	Federação das Indústrias do Rio de Janeiro
FSL	Feira de São Luís
IAPMEI	Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e Inovação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICOMOS	Conselho Internacional de Monumentos e Sítios
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
LED	Light Emitting Diode
MA	Maranhão
MDE	Modelo Digital de Elevação
ME	Microempresa
MEI	Microempreendedores Individuais
MG	Minas Gerais
MinC	Ministério da Cultura
MONUMENTA	Programa de Preservação do Patrimônio Histórico Urbano
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONG's	Organizações não-governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento

PCH	Programa das Cidades Históricas
PE	Pernambuco
PI	Piauí
PIB	Produto Interno Bruto
PME	Pequenas e Médias Empresas
PNPEC	Programa Nacional de Promoção da Economia Criativa
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPGGEO	Programa de Pós-Graduação em Geografia
REABI	Projeto de Reabilitação do Centro Histórico de São Luís
RJ	Rio de Janeiro
RS	Rio Grande do Sul
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEMAPA	Secretaria de Agricultura, Pesca e Abastecimento
SEMPE	Secretaria Municipal de Projetos Especiais
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SESC	Serviço Social do Comércio
SESI	Serviço Social da Indústria
SIG	Sistema de Informação Geográfica
SIMPLES	Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte
SLZ	São Luís
SP	São Paulo
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
SRTM	Shuttle Radar Topography Mission
UB	Universidade de Barcelona
UF	Unidades da Federação
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UNCTAD	Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
ZPH	Zona de Preservação Histórica

## SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	14
2	CULTURA, ECONOMIA EMPREENDEDORA E CRIATIVA EM TEMPOS DO DIGITAL.....	20
2.1	Economia criativa: discutindo conceitos .....	23
2.2	Rede das cidades criativas da UNESCO e do Brasil.....	29
2.3	Os Centros Históricos no mundo e no Brasil.....	32
2.4	Passado, presente e futuro do Centro Histórico de São Luís.....	37
2.5	Revitalização urbana em cidades criativas.....	41
2.6	Iniciativas comunitárias e ONG's.....	45
2.7	Valorização do patrimônio cultural do Centro Histórico de São Luís.....	47
2.8	Nos meandros do Centro Histórico e sua economia criativa .....	58
2.9	O termo “Reviver” associado aos projetos de reforma e reestruturação do Centro Histórico de São Luís .....	63
2.10	O conceito de Anel Viário no contexto da reforma de cidades históricas.....	65
2.11	A Praça da Saudade.....	67
2.12	A Praça da Misericórdia .....	69
2.13	A Praça Deodoro .....	71
3	METODOLOGIA .....	72
3.1	Método de abordagem .....	72
3.2	Procedimentos metodológicos .....	73
3.3	Caracterização geográfica da área de estudo.....	76
4	O DITO E O NÃO DITO PELOS PROPRIETÁRIOS E USUÁRIOS DO CENTRO HISTÓRICO DE SÃO LUÍS.....	76
4.1	Segmento 1 – Conhecendo a área de estudo .....	76
4.1.1	Tempo de atividade dos empreendimentos.....	80
4.1.2	Ramo de atividades, serviços ou produtos oferecidos.....	82
4.1.3	Classificação do empreendimento quanto à formalização.....	85
4.1.4	Modalidade/Porte dos empreendimentos.....	88
4.1.5	Fatores relacionados à escolha do Centro Histórico de São Luís para empreender.....	92
4.2	Segmento 2 – Relacionamento patrimonial com o Centro Histórico e a Economia Criativa.....	96
4.2.1	Sentimento do empreendedor em relação ao Centro Histórico de São Luís.....	96
4.2.2	Importância do Centro Histórico de São Luís como Patrimônio Cultural da Humanidade.....	99
4.2.3	O que o Centro Histórico representa para você?.....	103
4.2.4	Atividades empreendedoras e criativas que estão instaladas no Centro Histórico de São Luís.....	106
4.2.5	Existem investimentos financeiros por parte das autoridades para incentivar o empreendedorismo criativo .....	111
4.2.6	Oportunidades de estudo sobre empreendedorismo criativo ou e-commerce (comércio virtual), ofertadas pelo poder público .....	114
4.2.7	Participação em cursos, palestras ou outros eventos motivadores para permanência na atividade.....	117

4.2.8	O que falta para melhor desenvolvimento de sua atividade empreendedora? .....	119
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	122
	REFERÊNCIAS .....	125
	APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO.....	136

## 1 INTRODUÇÃO

A Geografia, ciência que estuda a relação entre o homem e o meio ambiente, trata das inter-relações entre sociedade, cultura, economia e espaço, de forma a compreender como as práticas socioculturais e as identidades, são espacialmente distribuídas e como influenciam a paisagem cultural.

As cidades em suas perspectivas geográficas, são condicionadas dentro da dimensão espacial, como uma realidade material; esta realidade se revela através do conteúdo das relações sociais que moldam sua forma. Essa concepção da cidade como uma construção humana é para Carlos (2007) fruto da evolução histórico-social.

Nesse contexto, a cidade se revela como um trabalho materializado ao longo de várias gerações, resultado das interações da sociedade com a natureza (Carlos, 2007). Essa construção representa a expressão e significado da vida humana, refletindo-se na história da cidade como uma obra e produto concreto do espaço, através de um processo histórico cumulativo, revelando ações do passado enquanto tece o futuro no presente. Nessa condição, a cidade desvenda, nas possibilidades do presente, a vida cotidiana em seu constante desenvolvimento.

No âmbito dessa perspectiva, as “raízes” das cidades (os Centros Históricos) se revelam como produto material das relações sociais do passado em destaque no “tecido” presente, podendo-se dizer que os Centros Históricos são a identidade das cidades ao longo do processo cumulativo. Dessa forma, os Centros Históricos, como espaço da cidade, abrigam patrimônio cultural, arquitetônico e histórico, que reflete a trajetória e evolução das cidades ao longo dos séculos.

Nessas regiões, encontram-se edifícios, monumentos, ruas e praças, que remontam períodos históricos distintos, encontrados em vários países em seus mais diferentes estágios e processos frente à modernização das cidades, isto é, um espaço de contradições urbanas, que, de acordo com Sebastião (2010, p. 8), “[...] o Centro Histórico de uma cidade é, em regra geral, a área mais antiga” que, ao longo do tempo passou por alterações de diferentes intensidades, como alargamento de ruas, demolição de prédios antigos e construção de outras edificações com características arquitetônicas e construtivas diferentes daquelas originalmente existentes.

Pimentel (2015) em seu estudo caracteriza o Centro Histórico de Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro (RJ), como uma área em constante transformação, caracterizada por uma série de conflitos e disputas territoriais. De um lado, se



encontram os comerciantes tradicionais que atuam no local há mais de quarenta anos, desenvolvendo suas atividades comerciais. De outro lado, as iniciativas municipais que buscam dar novas funções ao espaço urbano, promovendo obras que alteram os lugares de memória e identidade dos habitantes. Essas duas forças coexistem, gerando tensões e desafios na busca por um equilíbrio entre a preservação da tradição e a necessidade de renovação para o progresso da cidade.

No caso do Centro Histórico de São Luís, ocorre essa mesma realidade, confirmada em nossa pesquisa de campo, que aponta o embate entre jovens e adultos que defendem o espaço onde habitam como sendo seus e que precisam defendê-lo das investidas dos governos constituídos (municipal e/ou estadual), em nome da modernização. De forma que essa caracterização se adequa às contextualizações tratadas aqui, inclusive, trabalhando-se a perspectiva de ‘quando a economia e a cultura, são um patrimônio cultural’.

O Centro é um espaço cultural vivo que preserva práticas culturais imateriais importantes, como o bumba-meu-boi e o tambor de crioula, evidenciando a riqueza cultural maranhense (SETUR-MA, 2024). Assim, o Centro Histórico de São Luís representa não apenas um patrimônio arquitetônico, mas também um símbolo da identidade cultural e histórica da cidade e do estado do Maranhão, fundamental para o turismo cultural e a valorização das tradições locais.

As funções sociais, atividades econômicas e a forma como a sociedade produz, distribui e consome bens e serviços estão profundamente entrelaçadas com os valores culturais, práticas e crenças, que influenciam a economia, moldam as preferências e os padrões de consumo de uma sociedade.

Os Centros Históricos estão inseridos nessas relações, como patrimônio cultural, pois agregam diversas dinâmicas urbanas, como fonte de expressão do Empreendedorismo e da Economia criativa.

Para Silva (2018), os centros urbanos, onde estão inseridos os Centros Históricos, se destacam pela sua homogeneidade, atribuindo-lhes valores culturais, históricos, arquitetônicos e até mesmo afetivos, o que resulta na formação de uma memória que merece ser preservada, consolidando-se como lugares simbólicos de identidade, fortalecimento da história local, universo simbólico e memória coletiva. Por outro lado, conforme argumenta Sebastião (2010, p. 18), “[...] muitos dos Centros Históricos abrangem uma variedade de atividades e funções sociais, cívicas, habitacionais e patrimoniais que impulsionam a vida urbana, realizadas pelas

idades”.

Por sua vez, dentro dessas atividades e funções sociais, tem-se a atividade empreendedora, que, com o advento da globalização, se tornou cada vez mais presente no cotidiano da população, sobretudo, aquelas relacionadas com o tecido urbano, associadas às relações socioespaciais de topofilia e pertencimento culturais, espaços, territórios no seio urbano (Siffert-Siffert *et al.*, 2022).

Nessa vertente, destaca-se o empreendedorismo cultural urbano que Domingues e Albanati (2016) expõem como a existência simultânea de papéis entre as formas produtoras de cultura e os mecanismos contemporâneos de gestão das cidades, além da ressignificação e transformação dos espaços por meio do planejamento urbano. É válido lembrar que o conjunto de atividades vinculadas ao empreendedorismo cultural têm sido atreladas às chamadas cidades criativas, conceito que surgiu no final do século XX, no contexto das transformações econômicas e culturais provocadas pela globalização e pela emergência da chamada economia do conhecimento.

A ideia foi amplamente difundida por Charles Landry (2000), que propunha que as cidades devem utilizar o potencial criativo de seus habitantes para solucionar problemas urbanos e promover o desenvolvimento sustentável. Posteriormente, Richard Florida (2003), em *The Rise of the Creative Class*, ampliou o debate ao associar o crescimento econômico à presença de uma “classe criativa” profissionais ligados à inovação, cultura e tecnologia, cuja concentração em determinados territórios impulsiona a competitividade e a vitalidade das cidades.

Diante dessa perspectiva, as cidades criativas que incentivam a economia e o empreendedorismo, atribuindo aos seus centros históricos funções que extrapolam ao recebimento de visitas turísticas, fortalecendo a identidade cultural, atraindo investimentos e gerando empregos. No âmbito dessa discussão, o Centro Histórico de São Luís, situado na Ilha do Maranhão (MA), que abriga variedade arquitetônica e cultural que remontam o século XVII, com importância reconhecida pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) como Patrimônio Cultural da Humanidade em 1997 e também agrega funções sociais como a economia criativa.

A escolha do recorte se justifica pela expressividade que o conjunto arquitetônico e urbano de São Luís oferece com a Paisagem Urbana Histórica representando uma síntese da política de salvaguarda da cidade Patrimônio Cultural

da Humanidade. Para além dessa argumentação, a área em questão se coloca na encruzilhada das relações de domínio que possam existir, percebidas nas presenças e ausências do cidadão local na produção do espaço urbano e em algumas especificidades de uso e de troca conduzidos pelos processos econômicos e políticos vigentes.

A partir das afirmativas acima, toma-se como pressuposto desta pesquisa que houve maior intensividade da Economia Criativa e Microempreendedora no Centro de São Luís-Maranhão nos últimos anos, favorecendo maior visibilidade da economia e identidade local, por meio das Políticas Públicas implementadas, a exemplo do Programa Nosso Centro, que:

[...] Objetivou tornar o Centro Histórico de São Luís referência em renovação e desenvolvimento sustentável, preservando seu valor histórico e cultural. Desde o início do programa, mais de 23 casarões foram reformados, dando lugar a moradias, escolas e empreendimentos comerciais (Maranhão, 2023, p. 1).

De acordo com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN, (2014), a cidade de São Luís teve seu núcleo original fundado pelos franceses em 1612, na confluência dos rios Bacanga e Anil, local onde se estabeleceu uma malha urbana marcada pela arquitetura civil de influência portuguesa e pela homogeneidade de seu traçado. Essa formação histórica e cultural contribuiu para a construção de uma identidade urbana singular, na qual o patrimônio arquitetônico e as manifestações culturais se articulam como elementos fundamentais para o fortalecimento do empreendedorismo local e para a valorização das atividades culturais que movimentam a economia criativa e o turismo, reforçando a importância de integrar a preservação histórica às dinâmicas socioeconômicas contemporâneas da cidade.

O presente estudo tem como objetivo geral analisar as atividades microempreendedoras e criativas desenvolvidas no Centro Histórico do município de São Luís, Maranhão. Como objetivo específico, buscou-se compreender os significados atribuídos aos conceitos de Economia Criativa e Empreendedorismo nas interações sociais entre o governo, o empresariado e os microempreendedores locais. Ademais, buscou-se evidenciar as contradições e desafios decorrentes da conservação, manutenção e especulação imobiliária na área histórica, sobretudo no que tange à interface com o empreendedorismo local. Por fim, pretende-se identificar

as percepções e discursos dos sujeitos atuantes no Centro Histórico que mantêm estabelecimentos comerciais classificados como empreendimentos criativos, contribuindo para a revitalização cultural e econômica do território, conforme a dinâmica observada em São Luís e relatada em recentes programas municipais e estaduais que valorizam a economia criativa associada à preservação do patrimônio cultural.

Para alcançar os objetivos acima, a presente dissertação foi organizada em 5 capítulos. No capítulo I em que são apresentadas a Introdução e os objetivos, são expostos os fundamentos teóricos que orientam a pesquisa, delineando as categorias de análise e contextualizando o objeto de estudo no campo da Geografia Urbana. Também são apresentados o problema de pesquisa, os objetivos geral e específicos, bem como a justificativa que sustenta a relevância científica e social da investigação.

No Capítulo 2, intitulado “Cultura, Economia Empreendedora e Criativa em Tempos do Digital” são abordadas as bases conceituais da economia criativa e do empreendedorismo urbano, articulando-as à valorização cultural e à reconfiguração dos centros históricos nas cidades contemporâneas. Discute-se ainda a inserção de São Luís no contexto das cidades criativas, considerando as políticas públicas, as transformações socioespaciais e as práticas culturais associadas à economia simbólica.

No Capítulo 3, são apresentados os Procedimentos Metodológicos, descrevendo-se os métodos e técnicas empregados na pesquisa, com destaque para a abordagem qualitativa, a aplicação de questionários e as observações de campo realizadas no Centro Histórico de São Luís. São detalhados o recorte espacial, o universo investigado e os instrumentos utilizados para a coleta e análise dos dados empíricos.

No Capítulo 4 – O Dito e o Não Dito dos Proprietários e Usuários do Centro Histórico de São Luís – são apresentados e interpretados os resultados da pesquisa de campo, evidenciando as percepções, desafios e estratégias de sobrevivência dos microempreendedores criativos instalados na área estudada. As análises buscam compreender as relações entre território, cultura e economia, revelando as formas de apropriação e permanência no espaço histórico.

Por fim, o Capítulo 5 – Considerações Finais sintetiza as principais conclusões do estudo, retomando os objetivos propostos e refletindo sobre as contribuições teóricas e empíricas alcançadas. Também são indicadas possíveis

perspectivas de continuidade da pesquisa, com vistas ao aprofundamento das discussões sobre a economia criativa e o planejamento urbano sustentável em cidades patrimoniais.

## **2 CULTURA, ECONOMIA EMPREENDEDORA E CRIATIVA EM TEMPOS DO DIGITAL**

O entrelaçamento entre cultura, Economia empreendedora e criativa reflete a constante evolução da sociedade, visto que a Cultura, longe de ser estática, é influenciada e moldada por forças econômicas e inovadoras, caracterizando-se como um produto dessas interações. Cultura é um conjunto de valores, crenças, costumes, práticas, conhecimentos e comportamentos compartilhados por um grupo de pessoas e transmitidos de geração em geração. Segundo Geertz (1989, p. 41), “[...] a cultura é a mediação entre o poder e o objetivo de sua ação”. Passa a ser vista como um conjunto de significados transmitidos historicamente, ou seja, incorporados através de símbolos que se materializam em comportamentos.

A relação entre Cultura e Economia é multifacetada, refletindo como os valores, crenças e práticas culturais influenciam e são influenciados pela atividade econômica. As culturas incentivam a inovação e o empreendedorismo bem como a valorização da criatividade que podem fomentar o surgimento de novas empresas. Normas culturais influenciam a estrutura e a dinâmica do mercado de trabalho, como, por exemplo, culturas com fortes laços familiares podem ter práticas de emprego que favorecem a contratação de parentes, enquanto outras podem valorizar a meritocracia.

A cultura é um motor significativo da economia criativa, que inclui indústrias como artes, música, cinema, *design* e moda. Essas indústrias não só contribuem para o Produto Interno Bruto (PIB), mas também promovem a identidade cultural e a diversidade. A riqueza cultural de uma área pode atrair turistas, gerando receita e emprego.

As práticas culturais influenciam a forma como os recursos naturais são utilizados e preservados e algumas culturas têm tradições de manejo sustentável dos recursos, que podem ser fundamentais para o desenvolvimento sustentável, e podem ser moldadas por valores culturais. Por exemplo, em algumas sociedades, pode haver maior aceitação de políticas de redistribuição de renda ou de protecionismo

econômico com base em valores de equidade e solidariedade.

Bourdieu (1986) argumenta que os sistemas culturais são frequentemente refletidos nas estruturas econômicas, onde a distribuição de capital cultural pode ser paralela às de capital econômico. Essa perspectiva é reforçada por Lash e Urry (1994), que sublinham como as indústrias culturais são integradas e fundamentais à economia global. Florida (2003) leva essa análise adiante, propondo que a economia criativa e as indústrias culturais<sup>1</sup> não apenas refletem, mas também moldam e impulsionam o desenvolvimento econômico.

Segundo Schumpeter (1949), a noção de “destruição criativa” é central no Empreendedorismo, onde novas ideias e inovações desafiam e redefinem as normas culturais e os mercados existentes. Essa dinâmica é evidenciada na ascensão de *startups*<sup>2</sup> focadas em tecnologia e mídia, as quais, conforme descrito por Ries (2011), no método “*Lean Startup*”, transformam radicalmente o consumo cultural e as práticas de produção.

Para Castells (2001), a democratização da tecnologia e da informação, potencializada pela internet e redes sociais e serve como catalisador para essa transformação. Porém, esses instrumentos que ampliam o acesso ao conhecimento e às formas de comunicação, configurando um ambiente favorável à inovação e à participação social, podem gerar tensões e contradições. A globalização tende a promover a homogeneização cultural, reduzindo a visibilidade das expressões locais e tradicionais diante da lógica dominante da cultura digital global. Por este viés, o empreendedorismo no ambiente das culturas tradicionais, pode inserir elementos novos e as encaminhar para a homogeneização, como tem ocorrido em São Luís com grupos de Bumba-meu-boi.

A interação entre Cultura, Economia e Empreendedorismo não está isenta de desafios, quanto às questões relacionadas à sustentabilidade, equidade e

---

<sup>1</sup> O termo *indústrias culturais* refere-se ao conjunto de atividades voltadas à produção, distribuição e consumo de bens simbólicos em escala industrial, como cinema, música, rádio, televisão, editorial e artes visuais. Embora tenha origem nos estudos da Escola de Frankfurt, com Adorno e Horkheimer (1947), o conceito foi posteriormente revisitado e ampliado para compreender as dinâmicas contemporâneas da cultura na economia global. Segundo Hesmondhalgh (2013), as indústrias culturais englobam os sistemas de criação e circulação de produtos culturais mediados por tecnologias e por estruturas de mercado, sendo hoje centrais na economia digital e nas políticas culturais. Assim, o termo passou a designar não apenas a padronização criticada pelos frankfurtianos, mas também o potencial de inovação, diversidade e geração de valor simbólico e econômico.

<sup>2</sup> Segundo Ries (2011, p. 25), em *The Lean Startup*, trata-se de “[...] uma organização temporária criada para desenvolver um produto ou serviço inovador sob condições de extrema incerteza”, cujo objetivo é aprender rapidamente o que o mercado realmente demanda, reduzindo riscos e desperdícios.

diversidade cultural podendo ensejar ao que Tomlinson (1999, p. 12), enfatiza como,

Homogeneização cultural e à perda de identidades locais. O futuro, portanto, exige um equilíbrio cuidadoso entre a promoção do crescimento econômico e a preservação da diversidade cultural. A cultura, moldada por forças econômicas e empreendedoras, é um campo dinâmico que reflete as complexidades e a evolução da sociedade humana.

As inter-relações entre empreendedorismo, cultura e criatividade ampliam as possibilidades de compreensão da cultura como um componente dinâmico da economia contemporânea. Com o avanço das tecnologias digitais, os processos de produção, circulação e consumo cultural foram profundamente modificados, resultando em novas formas de interação entre produtores e públicos. Essas transformações têm impactado diretamente o comércio e as indústrias culturais, tornando-as mais diversificadas, conectadas e dependentes da inovação tecnológica como fator de competitividade e sustentabilidade econômica.

Manovich (2001) destaca que o software se tornou o principal meio de produção e consumo cultural na era digital, transformando profundamente os modos de criação, distribuição e recepção das obras culturais. Jenkins (2006) amplia essa discussão ao abordar a cultura participativa, na qual as tecnologias digitais possibilitam e incentivam a atuação ativa dos usuários na produção e circulação de conteúdos. A articulação entre essas perspectivas evidencia o papel central dos algoritmos na mediação dessas práticas, uma vez que eles direcionam e moldam o acesso, a visibilidade e até mesmo as tendências da produção cultural, respondendo às demandas e padrões de engajamento do público. Diante dessa perspectiva, ressalta-se que os algoritmos não apenas organizam o fluxo de informações, mas também influenciam os processos criativos e as dinâmicas de consumo cultural na sociedade conectada.

A economia aqui analisada como um conjunto de atividades econômicas baseadas na criatividade, cultura e conhecimento, que tem valor econômico, cultural e social por meio da oferta de produtos e serviços – criativa é – artesanato, design, moda, audiovisual, música, jogos, gastronomia, tecnologia entre – gerando emprego, renda e diversidade cultural com valorização do capital intelectual.

Ressalta-se que, diante dos processos típicos da globalização, a economia criativa tem sido profundamente afetada pela tecnologia digital, visto que as

plataformas digitais, como *Spotify*, *Netflix*, *Amazon*, *Facebook*, *Instagram* e *TikTok* transformaram os modelos de negócios das indústrias de música, cinema, mídias sociais e literatura. Botsman e Rogers (2010) argumentam que a “economia compartilhada” e o consumo colaborativo são aspectos-chave da economia criativa digital, redefinindo as relações entre produtores, consumidores e obras culturais.

O empreendedorismo digital também tem desempenhado papel fundamental na formação de novos empreendimentos culturais, ainda que haja fortes críticas sobre o tipo de conteúdo produzido. Empresas emergentes, muitas vezes impulsionadas por inovações tecnológicas, estão criando formas de experiências culturais. Tapscott e Williams (2008) discutem como o modelo de “*wikinomics*” – colaboração em massa propiciada pela tecnologia pode ser aplicado para inovações no setor cultural.

Castells (2001) analisa como a internet pode oferecer um espaço para a expressão de culturas marginais e sub-representação, por outro lado, adverte contra a centralização do poder na era digital, que pode levar à dominação cultural e à homogeneização, em contraste com a descentralização e a diversificação cultural.

Contudo as oportunidades, geradas na integração da tecnologia na cultura e na economia criativa apresentam desafios, como a relativa perda de privacidade, riscos na propriedade intelectual e a crescente disparidade no acesso às tecnologias que nem sempre estão alcance das mãos de todos; alguns não a têm, alguns sabem utilizar e outros não sabem, enfim, há que se dar atenção a uma abordagem equilibrada das tecnologias que valorize tanto a inovação tecnológica quanto a preservação da diversidade cultural e a inclusão social.

A Tecnologia transformou profundamente o campo cultural e econômico, introduzindo novas formas de produção, consumo e interação com a cultura. À medida que avançamos, é essencial que tanto os criadores quanto os reguladores do uso das tecnologias se adaptem a essas mudanças, assegurando que a cultura continue a prosperar em um ambiente digital cada vez mais interconectado.

No campo do Empreendedorismo e da Economia criativa cada vez mais os sujeitos empreendedores estão se envolvendo com as tecnologias digitais, para fazerem seus negócios prosperarem.



## 2.1 Economia criativa: discutindo conceitos

De acordo com a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD, 2018), a economia criativa compreende um conjunto de atividades econômicas fundamentadas na criatividade, nas habilidades e nos talentos individuais, as quais possuem elevado potencial para gerar renda, empregos e inclusão social por meio da valorização e exploração da propriedade intelectual. Esse setor abrange uma ampla diversidade de indústrias como artes visuais, design, música, audiovisual, publicidade, moda, arquitetura e tecnologias da informação que transformam ideias e expressões culturais em produtos e serviços de valor econômico e simbólico.

Impulsionada pela inovação e pela capacidade de transformar ideias em produtos e serviços de valor inovador, a Economia criativa gera novas ideias e conceitos, alguns intangíveis como direitos autorais, patentes, marcas e design. A maioria tem um apelo global, em função das tendências globais e o intercâmbio cultural.

Hesmondhalgh e Pratt (2007, p. 24) destacam que

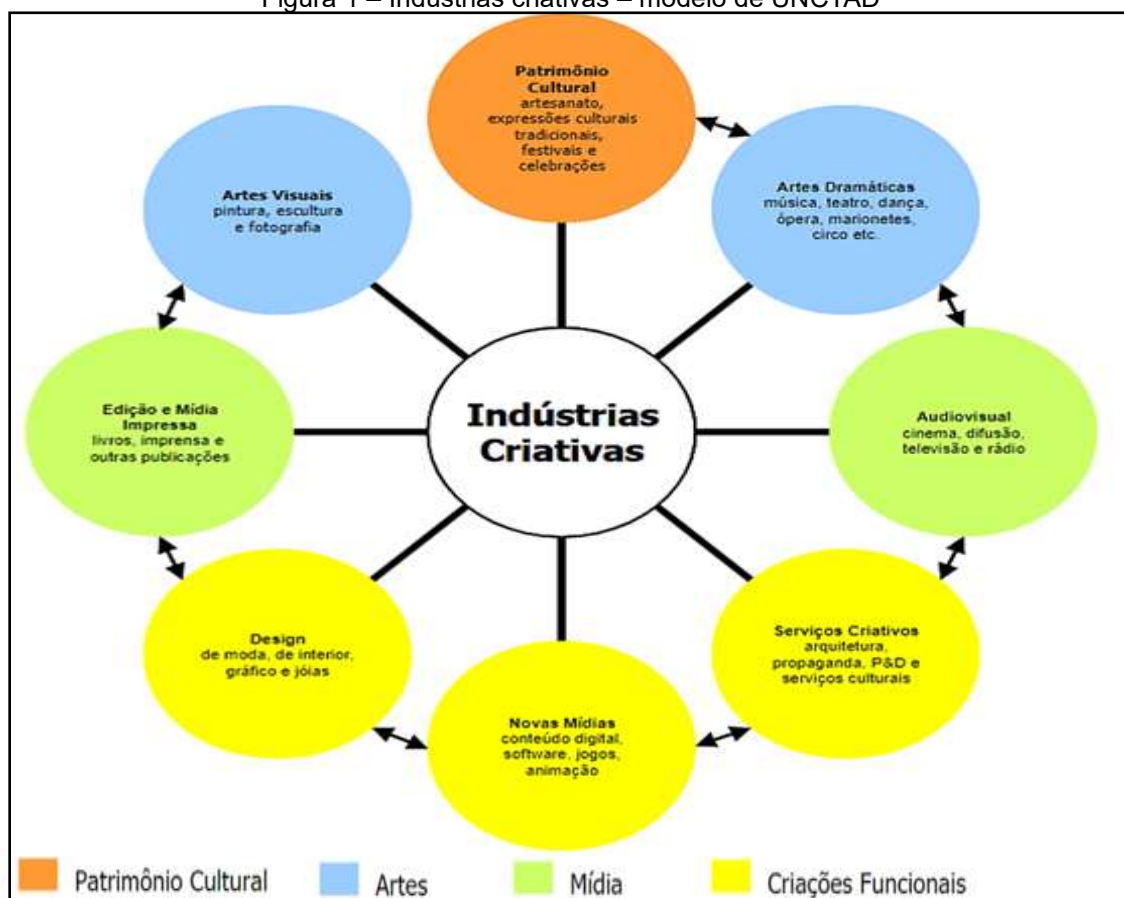
A economia criativa ganhou destaque nas últimas décadas, baseada na ideia de que o conhecimento e a criatividade são os principais motores da prosperidade e do crescimento econômico. Este conceito, embora não seja novo, foi revitalizado e reinventado para se adaptar ao clima econômico contemporâneo e às inovações tecnológicas.

A Economia criativa é uma expressão popularizada pelo Relatório de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2004), quando se refere ao papel dos bens e serviços criativos como catalisadores do crescimento econômico. Howkins (2002) é frequentemente creditado por popularizar a expressão “economia criativa”, em seu livro *“The creative economy: how people make money from ideas”*, onde destaca as ideias criativas são bens comerciais valiosos. Ele argumenta que a propriedade intelectual, mais do que os recursos físicos ou financeiros, é a moeda principal da economia moderna.

Define a economia criativa como uma interseção entre criatividade, economia e tecnologia, moldando novas oportunidades e desafios para a produção cultural. Esse setor não apenas contribui significativamente para o PIB mundial, como também representa um campo fértil para o desenvolvimento cultural e inovação (Howkins 2002, p. 65).

A Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD, 2018), afirma que as indústrias criativas representam uma porcentagem significativa do PIB mundial, além de uma considerável força de trabalho no Brasil. Meleiro e Fonseca (2012) discutem a Economia Criativa em aspectos globais, no artigo “Economia criativa: uma visão global”, apresentando em sua análise vários modelos de indústria criativa, dentre eles, o modelo UNCTAD, adaptado pelos autores (Figura 1).

Figura 1 – Indústrias criativas – modelo de UNCTAD



Fonte: Meleiro e Fonseca (2012, p. 22).

Florida (2003), em sua obra “*The rise of the creative class*”, articula a importância dos centros urbanos como caldeirões de inovação e criatividade. Para ela, as cidades que cultivam talentos criativos, incentivam a diversidade e oferecem um ecossistema inovador tornando-se líderes em prosperidade econômica e essa transformação na economia exige repensar as Políticas Públicas e empresariais.

No entanto, para Caves (2009) a importância de infraestrutura, educação e investimento em inovação é que alimenta a economia criativa, argumenta ainda que uma abordagem multifacetada é vital para maximizar o potencial de crescimento da

economia baseada na criatividade, alimentados por uma série de elementos-chave que são centrais para sua definição e operação, dentre eles a inovação que é o coração pulsante da economia criativa.

A inovação não é apenas sobre a criação de algo novo, mas também sobre a aplicação eficiente de novas ideias na prática. Trata-se de um processo contínuo que envolve o refinamento e a evolução das ideias existentes para atender às demandas em constante mudança do mercado (Caves, 2009, p. 16).

Pratt e Jeffcutt (2009) entendem que a criação coletiva e a colaboração interdisciplinar são as forças motrizes por trás da inovação neste campo da economia. Empresas, indivíduos e até mesmo países estão buscando maneiras de colaborar e compartilhar conhecimento e recursos para impulsionar a inovação e a criação de valor.

A sustentabilidade é outro conceito emergente no que tange à Economia criativa. Landry (2008, p. 53) destaca que,

A economia criativa não é apenas uma via para o crescimento econômico, mas também um instrumento vital para alcançar a sustentabilidade social e ambiental, argumentando que as práticas criativas podem resolver problemas complexos relacionados à sustentabilidade e promoção do desenvolvimento sustentável.

O conceito de talento criativo, popularizado por Florida (2003), argumenta que os indivíduos criativos são o recurso mais valioso na economia criativa. A capacidade de atrair, reter e cultivar talentos criativos é vista como uma vantagem competitiva significativa para as cidades e nações na economia global.

O ecossistema de inovação é outro aspecto vital, conforme detalhado por Cooke e Lazzeretti (2008), quando referem que a economia criativa não opera no vácuo; é alimentada por um ecossistema vibrante que inclui educação, governo, negócios e sociedade civil; e a sinergia entre esses diferentes setores é crucial para nutrir e sustentar a economia criativa.

Nas áreas urbanas é possível observar uma fusão sinérgica entre o empreendedorismo urbano e a economia criativa, que são catalisadores para a inovação, gerando empregos e oportunidades, elevando a atratividade das localidades e fortalecendo o setor turístico. Essa combinação é também um berço para a emergência de novas ideias e soluções que abordam os desafios urbanos, e o crescimento de *startups* e incubadoras.

Melo (2020) reforça essa ideia, argumentando que a inovação e a criatividade não apenas coexistem, mas se alimentam mutuamente nas configurações urbanas, inaugurando um ciclo de inovação e de atribuição de novas funções a determinadas áreas. Pois a relação simbiótica entre a economia criativa e o Empreendedorismo urbano contribui para uma atmosfera que atrai visitantes, talentos e investimentos, transformando o ambiente urbano em um laboratório vivo com ideias inovadoras concebidas, testadas e refinadas.

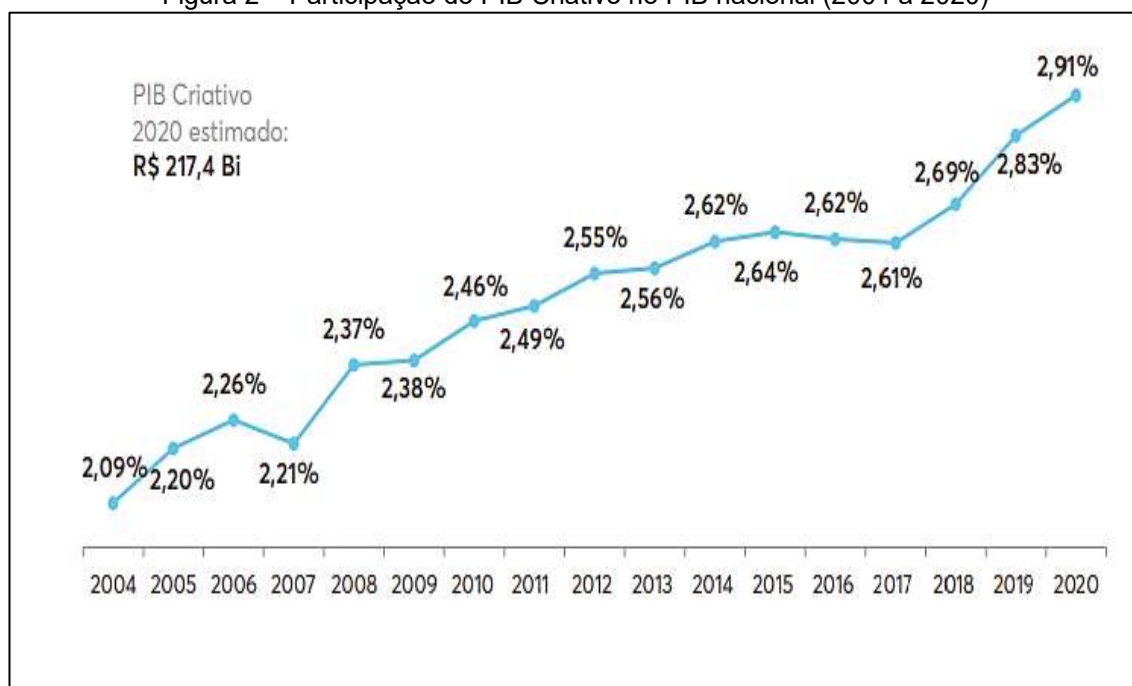
Conforme Ries (2011), o papel central da cultura e da criatividade como motores do desenvolvimento urbano e regional, como forças transformadoras que moldam o caráter e a trajetória de crescimento das cidades, que não são apenas locais de residência e comércio, mas também espaços onde a cultura e a criatividade florescem, influenciando não apenas o caráter estético e cultural do lugar, mas também seu perfil econômico e social.

Essa ideia é reforçada por Salles (2022), quando considerou a Economia criativa como uma abordagem que visa integrar e articular cultura e economia, tendo a criatividade como o principal motor impulsionador para o almejado desenvolvimento socioeconômico. Por sua vez, Oliveira (2015) define a Economia criativa como um conjunto de atividades econômicas que se fundamentam no conteúdo simbólico, sendo a criatividade o elemento mais expressivo para a produção de bens e serviços, sendo um ramo distinto da economia da cultura, embora mantenha fortes conexões com aspectos econômicos, culturais e sociais que interagem em conjunto com a tecnologia e a propriedade intelectual.

Além disso, a Economia criativa possui estreitas ligações com o turismo e o esporte, o que resulta em relações que existem entre essas áreas (Oliveira, 2015). No Brasil, foi realizado desde 2008 o “Mapeamento da Indústria Criativa”, com base nos dados do Ministério do Trabalho (Brasil, 2008a), do qual abrange um conjunto de atividades que envolvem a criação, produção e distribuição de bens e serviços que têm como matéria-prima o conhecimento, a cultura e a criatividade.

Segundo o mapeamento da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (FIRJAN apoiados pelos 4S – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), Serviço Social do Comércio (SESC), Serviço Social da Indústria (SESI) e Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), esse setor criativo da economia revela-se como o setor que vem crescendo significativamente nas últimas décadas, contribuindo para o PIB nacional, de acordo com a Figura 2:

Figura 2 – Participação do PIB Criativo no PIB nacional (2004 a 2020)



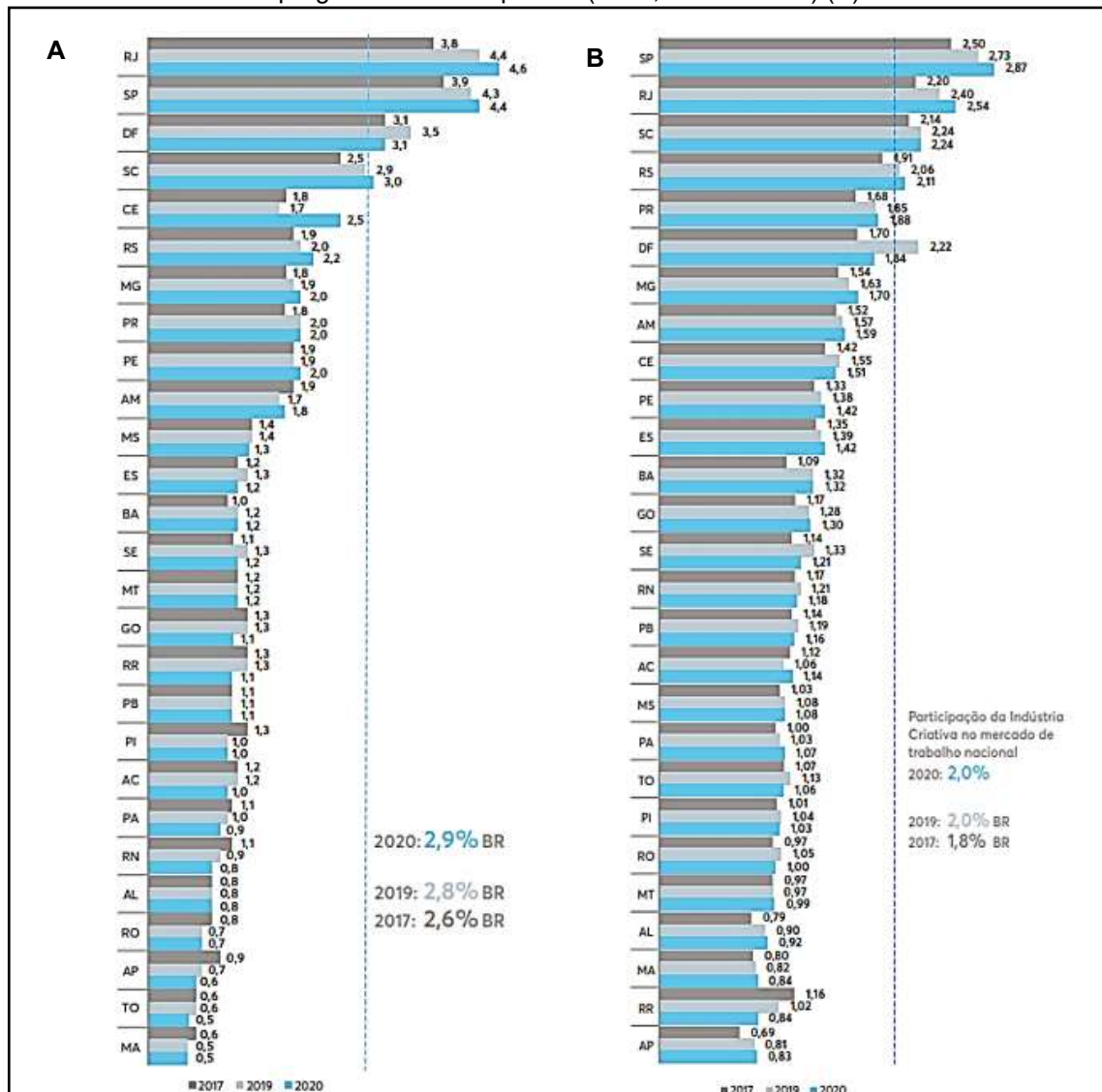
Fonte: FIRJAN (2022, p. 11).

A economia criativa, conforme a Figura 2, cresceu em uma constante, ainda que a economia tradicional tenha sofrido inúmeras oscilações nas décadas analisadas, o que mostra um cenário favorável a este setor econômico especialmente para populações mais vulneráveis.

No Centro Histórico em São Luís-Maranhão observa-se o crescimento em setores do comércio, alimentação e produção de artesanatos em função das demandas geradas pelo turismo. O turismo, no entanto, impõe exigências quanto ao atendimento e à qualidade dos serviços prestados e as autoridades públicas repassam o ônus dessa cobrança aos empreendedores, sem, contudo, garantir estruturas urbanas mínimas para o atendimento do referido público e à população em geral.

Quando se analisa o crescimento da economia criativa por Unidades da Federação (UF), o *ranking* é liderado pelos Estados do Rio de Janeiro (RJ), São Paulo (SP) e Distrito Federal (DF), sendo o Maranhão o Estado com a menor contribuição por PIB Criativo, apesar do crescimento nos últimos anos e o antepenúltimo no número de empregados criativos (Figura 3).

Figura 3 – Taxa de participação por UF no PIB Criativo (2017, 2019 e 2020) (A) e Taxa de empregados Criativos por UF (2017, 2019 e 2020) (B)



Fonte: FIRJAN (2022, p. 14).

É válido ressaltar que o baixo desempenho do Maranhão no setor pode estar associado ao aspecto informal da maior parte das atividades que integram o setor e à falta de investimentos regulares do poder público na promoção do empreendedorismo.

## 2.2 Rede das cidades criativas da UNESCO e do Brasil

Segundo Landry (2008), o diálogo entre Empreendedorismo urbano e Economia criativa é essencial para moldar as cidades do futuro, sendo visível que um ecossistema urbano próspero é forjado pela fusão da inovação empreendedora e da criatividade cultural. Nesse contexto, as cidades configuram-se como espaços de

dinamismo econômico e social, nos quais empresas e indústrias criativas se desenvolvem a partir de processos de colaboração, troca de conhecimento e inovação.

Florida (2003) destaca a ascensão de um “segmento social criativo”, um que impulsiona a inovação e está no centro da competitividade econômica, formado por indivíduos, dotados de habilidades e talentos, verdadeiros arquitetos de um renascimento urbano, onde a cultura e a economia se entrelaçam. Este fenômeno não é apenas observado nas metrópoles globais, mas também em cidades menores, onde a reconfiguração urbana é alimentada por um dinamismo de atividades criativas e empreendedoras.

Howkins (2002) destaca que, nesses espaços urbanos dinâmicos, as ideias não são apenas geradas, mas também implementadas, dando origem a novas empresas, indústrias e oportunidades de emprego. As cidades, portanto, enfrentam o desafio e a oportunidade de cultivar um ambiente que não apenas atraia talentos criativos, mas também os retenha e os nutra. A infraestrutura urbana, as Políticas Públicas e as iniciativas comunitárias desempenham papel crucial nesse contexto (Landry, 2008), onde os espaços públicos vibrantes e as políticas de apoio à inovação são elementos-chave que definem cidades prósperas e resilientes.

A Rede de Cidades Criativas da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), estabelecida em 2004, focaliza a promoção da cooperação entre as cidades que identificam a criatividade como um fator estratégico para o desenvolvimento sustentável.

Para a UNESCO (2020, p.23):

As políticas públicas, dentro do escopo desta rede, são voltadas para a integração da cultura e criatividade no plano de desenvolvimento urbano, melhorando assim a qualidade de vida, a inclusão social e a sustentabilidade ambiental. Elas incentivam a diversidade cultural, a inovação e a educação para promover a coesão social e o desenvolvimento econômico.

No contexto brasileiro, a Rede Brasileira de Cidades Criativas tem objetivos semelhantes, mas é adaptada às especificidades culturais e desafios do desenvolvimento urbano do país. Ela se concentra em valorizar a diversidade cultural e impulsionar a economia criativa, integrando-a com estratégias de desenvolvimento sustentável, com fomento ao empreendedorismo criativo, atribuição de novas funções aos espaços urbanos através de iniciativas culturais, e a promoção da educação e da

inovação criativa. Iniciativas como o Programa Nacional de Promoção da Economia Criativa (PNPEC)<sup>3</sup> que demanda esforços para integrar a cultura e criatividade no desenvolvimento econômico e social (Brasil, 2023).

Ao analisar essas redes, é evidente que as Políticas Públicas são vitais, não apenas por incentivarem a criatividade e a inovação, mas também porque poderiam promover a inclusão social, a diversidade cultural e o desenvolvimento sustentável quando aplicadas de forma coerente e conforme a legislação em vigor. Assim, tanto global quanto nacionalmente, a integração efetiva de Políticas Públicas focadas na promoção da criatividade, inovação e sustentabilidade não alcançam seus reais objetivos porque as autoridades constituídas mais falam do que operam no sentido de potencializar atendimento às necessidades emergentes para nutrir a vitalidade cultural e criativa das cidades.

Para quem se propõe empreender é importante saber lidar com processos de gestão, por isso a recomendação é que se busquem informações, orientações, cursos ou parceiros de negócios que ajudem a desvendar temas como contabilidade e inscrições para financiamentos e editais. Buscar parcerias, participar de eventos presenciais ou de grupos criados na internet pode ativar boas oportunidades.

No decorrer dos últimos anos, houve uma mudança no perfil de empreendedores, bem como também se observa um novo comportamento dos consumidores, pressionando o modelo tradicional de empresa, onde o produto e/ou serviços por si só não trazem ganho nenhum para o coletivo.

É nesse ambiente que surgem os Negócios de Impacto Social, o qual vem crescendo a cada ano. Conforme estudo realizado pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e PNUD, do Projeto Incluir, existem mais de 830 negócios de impacto no Brasil, predominantemente, nas regiões Sudeste e Sul (PNUD, 2017). Porém, importa destacar que a região Nordeste tem se destacado a cada ano nesse cenário.

---

<sup>3</sup> O referido Programa, criado pelo Ministério da Cultura (MinC) em 2011, tem como finalidade estruturar políticas públicas voltadas ao fortalecimento do setor criativo no Brasil. De acordo com o Ministério da Cultura (Brasil, 2011), o programa visa promover o desenvolvimento sustentável, a geração de trabalho e renda e a valorização da diversidade cultural e regional, articulando ações voltadas à formação profissional, à inovação, ao empreendedorismo cultural e à consolidação de arranjos produtivos locais. O PNPEC ancora-se nos princípios da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), especialmente nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 8 e 11, que tratam, respectivamente, do trabalho decente e crescimento econômico e do desenvolvimento urbano sustentável e inclusivo (Nações Unidas no Brasil, 2025a; 2025b).



Ao se observar o perfil dos empreendedores dessas iniciativas, colhe-se um equilíbrio entre mulheres e homens, representando 54% e 45%, respectivamente. E, 49,9% desses indivíduos possuem menos de 35 anos (Santos, T., 2019).

Uma característica marcante desses empreendedores é que mais de 30% deles ainda não possuem formalização jurídica, o que resulta em uma grande parcela de empreendimentos (55%) ainda na fase inicial de ideação ou validação das suas propostas no mercado. Esse cenário demonstra que esses empreendedores identificam claramente as oportunidades existentes, entendem os problemas sociais que desejam resolver e têm objetivos bem definidos, mas enfrentam dificuldades para transformar suas ideias em negócios viáveis e lucrativos. Como resultado disso, 79% dessas empresas apresentam um faturamento anual inferior a R\$ 60 mil. Associada a essa situação está a falta de profissionalização ou o baixo acesso a informações que permitam implementar seus projetos, o que leva 74% dessas iniciativas a terem menos de dois anos de existência, com muitas sendo encerradas ainda no primeiro ano de atuação (Santos, 2019).

Entre esses negócios, a maior parte atua no setor de serviços (70%), enquanto os demais setores do comércio, indústria e agropecuária apresentam participação semelhante, porém baixa. Destacam-se ainda aqueles que seguem o modelo “*business to business*”. Outro fator relevante é a pouca articulação dessas empresas com o poder público, um ponto crítico que limita a possibilidade desses empreendimentos ganharem escala e ampliarem seu impacto junto à população (Santos, 2019).

## **2.3 Os Centros Históricos no mundo e no Brasil**

Em se tratando do mapeamento histórico mundial, destacamos Portugal como um dos primeiros países a legislar a respeito da preservação do patrimônio histórico e cultural dos Centros Históricos em seu país, datado de 1721 (Santiago; Faro, 2021).

Desde 1987, pelo Protocolo de Adesão de Municípios e pelos resultados do I Encontro Nacional de Municípios com Centro Histórico (ENMCH), Portugal deliberou em 1988 a Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico (APMCH), vigente até os dias atuais, com o objetivo de promover ações voltadas para

a defesa, conservação, recuperação, reabilitação, revitalização <sup>4</sup> dos Centros Históricos portugueses, considerados de suma importância nacional e de interesse público (APMCH, 2014).

Após a Primeira Guerra Mundial foi elaborado o primeiro documento internacional especificamente dedicado ao patrimônio, principalmente com o Serviço Internacional de Museus (1926). E muito depois, a promulgação da Carta de Atenas (1931), e o II Congresso Internacional de Arquitetos e de Técnicos de Monumentos Históricos (1964) realizado em Veneza, com a Carta de Veneza, e mais tarde, o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS) ligado Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO/ONU) (Santiago; Faro, 2021).

Os conjuntos e centros históricos, inseridos na preservação no tecido urbano, tem importância significativa na Recomendação de Nairóbi (Quênia) de 1976 cunhada pela UNESCO, que fornece diretrizes e orientações para a preservação, conservação e gestão de conjuntos e Centros Históricos em todo o mundo. O documento reconhece a importância dos Conjuntos e Centros Históricos como testemunhos da evolução histórica das cidades e como expressões da cultura e identidade das comunidades locais. Destacam a necessidade de proteger essas áreas como patrimônio cultural por meio de abordagens integradas e participativas e salvaguardá-las para as gerações futuras (IPHAN, 1976).

Apesar desse conjunto de marcos regulatórios para a preservação dos Centros Históricos, no final da Segunda Guerra Mundial, os Centros Históricos vivenciaram uma grande descaracterização com o “*boom* do urbanismo” em diversos

---

<sup>4</sup> No contexto brasileiro, o termo “revitalização”, quando associado a reformas urbanas em centros históricos protegidos por legislação, é amplamente utilizado para designar intervenções integradas que articulam preservação do patrimônio edificado, reativação funcional e dinamização socioeconômica, indo além da mera restauração física. Embora não possua definição jurídica específica, o termo aparece de forma recorrente em políticas públicas, programas governamentais e literatura acadêmica, especialmente desde o Programa de Revitalização de Cidades Históricas (PCH), criado na década de 1970, que vinculou preservação patrimonial ao desenvolvimento urbano e turístico. O uso do conceito se apoia no arcabouço legal do patrimônio cultural brasileiro, notadamente na Constituição Federal de 1988 (art. 216) e no Decreto-Lei nº 25/1937, que asseguram a proteção de conjuntos urbanos de valor histórico, permitindo intervenções desde que compatíveis com sua salvaguarda. Na literatura, autores como Nestor Goulart Reis Filho, Carlos Nelson Ferreira dos Santos, Raquel Rolnik e Paulo Ormino de Azevedo empregam o termo para caracterizar ações que buscam devolver “vida urbana” a áreas degradadas, por meio do reuso adaptativo, da valorização cultural e da reinserção social e econômica dos centros históricos, ainda que reconheçam as tensões do conceito, especialmente diante de processos de mercantilização do espaço e gentrificação (Reis Filho, 2000; Santos, 1988; Rolnik, 2015; Azevedo, 2003).

países, sobretudo, nas décadas de 1970 a 1980, com a reconfiguração dos centros urbanos considerados decadentes, pois estes passaram a ser inseridos em trajetos turísticos, configurando-se uma espécie de “cartão de visita” nas cidades. Essa concepção se modificou pelo processo de gestão e articulação social das autoridades e grupos civis organizados em torno da proteção dos antigos Centros Urbanos com a conjunção de diversos agentes sociais. Processo este vivenciado em exemplos brasileiros como em Ouro Preto (Minas Gerais), Pelourinho (Salvador) e Polo Bom Jesus (Recife) (Meneguello, 2005).

A tensão entre preservação do patrimônio e demandas contemporâneas é acentuada pela pressão da urbanização rápida e da modernização, pois, enquanto as cidades crescem e se desenvolvem, os centros históricos são ameaçados por projetos de desenvolvimento que visam atender aos interesses políticos e econômicos atuais, que comprometem a integridade histórica e cultural desses preciosos espaços (Santos, A., 2019, p. 32).

A governança e o planejamento urbano conscientes são, portanto, essenciais para equilibrar cuidadosamente a preservação com o desenvolvimento, garantindo que as cidades possam crescer e evoluir sem sacrificar seu patrimônio. Esse equilíbrio delicado exige uma abordagem multidisciplinar, envolvendo especialistas em patrimônio, planejadores urbanos, arquitetos, comunidade local e outros *stakeholders* (Oliveira, 2021). Ressalta-se que a governança urbana não tem sido participativa e efetiva em São Luís, conforme preconiza a legislação brasileira, pois uma gestão participativa, visto que os gestores públicos têm negligenciado o espaço urbano<sup>5</sup> e priorizado setores e sujeitos de áreas específicas da cidade e isso gera desafios na distribuição de recursos, tomada de decisões e inclusão cidadã, afetando a economia criativa e os demais setores da sociedade.

A governança urbana, embora defendida como um processo participativo e democrático, revela-se frequentemente capturada por interesses privados e lógicas de mercado, o que compromete a efetividade das políticas públicas e a equidade na distribuição dos recursos urbanos. Para Santos (2022), ao analisar o Plano Diretor Participativo de São Luís (MA), os instrumentos de planejamento como o zoneamento

---

<sup>5</sup> Um exemplo clássico dessa situação pode ser compreendido pela judicialização do Plano Diretor de São Luís, quando a administração do ex-Prefeito Edivaldo Holanda tentou modificar a Lei para favorecer indústrias e o setor imobiliário, convertendo a zona rural em zonas mistas que poderiam abrigar empreendimentos, em contraponto ao território, atividades econômicas e tradições culturais das comunidades existentes secularmente.

e o uso do solo são utilizados não para garantir o direito à cidade, mas para legitimar a expansão do capital sobre áreas periféricas, aprofundando desigualdades históricas e sociais.

Para Ribeiro (2024), a crescente necessidade de infraestrutura urbana moderna, que suporte um ambiente de vida sustentável, deve ser meticulosamente integrada aos ambientes históricos, sem perder de vista as questões relacionadas ao meio ambiente, como mudanças climáticas e sustentabilidade, também começaram a influenciar as estratégias de preservação e requalificação dos Centros Históricos.

Do ponto de vista social e cultural, a urbanização provoca mudanças significativas nas cidades, locais de diversidade cultural, social e política, e essa heterogeneidade é um aspecto fundamental da vida urbana. Segundo Sassen (1991), as cidades são mais do que centros econômicos: são também locais de produção cultural e social, contudo, desafios como segregação, exclusão social e desigualdades também são características intrínsecas às cidades contemporâneas no mundo.

No Brasil, vários marcos históricos e legais foram implementados em relação aos Centros Históricos, como: O 1º Seminário Brasileiro sobre a Preservação e Revitalização dos Centros Históricos, ocorrido em Itaipava (RJ) em 1987, por meio da Carta de Petrópolis. O evento foi organizado pelo Comitê do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS) Brasileiro, uma organização dedicada à preservação do patrimônio cultural e histórico em todo o mundo, com o objetivo de reunir especialistas, pesquisadores, gestores públicos e profissionais da área para discutir os desafios e as estratégias relacionadas à conservação e revitalização dos centros históricos das cidades brasileiras, com foco na preservação do patrimônio arquitetônico, cultural e simbólico dessas áreas urbanas que, ao longo do tempo, sofreram com processos de degradação, descaracterização e abandono (ICOMOS, 2007).

Além de outros marcos históricos e legais a exemplos do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN, 1931); Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN, 1946); Programa de Preservação do Patrimônio Histórico Urbano (MONUMENTA, 1995), proposto pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID); Programa das Cidades Históricas (PCH, 1979); o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC, 1975); Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN, 1990) e o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC, 2007) (Bonduki, 2010). Além de outros marcos históricos e legais

fundamentais para a manutenção e preservação dos Centros Históricos brasileiros.

Para Bernardino e Lacerda (2015, p. 34),

Os Centros Históricos brasileiros são sítios singulares inseridos no tecido urbano das Cidades Históricas no país, os mesmos, possuem gritantes contradições, que, de um lado, possuem uma herança arquitetônica, culturais, turísticas, gastronômicas, por outro, enfrentam diversos desafios relacionados à conservação, revitalização, habitação e especulação imobiliária, degradação e descaracterização de seu espaço.

Porém, nos séculos XX e XXI o interesse pela preservação e requalificação dos Centros Históricos no Brasil cresceu e diversas iniciativas e projetos têm sido desenvolvidos em diferentes cidades do país (MONUMENTA, PAC, PCH) com o objetivo de valorizar e resgatar o legado histórico e cultural desses espaços únicos.

Por sua vez, o Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas (PCH), criado em 1973 no Ministério do Planejamento, marcou o pioneirismo do Governo federal no investir de recursos significativos para a restauração do patrimônio cultural urbano. Sob a responsabilidade do Ministério do Planejamento, sua principal meta era impulsionar o desenvolvimento econômico das cidades históricas, ao mesmo tempo em que se alinhava a outras questões de destaque na década de 1970, como o desenvolvimento regional e a promoção do turismo cultural (Correa, 2016).

Com relação a elas, o país dispõe de 173 Cidades Históricas (Figura 4), dentre as reconhecidas como patrimônio nacional e mundial pela UNESCO, além daquelas tombadas pelo IPHAN, dispostas em mais de 20 estados da Federação (IPHAN, 2013).

Nos anos 1990, em algumas cidades brasileiras, os Centros Históricos começaram a incorporar os processos do planejamento urbano, nesse período, devido à crescente globalização da economia, o empreendedorismo surgiu como uma alternativa para promover e atrair investimentos privados para essas regiões, passando-se a considerar as intervenções urbanas nas áreas históricas, com programas de reforma e requalificação de centros históricos (Bernardino; Lacerda, 2015).

Segundo Bernardino e Lacerda (2015), esse planejamento urbano para essas regiões tem buscado abarcar duas abordagens distintas. Por um lado, visam tornar a cidade mais atraente para as empresas, oferecendo incentivos financeiros.

Por outro lado, têm o propósito de manter viva a história, a tradição e a memória coletiva promovendo a restauração de edificações para fins turísticos.

A preservação dos centros históricos no Brasil não é apenas uma questão de conservar o patrimônio arquitetônico; é intrinsecamente ligada à salvaguarda da identidade cultural e histórica do país. Esses locais representam verdadeiros testemunhos da história, onde cada prédio, praça ou rua conta parte da trajetória do Brasil. Ao mesmo tempo, são centros ativos da vida econômica, social e cultural atual.

Por isso, as ações voltadas à preservação desses espaços devem considerar diversos aspectos, indo além da conservação física dos edifícios e áreas públicas. É essencial serem valorizadas também as práticas cotidianas e as comunidades que ali vivem. O grande desafio está em promover uma convivência equilibrada entre o passado e o presente, permitindo que esses lugares históricos sigam sendo relevantes e dinâmicos no dia a dia das pessoas.

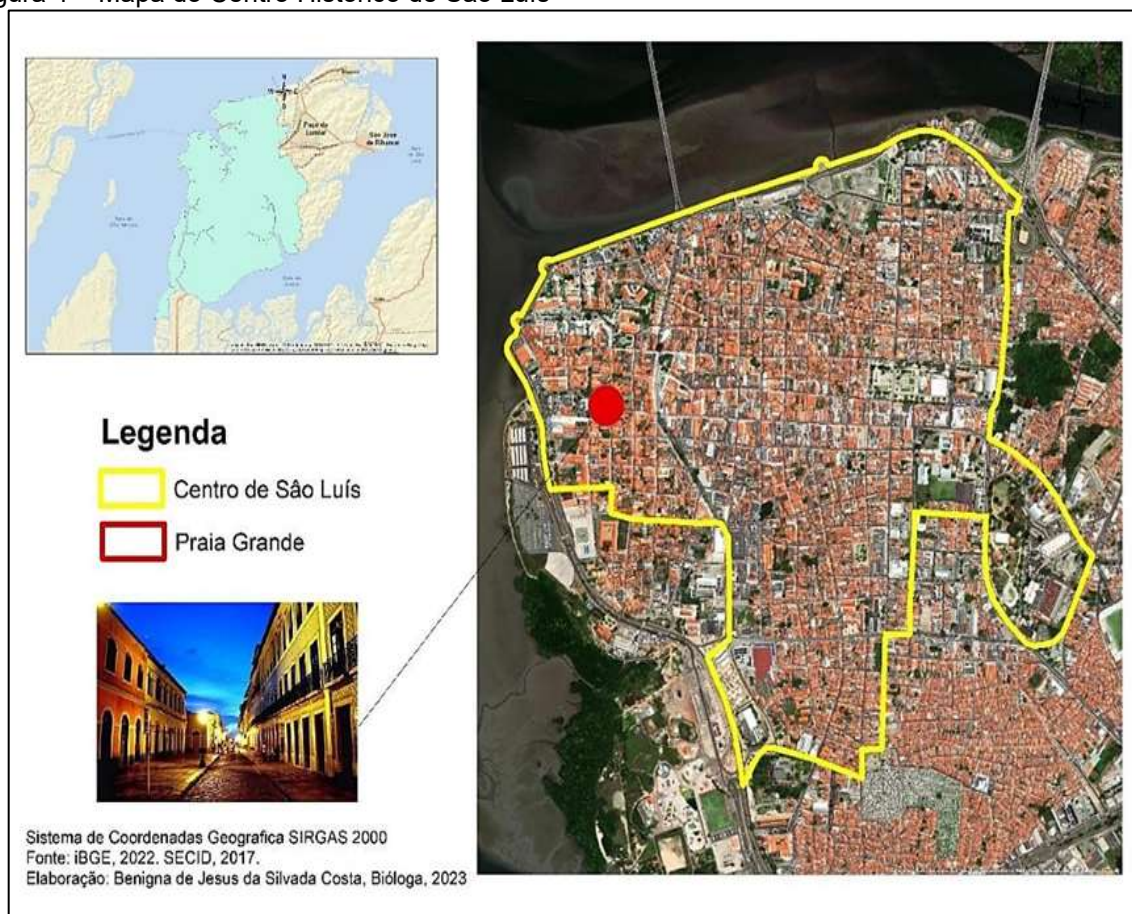
#### **2.4 Passado, presente e futuro do Centro Histórico de São Luís**

O Centro Histórico de São Luís tem suas raízes no ano de 1612, quando foi inicialmente estabelecido pelos franceses. Sua notável relevância turística deriva da encantadora paisagem composta por seus conjuntos arquitetônicos dos séculos XVIII e XIX. Nos últimos tempos, após passar por intervenções urbanas e refuncionalizações bem-sucedidas, o lugar experimentou um significativo aumento no fluxo turístico (Cruz; Lima; Santos, 2022). Segundo Carvalho (2022), os séculos XVIII e XIX representaram um período de intenso crescimento socioeconômico e cultural da área em análise.

Uma vez que o Centro Histórico de São Luís (Figura 4) está inserido no ramo do Turismo Cultural e Arquitetônico, segundo o relatório de Perfil Municipal de São Luís, é nesta área que está localizada a sede administrativa do município, e sítio inicial de colonização e construção da cidade (São Luís, 2018a).

São Luís recebeu seu nome em homenagem a Luís IX, rei da França. Com o tempo, no entanto, o tempo de ocupação foi insuficiente para deixar marcas culturais significativas, sendo as influências portuguesas, africanas e indígenas aquelas que marcaram a cultura. Essa diversidade cultural tem contribuído para formar uma identidade própria e singular na cidade.

Figura 4 – Mapa do Centro Histórico de São Luís



Fonte: própria autora (2024).

O município São Luís está inserido no contexto ambiental da Ilha do Maranhão, sendo banhado pelo Oceano Atlântico no contexto ambiental da Baía de São Marcos. O último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2023) evidenciou uma população 1.037.775 habitantes, representando 15,31% da população total do Estado, e uma densidade demográfica de aproximadamente 1.779,87 habitantes por km<sup>2</sup>.

O reconhecimento do Centro Histórico de São Luís como Patrimônio Mundial pela UNESCO, em 1997, evidencia a relevância histórica e cultural desse espaço urbano. Tal distinção, que abrange tanto o patrimônio material quanto o imaterial, resulta de uma avaliação criteriosa que considera a expressividade arquitetônica, a configuração urbana e a densidade simbólica da cidade, fortemente enraizada em sua trajetória sociocultural.

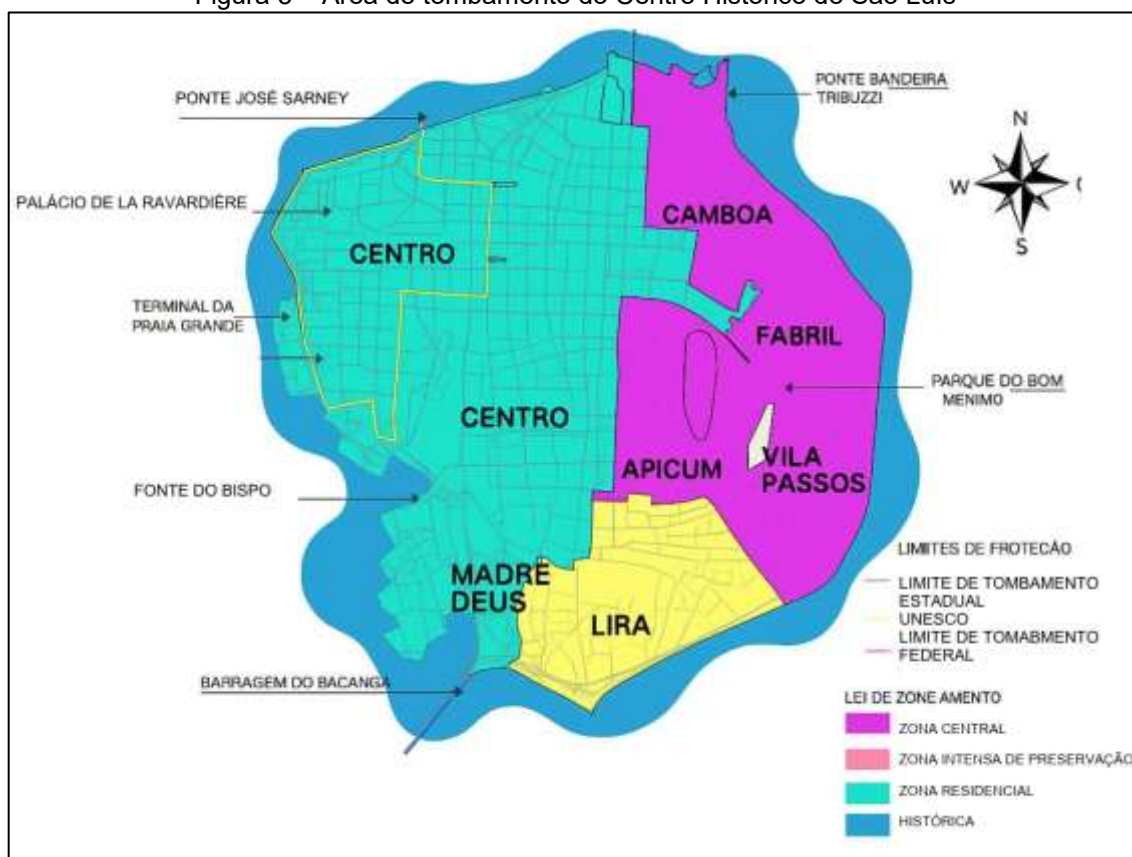
Nessa área há presença de igrejas, prédios que abrigam órgãos governamentais (Palácio de La Ravardière, Câmara de Vereadores do município, Palácio dos Leões, Tribunal de Justiça, etc.); teatros e centro de criatividade como:

Teatro Arthur Azevedo, Teatro João do Vale, Centro de Cultura Popular Domingos Vieira Filho; museus, a exemplo do Centro de Pesquisa de História Natural e Arqueologia do Maranhão, Museu do Reggae do Maranhão, Museu da Gastronomia Maranhense, além de inúmeros restaurantes, lanchonetes, boates e agências de turismo se destacam juntamente os vendedores informais.

Para Ribeiro, A. (2020), cada pedra calcária e tijolo representa importante contexto histórico, ressoando com histórias dos primeiros colonizadores, das lutas e da formação contínua de uma nação. A preservação não é meramente física: abrange a essência da cidade, a dinâmica de suas ruas e as práticas cotidianas do seu povo.

Segundo o IPHAN (2006) a estrutura arquitetônica e urbanística de São Luís é dividida em duas áreas protegidas e tombadas por lei: uma sob controle federal e outra estadual (Figura 5). Estas áreas têm a responsabilidade de preservar, manter e fiscalizar o patrimônio material da cidade, em que a área de proteção jurídica federal tem cerca de 90 hectares compostos por mais de mil imóveis, já a área de proteção estadual é composta por 250 hectares com mais de 4 mil imóveis.

Figura 5 – Área de tombamento do Centro Histórico de São Luís



Fonte: IPHAN (2006).

A rica diversidade cultural do Centro Histórico é evidenciada não apenas



em sua arquitetura distintiva, mas também na atmosfera viva que evidencia história e tradição. Cada monumento, cada rua estreita, e cada praça contam histórias silenciosas dos tempos passados, oferecendo aos visitantes uma jornada imersiva através do tempo. Este amálgama de cultura e história tem-se mostrado um ímã poderoso para os turistas (Melo, 2020). A música, em particular, tem raízes profundas na cidade, e cada nota do reggae, cada acorde das músicas folclóricas, ressoa com a identidade cultural da cidade.

É digno de nota que o Centro Histórico de São Luís não é apenas um monumento ao passado: é um lar ativo para muitos, particularmente para segmentos da população de baixa renda. Estas são comunidades dinâmicas desenvolvendo suas atividades nas estruturas antigas, destacando a coexistência entre o velho e o novo (IPHAN, 2014).

Carvalho (2022) aborda essa relação intrínseca entre geografia e identidade cultural, evidenciando como o ambiente natural e a localização de São Luís influenciam diretamente as expressões culturais da cidade. Seja através de sua relação com o mar, que define tanto sua economia quanto sua culinária, seja de seu clima tropical, que influencia o ritmo de vida e as festividades locais, a geografia é um fator determinante na formação da identidade cultural de São Luís.

A culinária é outro pilar da cultura de São Luís. É uma fusão das tradições alimentares indígenas, africanas e portuguesas, resultando em pratos únicos e saborosos. As festividades culturais, incluindo as festas juninas e o Bumba-Meu-Boi, são expressão forte cultura popular da cidade (Oliveira, 2015).

Por sua vez, o impacto do turismo não é sentido apenas na economia local; ele permeia a dinâmica das festividades e das diversas manifestações culturais. À medida que mais visitantes chegam, a narrativa cultural se torna cada vez mais evidente. Este intercâmbio dinâmico entre os locais e os visitantes enriquece a identidade cultural da cidade, oferecendo novas perspectivas e adicionando camadas adicionais à sua história já rica (Pereira, 2022).

A identidade cultural é abordada no contexto deste trabalho como um conjunto de valores, símbolos e práticas que expressam o modo de ser e de viver de um grupo social, construída historicamente em relação ao seu território e às suas experiências coletivas. Nas manifestações culturais populares, essa identidade se afirma como forma de resistência frente à homogeneização cultural e às desigualdades sociais, preservando memórias e saberes locais, ou seja, se manifesta

como um contraponto a homogeneização ocasionado pelas demandas do turismo. O território, entendido como espaço vivido e simbólico, torna-se o lugar onde se materializam essas expressões de pertencimento e luta, como nas festas, danças e tradições que reafirmam a dignidade e a continuidade cultural dos povos (Hall, 2003).

A identidade cultural, por outro lado, composta por suas manifestações da cultura popular e religiosas, é elemento atrativo ao turismo em São Luís. Lima (2020) concentra-se na análise da interação entre identidade local e turismo, destacando como São Luís utiliza sua identidade cultural única como um recurso turístico. Este enfoque gera receita, promove o desenvolvimento econômico e contribui para a preservação e valorização da identidade local, mas também pode ser uma ameaça, quando as demandas de visitantes alteraram calendários, vestimentas e suprimem determinadas atos de uma manifestação cultural.

A preservação do Centro Histórico e a revitalização de suas estruturas arquitetônicas e espaços públicos são prioridades. As políticas e estratégias para manter a área estão documentadas em detalhes, visando não apenas preservar a arquitetura, mas também fomentar o comércio, o turismo e a vida cultural (São Luís, 2018b).

Durante muito tempo, vários discursos foram realizados para estabelecer uma política de preservação do patrimônio histórico de São Luís. No entanto, somente por volta dos anos 1970 é que essa política foi finalmente implementada com sucesso. Porém, as mudanças estabelecidas durante a década de 1970 e início dos anos 1980 levaram os moradores da área central a se deslocarem para outras partes da cidade, especialmente para as regiões norte e litorânea, já que a cidade passou por um processo de modernização com a construção da Ponte José Sarney e da Barragem do Bacanga, culminando no processo de descentralização (Cruz; Lima; Santos, 2022).

## **2.5 Revitalização urbana em cidades criativas**

A revitalização urbana é um conceito que abrange a requalificação de áreas degradadas nas cidades, com vistas à recuperação de suas funções sociais, econômicas e simbólicas. No contexto das cidades históricas brasileiras, esse processo envolve a restauração do patrimônio edificado e a valorização das práticas culturais e a permanência das populações tradicionais nesses territórios (Santos, 1983). Para Bonduki (1998) revitalizar vai além de restaurar fisicamente os edifícios:

é necessário articular essa ação com políticas sociais, habitacionais e culturais, de forma a promover inclusão e sustentabilidade urbana.

São Luís, capital do Maranhão, é um exemplo emblemático dessa dinâmica. Tombado como Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO em 1997, o centro histórico da cidade abriga um conjunto arquitetônico luso-brasileiro de grande valor. A partir dos anos 1980, sobretudo com a atuação do IPHAN e, posteriormente, com o Programa Monumenta, foram realizados investimentos significativos na restauração de edifícios e requalificação de espaços públicos (Souza; Bittencourt, 2014). Esses projetos buscaram conciliar preservação do patrimônio com desenvolvimento econômico local, especialmente por meio do fomento ao turismo e à economia criativa.

Apesar dos avanços na dimensão patrimonial, Maricato (2001) e Kowarick (2000) alertavam para os efeitos de gentrificação e exclusão social associados a processos de valorização imobiliária em áreas históricas, fenômeno observado também em São Luís. O esvaziamento residencial, a substituição de usos tradicionais por funções comerciais e turísticas e a expulsão de moradores de baixa renda demonstram a fragilidade de políticas que negligenciam o papel central da população local na construção da memória urbana.

O Programa de Revitalização do Centro Histórico da capital do estado do Maranhão, lançado Secretaria Municipal de Projetos Especiais (SEMPE), com financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) implementou requalificação de praças e largos, buscando a readequação desses espaços públicos para maior integração da vida social e resgate de seu sentido arquitetônico e cultural (IPHAN, 2018), sem, contudo, contemplar demandas da população local.

As praças estão localizadas na zona central da cidade, não muito distantes uma da outra, conectadas pela Rua do Norte. Apesar de próximas, elas apresentam características bastante distintas entre si. A Praça da Misericórdia, uma das mais antigas da cidade, tem seu desenho original preservado e tombado em nível estadual. A Praça da Saudade, famosa pelo comércio de flores, é palco de festas populares e é atendida por quiosques diversos.

Os projetos partem de um conceito em comum que contempla aspectos relevantes em relação aos problemas levantados na fase de diagnóstico, buscando a adoção de soluções, técnicas e materiais resistentes, responsáveis e viáveis ambiental e financeiramente; integração do projeto às premissas de valorização

cultural e paisagística, educação ambiental e criação de espaços de convívio e lazer; ordenação espacial e paisagística; novas construções que se relacionam com o entorno; e versatilidade da proposta permitindo que as soluções sejam replicadas em outras praças de São Luís compondo uma rede de espaços livres públicos qualificados para moradores e visitantes.

A revitalização do Centro Histórico de São Luís do Maranhão teve como objetivo preservar o patrimônio cultural, melhorar a infraestrutura urbana e promover o desenvolvimento econômico sustentável.

Abaixo estão relatados os principais projetos e iniciativas de revitalização mais recentes, incluindo a atuação governamental e de organizações não-governamentais (ONG's):

#### **a) Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)**

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) Cidades Históricas foi lançado em 2013 pelo Governo Federal, por meio do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), com o objetivo de promover a requalificação urbana e a preservação do patrimônio cultural em municípios brasileiros com sítios históricos tombados. Com previsão inicial de investimentos da ordem de R\$ 1,6 bilhão, o PAC Cidades Históricas contemplou 44 cidades em todo o País, financiando mais de 400 ações em áreas como restauração de imóveis históricos, requalificação de espaços públicos e apoio a equipamentos culturais. Além de recuperar o patrimônio material, o programa visava estimular o turismo sustentável, gerar empregos e fortalecer a identidade cultural das comunidades beneficiadas (IPHAN, 2020).

Em São Luís, o PAC Cidades Históricas resultou em uma série de intervenções significativas no centro histórico, com foco na preservação patrimonial e na requalificação urbana. Entre as principais obras, destaca-se a requalificação da Rua Grande, uma das mais importantes vias comerciais da cidade, com investimento de aproximadamente R\$ 28,6 milhões, abrangendo embutimento de fiação, acessibilidade, drenagem e novo mobiliário urbano. Além disso, foram restaurados imóveis históricos para novos usos institucionais e culturais, como os sobrados da Rua da Estrela nº 341 e nº 386, destinados, respectivamente, à Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) e à Fundação de Amparo à Pesquisa do Maranhão (FAPEMA), ambos com valores superiores a R\$ 2 milhões. A Casa do Tambor de Crioula, espaço

de valorização da cultura afro-maranhense, também foi implantada com recursos do programa, em torno de R\$ 1,8 milhão.

Outras ações relevantes incluem a restauração da locomotiva “Benedito Leite”, a reurbanização da Praça do Pescador e a estabilização das ruínas da antiga Fábrica Martins & Irmãos, evidenciando o caráter diversificado do programa, que atuou tanto na recuperação do patrimônio edificado quanto na valorização de espaços públicos e símbolos da memória local (IPHAN, 2013). Além dessas obras, o PAC financiou restauração de inúmeras igrejas, teatros e outros espaços públicos em São Luís e outros municípios maranhenses.

#### **b) Programa de Reabilitação do Centro Histórico de São Luís (REABI)**

O Projeto de Reabilitação do Centro Histórico de São Luís (REABI) englobou uma série de ações estruturantes em espaços públicos e patrimônios edificados visando recuperar, revitalizar e integrar bairros e monumentos históricos. O Programa foi implementado principalmente entre os anos 2018 e 2022, como parte do Programa Procidades, financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com execução pelo IPHAN e Prefeitura de São Luís. Foram executadas obras de requalificação de praças e entornos, como o Parque do Bom Menino (≈ R\$ 12 milhões), Praça da Bíblia e arredores (≈ R\$ 3,5 milhões), Praça da Saudade (≈ R\$ 5,5 milhões), Praça da Misericórdia e entorno (≈ R\$ 2,5 milhões), além da requalificação do Anel Viário (≈ R\$ 18,5 milhões). Também se destacam restaurações de imóveis significativos da Rua Portugal (nº 285 e 251), com investimentos de cerca de R\$ 2,8 milhões e R\$ 2,5 milhões, respectivamente, e o projeto arquitetônico para o Cais Trapiche Santo Ângelo, estimado em R\$ 45 milhões (São Luís, 2022a).

Outra vertente importante do REABI foi o investimento social e habitacional, com restauração e adaptação de casarões para moradia de famílias em situação de vulnerabilidade no Centro Histórico. Prédios nas ruas da Palma e do Giz foram restaurados para comportarem 22 apartamentos destinados a famílias de baixa renda, com recursos do IPHAN e da Prefeitura de São Luís, num valor superior a R\$ 1,5 milhão. Tais ações vinculam diretamente preservação patrimonial com inclusão social, buscando evitar que a revitalização beneficie apenas o turismo ou setores econômicos, sem retorno concreto para a população local (São Luís, 2022a).

Adicionalmente, o REABI incluiu intervenções destinadas a infraestrutura

urbana, acessibilidade e uso público dos espaços históricos. Entre estas, intervenções de acessibilidade foram realizadas nos percursos da área de tombamento federal; a reabilitação de edificações como as da Rua Portugal; revitalizações de entornos com paisagismo, pavimentação, drenagem e recuperação da rede de equipamentos urbanos; ainda, o lançamento de projetos de uso cultural em edifícios resgatados (por exemplo, polos culturais) foi promovido, buscando aumentar o uso social e turístico sustentável do centro. O impacto estimado envolveu milhões de reais em investimentos públicos diretos, geração de emprego e melhorias para milhares de moradores e comerciantes do entorno.

No desenvolvimento desse projeto foram buscadas as parcerias público-privadas para investirem na requalificação dos imóveis abandonados e/ou deteriorados para instalar restaurantes, hotéis e lojas contribuindo para a dinamização econômica da área. Parcerias para a realização de eventos culturais, musicais e gastronômicos que atraiam visitantes e movimentem a economia local. Melhorias na acessibilidade e a mobilidade no Centro Histórico é crucial para a revitalização, e dessa forma houve melhorias nas linhas de ônibus e criação de rotas turísticas. Implantação de ciclovias e aumento das áreas destinadas a pedestres para facilitar a circulação e o turismo.

## **2.6 Iniciativas comunitárias e ONG's**

Organizações não-governamentais (ONG's) e grupos comunitários também desempenham importante papel na revitalização através de Programas educativos para sensibilizar a população sobre a importância do patrimônio histórico. Apoio a artistas e artesãos locais, promovendo a economia criativa e a cultura regional, garantindo a integridade e a longevidade do patrimônio histórico e cultural; fomentando o turismo, criando empregos e incentivando o empreendedorismo local.

Esses projetos de revitalização são fundamentais para transformar o Centro Histórico de São Luís em um polo cultural, turístico e econômico, preservando suas tradições e manifestações e promovendo um futuro sustentável. O planejamento urbano e as iniciativas de conservação são testemunhos do compromisso da cidade com seu legado. A mistura de edifícios coloniais, ruas estreitas e praças amplas formam um mosaico de espaços urbanos que refletem a evolução da cidade ao longo dos séculos (Rodrigues, 2019). A preservação e revitalização do Centro Histórico são

cruciais, não apenas para manter viva a herança arquitetônica, mas também para apoiar a comunidade residencial e o comércio local.

Os desafios de integrar preservação e desenvolvimento requerem abordagens inovadoras para garantir que o caráter único seja mantido enquanto atende às necessidades de uma população moderna e dinâmica (Rodrigues, 2019).

A interação entre o patrimônio cultural material e imaterial cria um ambiente onde a história e a modernidade não apenas coexistem, mas se enriquecem mutuamente. O desafio contínuo é equilibrar a preservação do patrimônio com o crescimento e desenvolvimento sustentáveis, garantindo que São Luís continue a ser um testemunho da grande diversidade cultural do Brasil (Lima, 2018).

São Luís foi reconhecido como Patrimônio Cultural Mundial pela UNESCO, em 1997, por conter um conjunto de prédios históricos de grande valor arquitetônico por constituir um excepcional exemplo de cidade colonial portuguesa, com traçado preservado e conjunto arquitetônico representativo. No entanto, a preservação desses edifícios tem sido um desafio constante, sendo que parte expressiva dos bens tombados estão ameaçados seja por omissão dos proprietários para conservação ou mesmo por meio alteração ou demolição dos bens imóveis.

A parte protegida pela legislação estadual é aquela que mantém um uso mais intenso. No entanto, a utilização comercial e residencial que mantém a vitalidade dessa zona representa uma pressão que deve ser controlada para evitar a descaracterização das edificações. Na parte protegida pela legislação Federal encontra-se a maior concentração de sobrados grandes e antigos, por sua vez recentes campanhas permitiram a recuperação de numerosas edificações e mostraram a possibilidade de preservação e de revitalização do conjunto.

## **2.7 Valorização do patrimônio cultural do Centro Histórico de São Luís**

O patrimônio cultural refere-se ao conjunto de bens materiais e imateriais que possuem valor histórico, artístico, cultural, social e simbólico para uma sociedade. Isso inclui monumentos, sítios arqueológicos, manifestações culturais, práticas tradicionais, expressões artísticas, entre outros elementos que representam a identidade e a história de uma comunidade. A importância do patrimônio cultural para a economia criativa pode ser vista de diversas formas, a saber:

- 1) Atrativo turístico: locais com patrimônio cultural significativo atraem

visitantes interessados em história, arte e cultura, contribuindo para o desenvolvimento do turismo cultural e consequentemente para a economia local através da geração de receitas de turismo.

- 2) Inovação e criatividade: o patrimônio cultural muitas vezes serve como fonte de inspiração para novas expressões artísticas e criações criativas. Artistas e empreendedores criativos podem se basear na tradição cultural local para desenvolver produtos e serviços inovadores.
- 3) Identidade e pertencimento: o patrimônio cultural fortalece a identidade cultural de uma comunidade, promovendo o orgulho e o sentimento de pertencimento entre os residentes. Isso pode estimular a participação em atividades culturais e o apoio a iniciativas criativas que preservem e valorizem esse patrimônio.
- 4) Bens imóveis urbanos: a preservação e valorização do patrimônio cultural muitas vezes estão ligadas à revitalização de áreas urbanas degradadas. A reabilitação de edifícios históricos e a promoção de atividades culturais podem transformar espaços urbanos em locais vibrantes e atrativos para residentes e visitantes, estimulando o comércio local e melhorando a qualidade de vida.

O patrimônio cultural desempenha papel fundamental na economia criativa ao proporcionar uma base cultural sólida para a criação de novas oportunidades econômicas e para a sustentabilidade cultural e social das comunidades. A economia criativa abrange uma diversidade de atividades econômicas fundamentadas na criatividade, na valorização do conhecimento cultural e na inovação como principais elementos de geração de valor. No Maranhão, o artesanato emerge como uma expressão significativa dessa economia, refletindo as habilidades e a criatividade dos artesãos locais bem como a diversidade cultural local.

A valorização do artesanato local, nesse contexto, não só contribui para a preservação das tradições culturais quanto também promovem a geração de renda e a inclusão social, evidenciando o potencial da economia criativa em fomentar um desenvolvimento econômico que esteja em harmonia com a identidade e os valores culturais locais. Rocha e Ferreira (2021) enfatizam a maneira como os artesãos locais têm mantido viva a arte da cerâmica, tecelagem e outras formas de artesanato, transformando matéria-prima local em obras de arte que encontram mercado não apenas localmente, mas globalmente.



Em São Luís, a Economia Criativa é reflexo de sua herança cultural e diversidade dos tempos coloniais e tradições folclóricas que dinamizam períodos festivos como as festas juninas e o carnaval, que encontrou na economia criativa um meio de transformar sua cultura em uma fonte sustentável de renda e desenvolvimento.

Silva e Costa (2021) argumentam que a economia criativa é um vetor crucial para o desenvolvimento de São Luís, aproveitando sua herança histórico-cultural e geográfica para fomentar a inovação e o crescimento econômico. A Economia criativa, neste contexto, não se limita a gerar renda: ela promove maior conscientização e apreciação da cultura local, incentivando uma economia que valoriza a singularidade e a identidade de São Luís.

Apesar da grande diversidade cultural, há desafios. Silva (2022) aponta a necessidade de infraestrutura e políticas que não apenas apoiam os artistas e criativos locais, mas também garantem que o crescimento seja sustentável, equitativo e inclusivo. A gestão e promoção do turismo cultural, a preservação do patrimônio e o apoio à inovação e empreendedorismo criativo são fundamentais.

A influência da geografia na cultura de São Luís, conforme analisado por Machado e Silveira (2023), é outro aspecto fundamental para compreender a dinâmica da economia criativa na cidade. A posição geográfica de São Luís, sua história e seu ambiente natural têm moldado de maneira significativa as expressões culturais da cidade, desde a sua arquitetura colonial única até suas festividades tradicionais. A geografia não apenas influencia a forma como a cultura é vivenciada e expressa em São Luís, mas também oferece recursos e elementos para a criação econômica, destacando o papel da localização e do ambiente na configuração das atividades criativas.

O turismo cultural é apontado por Ferreira (2021) como uma estratégia chave para o desenvolvimento local em São Luís, aproveitando seu rico patrimônio cultural e histórico para atrair visitantes e promover a economia local. Essa abordagem não só valoriza o patrimônio cultural da cidade quanto também contribuem para a sua preservação, ao mesmo tempo em que se geram renda e empregos para a população local. O turismo cultural, portanto, emerge como uma área promissora da Economia Criativa, capaz de integrar valorização cultural, desenvolvimento econômico e inclusão social.

A música, como discutido por Gonçalves e Almeida (2022), desempenha

papel crucial na construção e expressão da identidade de São Luís. A diversidade musical da cidade, que vai do reggae ao tambor de crioula, não apenas reflete a forte mistura cultural de São Luís, mas também contribuem para a sua projeção no cenário nacional e internacional. A música se torna, assim, ferramenta de valorização da identidade local, ao mesmo tempo em que serve como um importante vetor econômico no âmbito da economia criativa, promovendo a cidade como um destino turístico cultural bastante procurado.

A integração dessas diferentes dimensões – artesanato, geografia, turismo cultural e música – ilustra a complexidade e a riqueza da economia criativa em São Luís, destacando como a criatividade e a cultura podem ser alavancas para o desenvolvimento sustentável. A valorização do patrimônio cultural de São Luís, nesse sentido, não se restringe à preservação de seus aspectos materiais e imateriais: ela se estende à promoção de uma economia que seja reflexo da identidade, da criatividade e da diversidade cultural da cidade.

Dessa forma, no Centro Histórico de São Luís, a Economia Criativa abrange uma variedade de setores que valorizam o patrimônio cultural e a diversidade local, em que incluem: o Turismo Cultural; Artesanato; Gastronomia; Eventos Culturais; Economia Colaborativa; Espaços de economia colaborativa; Patrimônio Cultural.

Um dos projetos instalados em imóveis históricos é o Escritório Porta e Janela, um espaço popular dedicado à arquitetura e ao urbanismo situado na Rua do Ribeirão, que presta serviços e orientações técnicas para reformas voltadas à população de baixa renda em São Luís. Além disso, o local conhecido como Casarão Porta e Janela também inclui o espaço cultural Tebas Bar e Café (Figura 6), oferecendo áreas para *co-working*, salas destinadas à realização de cursos e oficinas, bem como uma biblioteca colaborativa aberta à comunidade (Nicolau, 2022).

A iniciativa busca promover uma programação cultural diversificada e acessível para a comunidade em um espaço urbano de relevância histórica. Jéssica Carvalho, arquiteta e produtora cultural do Porta e Janela, ressalta o grande potencial artístico da área, especialmente devido à sua localização central, boa infraestrutura e intensa circulação de pessoas no Centro Histórico de São Luís (MA) (Nicolau, 2022).

Figura 6 – Economia criativa no Centro Histórico de São Luís – Nosso Centro



Fonte: Nicolau (2022).

A empreendedora em questão também reforça que esse lugar foi historicamente construído pelo trabalho forçado de pessoas negras escravizadas, deixando forte marca histórica ainda visível nas ruas e edifícios. Por isso, considera fundamental que esse território seja ocupado ativamente pela população local, incentivando circuitos econômicos alternativos, garantindo o acesso democrático à cultura e à arte, e proporcionando uma diversidade de usos e atividades essenciais para manter a vitalidade e sustentabilidade do lugar (Nicolau, 2022).

Destaca-se ainda que, nesse contexto da Economia Criativa do Centro Histórico de São Luís (Figura 7), tem-se a Feirinha, um incentivo fomentado pela Prefeitura Municipal de São Luís, que conta com atividades artísticas, vendas de artesanatos e comidas típicas, ocorrendo aos domingos (das 7h às 15h). Criada pela Lei Municipal nº 6.871, de 23/12/2020 (São Luís, 2020), a Feira de São Luís (FSL) é realizada em colaboração com a Secretaria de Agricultura, Pesca e Abastecimento (SEMAPA), o Banco do Nordeste e o Governo do Estado, e recebe aproximadamente 10 mil visitantes por edição.

Figura 7 – Economia criativa no Centro Histórico de São Luís



Fonte: Rodrigues (2022) e Soares (2022).

Cada artesão, artista e empreendedor criativo em São Luís não é apenas um contribuinte para a economia, mas um guardião da cultura da cidade. A FSL, conforme destacado por Carvalho (2022), não é apenas um mercado, mas um microcosmo da economia criativa de São Luís. Cada estande, cada produto à venda, é um capítulo em uma narrativa contínua de inovação criativa enraizada em tradições culturais profundas. É um espaço onde a economia e a cultura se encontram, oferecendo aos visitantes não apenas produtos e serviços, mas também uma experiência imersiva na cultura de São Luís.

Carvalho, Cutrim e Costa (2017) destacam a identidade cultural de São Luís como um elemento crucial para o desenvolvimento do turismo, um dos pilares da economia criativa. A riqueza cultural, refletida nas festas tradicionais, na arquitetura e nas práticas culinárias, oferece um vasto campo para a exploração econômica sustentável. Entretanto, os autores apontam para a necessidade de Políticas Públicas que protejam e promovam essa identidade cultural, evitando a sua comercialização excessiva e a perda de autenticidade, que podem derivar de um turismo não regulado.

Já para Santos, Santos e Marques (2020) a FSL se tornou um impulsionador significativo na promoção dos meios de produção familiar e cooperativos coletivos. De maneira dinâmica e bem estruturada, ela proporciona uma plataforma para grupos diversos artesãos, microempreendedores, produtores locais e



grupos culturais comercializarem seus produtos e serviços no centro histórico de São Luís. Essa iniciativa, por sua vez, valoriza a diversidade de produtores e empreendedores locais associados ao Centro de Referência Estadual de Economia Solidária do Maranhão (CRESOL) (Figura 8).

Figura 8 – Ambientes da Feirinha, expressando diversos aspectos do empreendedorismo em São Luís



Fonte: Soares (2022).

Rocha e Ferreira (2021) examinam o impacto da economia criativa no mercado de trabalho de São Luís, reconhecendo o seu potencial de geração de emprego e renda, especialmente em setores como o artesanato, a música e o turismo. No entanto, enfrenta-se o desafio da informalidade e da falta de capacitação profissional, o que pode limitar o crescimento sustentável desses setores. Os autores sugerem a implementação de programas de formação e capacitação, bem como o incentivo à formalização de empregos, como estratégias para maximizar os benefícios da economia criativa para o mercado de trabalho local.

Além da arquitetura Colonial, o complexo da Casa das Tulhas (Figura 9) abriga manifestações da cultura ludovicense, expressas através do artesanato, da gastronomia e do folclore. É um local em que se tem uma proximidade com o que há de mais original dos costumes da população que vive na capital do Maranhão e que, por esse motivo, tem um grande potencial de visitação turística, devendo, deste modo, ser mais bem trabalhado por seus gestores, a fim de torná-lo referência dentro do

## Centro Histórico de São Luís.

Figura 9 – Casa das Tulhas



Fonte: Arte fora do Museu (2024).

A Casa das Tulhas (Feira da Praia Grande) é uma construção aberta, do século 19, transformada em uma feira com diversos quiosques. Dezenas de lojistas oferecem produtos típicos da região, como doces, licores, cachaças – incluindo a tiquira, derivada da mandioca –, temperos e panelas de ferro e de alumínio. Ocasionalmente, nas noites de sexta-feira, a partir das 19h, há apresentação de Tambor de Crioula, uma dança de roda típica do Maranhão (Arte fora do Museu, 2024, p. 1).

A Casa das Tulhas faz parte dos bens protegidos pela UNESCO, sendo considerada parte do Patrimônio da Humanidade. Como destino turístico que se pauta no seu caráter cultural, e como Capital da Cultura 2009, São Luís necessita de maior valorização de seu acervo de bens materiais e imateriais. O complexo da Casa das Tulhas abriga não somente aspectos tangíveis da cultura ludovicense retratados na sua arquitetura, mas também aspectos da cultura imaterial ilustrados pela culinária típica lá produzida e comercializada, pelos modos peculiares de viver da população que frequenta o local, pela arte e artesanato lá comercializados, pela religiosidade presente em especial dentro da Feira, pela manifestação do Tambor de Crioula com dia certo para se apresentar, dentre uma série de outros fenômenos pelos quais o ludovicense ali conhece e se reconhece. Pois se é a partir desse conhecimento do patrimônio, segundo Meneses (2004), a Casa das Tulhas é um dos lugares de grande

importância para se entender a sociedade local.

Apesar da cultura de grande expressividade, há uma tendência governamental de enfatizar o turismo de sol e praia, sendo necessário que as políticas que estimulam o setor sejam muito bem elaboradas e operacionalizadas, enfatizando os inúmeros atrativos locais. Neste sentido, inserir a Casa das Tulhas no segmento do Turismo cultural consolidado em São Luís pode trazer uma série de vantagens dentre elas a melhoria da relação custo-benefício dos esforços de marketing, a melhoria no atendimento das expectativas do turista e diminuição do fator da sazonalidade (Mota, 2001).

O complexo da Casa das Tulhas possui os componentes necessários para ser caracterizado como produto turístico em que, segundo Ignarra (2003), destacam-se: a) produtos de alimentação, alimentação e comércio; b) recursos livres, no caso a cultura, a tradição e o modo de vida; c) infraestrutura adaptada para receber visitantes (talvez não a mais apropriada, mas essa existe ali); d) gestão na figura da Associação dos Feirantes. É importante perceber que há uma demanda real e potencial para o local, no entanto as ferramentas de gestão não são aplicadas pelos seus responsáveis ou por falta de conhecimento ou por barreiras burocráticas.

A Feira da Praia Grande possui um atributo importante no setor de serviços, a empatia, que, segundo Mota (2001), são a atenção e o carinho individualizados proporcionados ao cliente. Este atributo acaba por confundir-se, também, como um valor esperado pelo turista ao visitar locais como este, pois geralmente são pessoas da terra com a simplicidade e hospitalidade típica do povo.

No entanto, a busca pela qualidade nos serviços prestados na Feira da Praia Grande em geral não foi observada durante a realização desta pesquisa, pois justamente, por se tratar de uma feira, a maioria das pessoas tem a noção de que deve ser desorganizada, muitas vezes sem muita limpeza e os preços por vezes pouco competitivos. Além disso, como relatado por alguns feirantes, eles fazem projetos de qualificação profissional, mas na hora da execução são impedidos tanto por resistência de outros feirantes como por outras questões aleatórias, o que resulta no esquecimento.

Algumas das preocupações relatadas por Cobra (2001) sobre as influências na decisão de compra do consumidor podem ser destacadas também na Feira da Praia Grande: a imaginação como fonte de riqueza tangibilidade através da rica culinária e do artesanato, por exemplo, a espiritualidade retratada na religiosidade

presente tanto no catolicismo como em cultos afrodescendentes. Para promover o complexo da Casa das Tulhas é necessário que se percebam suas especificidades já mencionadas, utilizando-se estratégias de captação de consumidores potenciais através do despertar de seus sentidos, como, por exemplo, o paladar através de imagens da gastronomia, a curiosidade de ouvir a sua música, o entrelaçamento de cores e texturas etc. Dentro de um local como este as possibilidades de chamar a atenção do consumidor são inúmeras para um profissional que não esteja focalizado somente nas necessidades reais dos consumidores, mas que tenha critérios para criar novos desejos.

Esses critérios propostos por Kotler (1998), que muitas vezes são tão almejados por muitos segmentos e organizações do setor de serviços, existem na Casa das Tulhas e Feira da Praia Grande bem antes deles serem considerados critérios, oferecendo um benefício altamente valorizado para um número suficiente de compradores, que é o contato direto com o autóctone; pois oferece em um só local os produtos regionais procurados pelo turista que visita São Luís; geralmente a qualidade é melhor que nos outros locais; a comunicabilidade é clara ao consumidor; principalmente tanto por seu caráter físico quanto ainda pelo seu aspecto imaterial.

O valor que é dado à Casa das Tulhas e à Feira da Praia Grande pelos agentes que compõem o *trade* turístico de São Luís é notório, mesmo que as ações para a sua gestão e conservação fiquem em segundo plano ou mesmo nem aconteçam. No entanto, é fundamental criar um posicionamento mais bem definido deste local como ponto de visita obrigatório, a exemplo de outros mercados públicos já consagrados no Brasil. As estratégias de posicionamento de marketing combinando inovação, conhecimento dos consumidores e concorrência, e a própria força da organização, são capazes de fazer com que esse complexo deixe de ser um local somente de passagem no Centro Histórico.

O apoio governamental, por exemplo, é algo buscado constantemente pelos feirantes, seja através de projetos, seja através de reivindicações informais. No entanto, é necessário compreender-se que a Casa das Tulhas não pertence à municipalidade desde 1946 e que, mesmo sendo um ponto visado turisticamente, o maior interessado e investidor neste caso devem ser os próprios donos dos estabelecimentos comerciais, mesmo que nada impeça o apoio da administração pública e de outras empresas de iniciativa privada. Quanto à falta de capacitação dos feirantes, pode-se notar que, mesmo que haja um atendimento simpático, nem sempre



este está adequado às necessidades nem dos próprios residentes, não se podendo esperar muito do atendimento ao turista. Nem mesmo nas lojas de artesanato da parte externa se encontra um atendimento que caiba no conceito de qualidade.

A Casa das Tulhas, após o Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico, tornou-se um dos pontos turísticos do Centro Histórico de São Luís e abriga quatro restaurantes, 16 lojas de artesanato, cinco comércios formais, uma agência de viagem, uma lanchonete, um bar e um ateliê. Em sua área interna – a Feira da Praia Grande – abriga 49 boxes, sendo 12 restaurantes, duas lanchonetes, cinco mercearias, nove comércios de produtos regionais, cinco de camarões, um de cachaça da terra, um açougue, duas de juçara, um amolador (facas, tesouras, alicates etc.), um artesanato, quatro capoeiras (viveiros) para comercialização de aves vivas e mais seis bancas de madeira (comercialização de ervas e frutos tropicais) (Associação dos Feirantes no Comércio da Praia Grande, 2008; Lorêdo; Santos, 2008).

Desse modo, é importante perceber, pela variedade de comércio encontrado neste espaço, que ele supre não somente as necessidades do turista que o visita, mas também, e especialmente, do habitante, daquele que trabalha nas proximidades e aproveita para se abastecer de gêneros ou se utilizar dos restaurantes que ali se encontram. É nesse retorno dado pelo autóctone que se nota o forte valor identitário, como proposto por Meneses (2004), no qual há uma relação na construção de imagens, significado e identidade para a população.

Dentre os produtos comercializados no mercado destacam-se: camarões secos, peixes secos, aguardente de mandioca (tiquira), castanhas; remédios para todos os males, da gripe à impotência, geleias de pimenta, farinhas de mandioca (em especial do tipo biriba), doces regionais como o de bacuri, refrigerante Jesus, de cor rosada, além de artesanatos locais e bares e restaurantes de culinária local maranhense. Especialmente na Feira, o visitante pode ter uma aproximação do cotidiano do povo maranhense, conhecendo seus hábitos e costumes. No entanto, percebe-se que esse ponto turístico não está sendo muito bem aproveitado tendo em vista o seu potencial, tanto em termos de localização – pois se situa no núcleo central do Bairro da Praia Grande – como de comercialização de gêneros.

A riqueza do seu patrimônio está também nas figuras que por ali passam, poetas, compositores, artistas e donos de estabelecimentos dentro da feira que circulam pelo local e contam causos de seus pais e avós além de manifestações

culturais como o Tambor de Crioula que se apresenta todas as sextas-feiras dentro da Feira da Praia Grande, tem-se ainda um altar em homenagem ao Santo Padroeiro do local, São José das Laranjeiras. Todos os anos há a comemoração deste Santo no último domingo do mês de outubro, quando são realizadas alvorada de fogos, romaria até a cidade de São José de Ribamar, ladainha e, na volta, coquetel para os participantes e seresta até o final do dia.

Nesse sentido, a partir da análise F.O.F.A. (Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças) aplicada por Barbosa Filho (2009) na Casa das Tulhas e Feira, podem-se identificar todas essas peculiaridades, além disso, a Casa das Tulhas está inserida entre os bens que deram a São Luís o título de Patrimônio da Humanidade. A culinária típica marcante na Feira é um item de igual valor tanto para o turista quanto para o frequentador da cidade. O acesso ao local também é estratégico, por localizar-se no centro da cidade.

Falta de apoio governamental, falta de capacitação dos feirantes, ausência de sinalização turística adaptada, sazonalidade e ineficiência administrativa; em grande parte há o estado de preservação precário, pouca divulgação e ausência de planejamento de marketing turístico; em parte, considera-se o saneamento básico deficitário. Os visitantes que passam pela Casa das Tulhas muitas vezes nem sabem o que é aquele local. Por não serem permitidas intervenções na estrutura e fachada do local há que se pensar em medidas alternativas para identificar um prédio tão precioso como este e poder implementar estratégias de marketing que divulguem o local.

É um local onde são comercializados gêneros alimentícios e onde são produzidas refeições todos os dias, necessitando de higiene permanente. Esse quesito seria facilmente resolvido pela própria Associação de Feirantes em regime de rodízio, visto que são muitas lojas e muitos boxes que compõem e que usufruem daquela estrutura. Outra solução é a busca de parcerias junto às empresas privadas que apoiam projetos culturais.

As oportunidades são evidentes ao vislumbrarmos a diversidade cultural presente no local que consegue reunir o que há de mais típico da cultura ludovicense deveria ser um dos atrativos de destaque na cidade que poderia estar mais em evidência ao contrário do descaso em que se encontra.

A criação de uma marca é fator de fundamental relevância para a consolidação da Casa das Tulhas e Feira da Praia Grande como produto turístico,

visto que pela diversidade de utensílios, de objetos, de comidas, de cheiros, de cores, de pessoas que frequentam e que trabalham lá, se torna uma tarefa trabalhosa sintetizar essa mistura de coisas em algo que represente e que seja a cara da Feira. Para isso é imprescindível que seja um trabalho engajado junto com todas as partes interessadas.

Contudo a falta de apoio governamental e o abandono e depredação do patrimônio cultural ameaçam não somente a Casa das Tulhas, mas o restante do conjunto sob proteção da UNESCO em São Luís. É uma ameaça à própria prática do turismo cultural, que é o carro-chefe do turismo nesta cidade.

## **2.8 Nos meandros do Centro Histórico e sua economia criativa**

A análise empírica do campo de pesquisa desempenha um papel crucial na análise geográfica do Centro Histórico de São Luís e de sua Economia Criativa, na medida que integra perspectivas múltiplas à pesquisa. Serão apresentados os resultados obtidos a partir dos questionários.

A valorização do patrimônio histórico-cultural condiz com a valorização da identidade das pessoas que contribuíram para a existência e preservação deste local. Por isso, preservar as paisagens, as obras de arte, as festas populares, a culinária ou qualquer outro elemento cultural de um povo, é manter a identidade desse povo.

A importância de se preservar o Patrimônio Histórico está associada à constituição de uma memória coletiva, considerando que é por meio da memória que nos orientamos para compreender o passado, o comportamento de um determinado grupo social, uma cidade ou mesmo uma nação.

No Brasil, diversos centros históricos dentre eles: Idade Histórica de Ouro Preto (MG); Centro Histórico de Olinda (PE); Ruínas de São Miguel das Missões (RS); Centro Histórico de Salvador (BA); Santuário do Bom Jesus de Matosinhos (MG); Brasília (DF); Parque Nacional da Serra da Capivara (PI); Centro Histórico de São Luís (MA).

O Centro Histórico de São Luís apresenta características típicas das cidades coloniais portuguesas, evidenciadas pela adaptação do traçado urbano e da arquitetura às condições climáticas e culturais da América do Sul. O núcleo original da cidade, fundado pelos franceses em 1612, consolidou-se após a expulsão destes, quando, em 1615, o engenheiro português Francisco Frias de Mesquita projetou o

novo traçado urbano. O desenvolvimento mais intenso do conjunto urbano ocorreu entre os séculos XVIII e XIX, período de expansão econômica e comercial, quando se consolidaram as tipologias arquitetônicas que hoje compõem o patrimônio histórico da cidade (Lima, 2011). A posição geográfica, estratégica e favorável aos empreendimentos exploratórios do Novo Mundo foram elementos determinantes que despertaram a cobiça das nações europeias por estas terras em um momento histórico de expansão e conquista mundial.

O tecido urbano do Centro Histórico foi preservado com todos os elementos que o caracterizam e lhe conferem singularidade, expressos, especialmente, pelas técnicas construtivas utilizadas em adaptação às condições ambientais e possuindo dimensões adequadas que lhe permitem transmitir a sua importância no contexto do processo de ocupação territorial. Por se tratar da capital do Estado do Maranhão, a cidade se expandiu, mas não garantiu a preservação integral da malha urbana do século XVII e seu conjunto arquitetônico original.

A arquitetura histórica de São Luís é diretamente influenciada pelos ventos, umidade e salinidade, devendo ter manutenção constante, o que não é uma realidade e contribui para o quadro de degradação de muitos prédios que não recebem operações de conservação. Tal realidade coloca em risco as edificações e a vida das pessoas que se utilizam da área o que pode ser atestado pelo levantamento realizado pelo Corpo de Bombeiros do Maranhão em 2025, indicando a existência de risco estrutural em 261 casarões históricos, sendo que 95 deles estão em condição de risco crítico.

Assim sendo, ações do poder público, iniciativa privada e da comunidade buscam preservar e compartilhar a memória e o patrimônio histórico da cidade, movimentando o território. “Fazer a gestão num centro histórico desse tamanho é difícil, por isso é necessário pensar em atividades que envolvam as pessoas que são residentes, promovendo o desenvolvimento territorial para os moradores e comerciantes” (Rodrigues, 2022, p. 1).

Os centros históricos brasileiros, em particular o de São Luís, revela um complexo entrelaçamento de desafios e oportunidades. A herança cultural e arquitetônica se contrapõe aos desafios da conservação, habitação e especulação imobiliária. Há uma necessidade urgente de equilibrar a preservação histórica com a evolução urbana e social. As cidades históricas não são apenas relíquias do passado: elas são entidades vivas, pulsantes com a vida contemporânea, inovação e criatividade.

Sua jornada, desde sua fundação em 1612 até se tornar um Patrimônio Mundial da UNESCO, é uma narrativa repleta de transformações. Os casarões coloridos e as ruas de paralelepípedos são testemunhos silenciosos de uma história rica, mas também do dinamismo contemporâneo. A cidade não está congelada no tempo: ela está em um constante estado de fluxo, moldada tanto por suas tradições quanto pelas inovações modernas.

No cerne desta discussão está a economia criativa que tem o potencial de reconciliar as complexidades inerentes à preservação e modernização. São Luís é um exemplo de como a cultura e a economia podem entrelaçar-se para criar um ambiente favorável ao desenvolvimento. Cada nota musical, cada peça de artesanato, cada prato é uma expressão da identidade cultural da cidade e, ao mesmo tempo, um componente vital de sua economia.

A economia criativa, e por extensão em outros centros históricos, não é uma entidade isolada. Ela está profundamente enraizada no tecido social, cultural e econômico da cidade. Cada evento cultural, cada iniciativa de preservação e cada esforço de revitalização são partes integrantes de um ecossistema maior. Este ecossistema é tanto local quanto global, uma intersecção onde as tradições locais encontram e se entrelaçam com influências globais.

A discussão se aprofunda quando consideramos as Políticas Públicas e iniciativas como a Rede de Cidades Criativas da UNESCO. Estas não são apenas diretrizes políticas; elas são instrumentos de transformação, pois têm o potencial de direcionar e moldar o crescimento, garantindo que a preservação histórica e a inovação criativa sejam não apenas complementares, mas também sinérgicas.

O desafio, contudo, não é insignificante. A tensão entre o velho e o novo, o tradicional e o moderno, são palpáveis. Cada esforço de preservação confronta a realidade da urbanização, cada iniciativa criativa enfrenta os limites impostos pela preservação. Reconciliar esses elementos contraditórios requer uma visão integrada, onde a preservação e a inovação não são vistas como polos opostos, mas como elementos complementares de um todo unificado.

Ao analisar, é perceptível que a cidade não seja definida apenas por sua arquitetura colonial ou tradições folclóricas, mas também por sua população atuante, seu comércio crescente e seu dinamismo cultural. A Feirinha, por exemplo, não é apenas um mercado: é um microcosmo da economia criativa da cidade, um espaço onde a arte, a cultura e o comércio se encontram e se transformam mutuamente.

Neste contexto, a revitalização urbana visa não apenas restaurar edifícios e renovar espaços públicos, mas revitalizar o espaço urbano, dar novas funções às edificações com vistas à sua conservação. É sobre transformar centros históricos em espaços vivos, onde a história e a modernidade coexistem e se enriquecem mutuamente.

A sustentabilidade emerge como um conceito central nesta discussão. A preservação histórica e a economia criativa devem ser sustentáveis, não apenas em termos ambientais, mas também sociais, culturais e econômicos. A inclusão social, a diversidade cultural e o desenvolvimento econômico devem ser integrados para garantir que os centros históricos sejam não apenas preservados, mas incluso efetivamente na dinâmica da cidade.

Para que essa visão se concretize, as políticas públicas precisam ser robustas, inclusivas e dinâmicas, capazes de se adaptar às transformações aceleradas, antecipar desafios emergentes e aproveitar oportunidades ainda inexploradas. A Rede de Cidades Criativas da UNESCO (2004), constitui uma iniciativa internacional que busca promover a cooperação entre cidades que identificam a criatividade como um fator estratégico para o desenvolvimento urbano sustentável. No Brasil, sua contraparte articulada pelo Ministério da Cultura (MinC) e por redes locais de gestão cultural oferece um modelo de referência. No entanto, a eficácia de sua implementação dependerá da colaboração entre governos, comunidades, empreendedores e agentes criativos.

Em última análise, a preservação e o uso dos centros históricos, como o de São Luís, se situam na interseção entre o legado e o futuro, a herança e a inovação. Não se trata apenas de preservar edificações históricas e tradições culturais, mas de infundir nova vida, energias e oportunidades nesses espaços. Portanto, é imperativo que as estratégias de dinamização dos centros históricos sejam adaptáveis e resilientes quanto as cidades que buscam transformar esses espaços.

O poder das comunidades locais não pode ser subestimado nessa equação. São os residentes, artesãos, artistas e empresários locais que trazem dinamismo aos centros históricos. São eles que transformam edifícios antigos em lares, ateliês e empresas, que tecem a tapeçaria cultural da cidade com suas mãos, vozes e imagens. Portanto, qualquer estratégia no sentido de dar novos usos ao Centro Histórico deve ser centrada nas pessoas, sendo inclusiva, participativa e empoderadora.

A integração de tecnologias emergentes é outro pilar fundamental. A digitalização, a inteligência artificial e outras inovações tecnológicas não são ameaças à preservação histórica, mas ferramentas poderosas que podem ser usadas para aprimorar, enriquecer e diversificar a experiência urbana. Elas podem ajudar a documentar, preservar e revitalizar a herança cultural, tornando-a acessível, interativa e envolvente para as gerações contemporâneas e futuras.

No entanto, a implementação de tecnologia deve ser sensível ao contexto cultural. Deve-se evitar a homogeneização e a perda da autenticidade. Cada cidade, cada comunidade, cada edifício tem sua própria história, caráter e identidade. A tecnologia deve ser usada para realçar e celebrar essa singularidade, não para substituí-la ou obscurecê-la.

A flexibilidade e a inovação nas políticas de uso da terra e habitação também são vitais. Os centros históricos não podem ser museus estáticos; eles devem ser espaços vivos, adaptáveis e acessíveis. A habitação acessível e diversificada, os espaços públicos inclusivos e os ambientes criativos são essenciais para garantir que essas áreas não apenas sobrevivam, mas prosperem.

Olhando para o futuro, a visão de São Luís e de outros centros históricos brasileiros não é de estagnação, mas de renovação contínua. É uma visão onde a herança e a inovação coexistem, onde o passado é uma fundação sobre a qual o futuro é construído. É um processo orgânico, dinâmico e colaborativo, que reconhece que, embora as pedras e estruturas possam ser antigas, as energias, ideias e aspirações que elas abrigam são eternamente jovens e em evolução.

Essa discussão ilustra a complexidade e a multifacetada natureza da revitalização dos centros históricos. Não há uma solução única, nem deveria haver. Cada cidade, com seu próprio contexto histórico, cultural e social, requer uma abordagem personalizada, adaptada às suas necessidades específicas, desafios e oportunidades. O que une todas as estratégias eficazes, no entanto, é o reconhecimento de que a preservação histórica e a inovação criativa são aliadas, não adversárias, na jornada para forjar cidades que são, ao mesmo tempo, mantenedores da história e arquitetas do futuro.

A riqueza e profundidade desta temática se expande para além das construções e geografias, ancorando-se profundamente nas pessoas – corações e mentes que habitam, vivenciam e transformam esses espaços centenários. É nessa humanidade intrínseca que reside a essência da verdadeira revitalização, uma que

não apenas restaura edifícios, mas também reacende o espírito e a vitalidade das cidades históricas, propiciando um diálogo contínuo entre as gerações, culturas e temporalidades. Cada pedra, rua e praça é um convite para explorar, reimaginar e redefinir o que significa ser, simultaneamente, um guardião do passado e um visionário do futuro.

O Centro Histórico de São Luís possui uma arquitetura colonial portuguesa única, com azulejos, sobrados e igrejas que remontam aos séculos XVII e XVIII. No entanto, ao longo do tempo, a área enfrentou problemas de degradação, abandono e descaracterização.

## **2.9 O termo “Reviver” associado aos projetos de reforma e reestruturação do Centro Histórico de São Luís**

O termo “Reviver” refere-se a um projeto de revitalização urbana implementado no Centro Histórico de São Luís, Maranhão. Este projeto foi concebido com o objetivo de recuperar e preservar o patrimônio histórico e cultural da área que é reconhecido pela UNESCO como Patrimônio Cultural da Humanidade desde 1997. O Centro Histórico de São Luís possui uma arquitetura colonial portuguesa única, com azulejos, sobrados e igrejas que remontam aos séculos XVII e XVIII. No entanto, a área enfrentou problemas de degradação, abandono e descaracterização.

O projeto Reviver a Praia Grande foi lançado no ano de 1987 como uma iniciativa para revitalizar essa área histórica. Ele envolveu esforços de restauração de edifícios históricos, requalificação de espaços públicos, incentivo à atividade cultural e turística, além de medidas para promover o desenvolvimento econômico sustentável através da valorização do patrimônio cultural. Portanto, o termo “Reviver” é parte do nome do projeto que reflete o objetivo de resgatar a história e a identidade cultural do Centro Histórico de São Luís, promovendo sua revitalização e tornando-o um local vibrante para moradores, visitantes e empreendedores criativos.

O termo “Reviver” reflete, portanto, o objetivo de resgatar a história e a identidade cultural do Centro Histórico de São Luís, promovendo sua revitalização e tornando-o um local vibrante para moradores, visitantes e empreendedores criativos (Figura 10).



Projeto Reviver



Fonte: própria autora (2024).

O uso do termo Reviver tem sido tão difundido para fazer alusão à ao Bairro da Praia Grande que muitas pessoas, até mesmo moradores, confundem Reviver com o nome de bairro.

## 2.10 O conceito de Anel Viário no contexto da reforma de cidades históricas

O Anel Viário de São Luís, concebido nas décadas de 1970 e 1980 (Figura 11), surgiu como uma das principais intervenções urbanas voltadas à modernização da malha viária da capital maranhense, que seguia o processo iniciado pelo então Prefeito Municipal Octácilio Saboia Ribeiro nos anos de 1930 (Farias Filho, 2023). Sua construção foi motivada pelo crescimento urbano acelerado e pela necessidade de desafogar o trânsito no centro histórico, permitindo a ligação entre diferentes zonas da cidade por meio de um eixo perimetral. As obras tiveram início no governo estadual de Pedro Neiva de Santana (1971–1975) e se estenderam ao longo de gestões posteriores, sendo executadas em etapas que incluíram o aterro do Rio Bacanga e a abertura de avenidas estruturantes, como a Senador Vitorino Freire e a dos Africanos (Freire, 2010).

Figura 11 – Aspecto do Anel Viário



Fonte: própria autora (2024).

O Anel Viário consolidou-se como marco do planejamento urbano moderno da capital, integrando áreas centrais e periféricas e influenciando profundamente a configuração territorial da cidade. Porém, ao longo do tempo, os canteiros e abrigos para paradas de ônibus foram sendo ocupados e transformados em bares e outros comércios, sendo também ponto de venda de drogas e de prostituição, o que forçou as autoridades locais a fazerem diversas intervenções ao longo do tempo.

No início do século XX, com o aumento de automóveis e o crescimento das cidades, os anéis viários começaram a ser planejados como parte da infraestrutura urbana moderna e São Luís, também, passou a incorporar essas obras ao cenário urbano, ainda que lentamente. A ideia de anéis viários foi incorporada em muitos planos urbanísticos como forma de melhorar a mobilidade urbana e reduzir a congestão nos centros das cidades.

O conceito ganhou popularidade e foi adotado em várias cidades ao redor do mundo, pois ajuda a descongestionar as vias centrais da cidade, melhorando o fluxo de tráfego. Este tipo de obra promove o crescimento de áreas periféricas, incentivando a construção de infraestrutura e comércio ao longo do anel viário. Melhora o acesso a diferentes partes da cidade e aos subúrbios. A construção de anéis viários pode ser cara e ter impactos ambientais significativos. Em alguns casos, a construção de anéis viários pode levar ao deslocamento de comunidades e à

destruição de bairros existentes.

A última grande reforma do Anel Viário de São Luís representou uma completa reconfiguração desse importante corredor urbano, que desde sua inauguração na década de 1970 vinha apresentando degradação estrutural e saturação do tráfego. As intervenções, realizadas a partir de 2019 e concluídas em 2022 (Figura 12), integraram um conjunto de obras do programa de requalificação urbana e mobilidade conduzido pelo Governo do Maranhão e pela Prefeitura de São Luís, com apoio do Ministério do Desenvolvimento Regional (São Luís, 2022b). A antiga denominação também foi alterada, passando o local a ser chamado de Terminal e Parque Urbano de São Luís, ainda que o termo Anel Viário ainda seja muito utilizado pela população da cidade.

Figura 12 – Vista aérea do Terminal e Parque Urbano de São Luís após reestruturação de 2022



Fonte: Meireles Júnior (2023).

O projeto incluiu nova pavimentação asfáltica, readequação geométrica das vias, implantação de canteiros centrais, sinalização horizontal e vertical, além da modernização da iluminação pública com lâmpadas em LED. Também foram executadas obras de drenagem profunda e superficial, essenciais para conter os recorrentes alagamentos que comprometiam a trafegabilidade na área. A intervenção previu ainda melhorias na acessibilidade, com construção de calçadas padronizadas e rampas, bem como a revitalização de praças e espaços públicos adjacentes,



transformando o antigo trecho em um eixo moderno e funcional, adequado ao intenso fluxo de veículos que conecta o Centro Histórico às avenidas Senador Vitorino Freire e dos Africanos (São Luís, 2022b).

Essa reforma marcou o encerramento de um longo ciclo de deterioração do Anel Viário e simbolizou a tentativa de reintegrar o espaço urbano central ao planejamento contemporâneo de mobilidade da capital maranhense e permitiu que muito pequenos empreendedores reestruturassem seus negócios para se adequarem às novas instalações do Anel Viário.

## **2.11 A Praça da Saudade**

A Praça da Saudade (Figura 13) está situada no bairro da Madre Deus, próxima a áreas residenciais e de comércio, facilitando o acesso e tornando-se um ponto de encontro popular. A praça faz parte do processo de crescimento urbano de São Luís, que começou a se modernizar e a criar espaços públicos ajardinados durante o período colonial e se intensificou no período imperial e republicano. Culturalmente é um espaço de convivência onde as pessoas se reúnem para conversar, relaxar e participar de eventos comunitários, sendo palco de eventos culturais, festividades, feiras e outros encontros que promovem a cultura local e a integração da comunidade. Ressalta-se, porém, que a Praça tem sido um espaço dedicado a promover o empreendedorismo, possuindo atividade intensa durante as festividades do carnaval e outras datas comemorativas. O nome “Praça da Saudade” pode refletir um sentimento de nostalgia e lembrança, um espaço dedicado à memória e à contemplação e se justifica por estar ao lado do Cemitério do Gavião.

Figura 13 – Vista panorâmica da Praça da Saudade, na Madre Deus



Fonte: própria autora (2024).

Com sua beleza associada à promoção de eventos festivos, atrai turistas que visitam São Luís para explorar o patrimônio histórico e cultural da cidade, a praça apresenta características arquitetônicas e de paisagismo típicas de diferentes períodos históricos, refletindo diversas influências arquitetônicas.

No entanto, a conservação da Praça da Saudade é essencial para manter seu valor histórico e cultural, com projetos de restauração e manutenção na infraestrutura, plantio de novas espécies de plantas, instalação de iluminação moderna e criação de espaços recreativos, por ser um espaço público carregado de significado histórico, cultural e social. Sua origem remonta ao desenvolvimento urbano da cidade e sua função como local de encontro e memória continua a ser relevante até hoje. A preservação e revitalização da praça são essenciais para manter sua importância como um símbolo da identidade local e um espaço de convivência e cultura.

Na Praça da Saudade, anteriormente ocupada de forma irregular por comerciantes, havia pouco uso como local de encontro e lazer. Por ficar ao lado de um cemitério, a área era marcada pela atuação de bancas de flores improvisadas, especialmente durante o feriado do Dia dos Finados celebrado no dia 02 de novembro. Com a reconstrução, a localidade recebeu um projeto que conferiu a melhor utilização da área livre existente, além de viabilizar a integração entre bancas de alimentos,

bancas de revistas e pontos de táxi.

## 2.12 A Praça da Misericórdia

A Praça da Misericórdia (Figura 14), situada em frente ao Hospital da Santa Casa de Misericórdia, no Centro Histórico de São Luís do Maranhão, é uma das mais antigas da cidade, com origem no período colonial. No século XIX, o local era conhecido como “Largo do Hospital da Misericórdia” e passou por várias mudanças de nome: em 1894, foi batizada como Praça Conselheiro Silva Maia e, posteriormente, em 1903, como Praça da Caridade, embora a população tenha mantido o nome original (Bastos; Araújo; Rocha, 2023).

Figura 14 – Vista da Praça da Misericórdia



Fonte: própria autora (2024).

Um dos marcos mais significativos da praça é a estátua feminina em ferro fundido, que originalmente fazia parte de um chafariz de 1912 e foi recentemente restaurada e reintegrada ao espaço como símbolo de sua memória histórica (Monumento [...], 2020).

A Praça da Misericórdia serviu e continua a servir como um espaço de convivência social. É um local onde os habitantes se reúnem para socializar, participar de eventos e desfrutar do ambiente urbano, é utilizada para eventos religiosos e

culturais, especialmente aqueles ligados à Igreja Católica. Devido à sua proximidade com a Santa Casa de Misericórdia e outras igrejas históricas, atrai turistas que visitam São Luís para explorar o patrimônio histórico e cultural da cidade.

A Praça da Misericórdia é cercada por edifícios coloniais que refletem a arquitetura típica do período. Muitos desses edifícios são patrimônios históricos que contribuem para a configuração da praça como de importância histórico que celebram figuras importantes ou eventos históricos ligados ao passado de São Luís e da Santa Casa de Misericórdia.

### **2.13 A Praça Deodoro**

A Praça Deodoro possui valor histórico e simbólico para São Luís, sendo conhecida, ao longo do tempo, por diferentes nomes, como “Campo do Ourique”, “Largo do Quartel” e “Praça da Independência”. No início do século XX, as residências ao redor da praça eram predominantemente ocupadas por membros das classes sociais mais privilegiadas, o que reforçava o prestígio do local. Com o tempo, essas moradias foram sendo substituídas por estabelecimentos comerciais, transformando a área em um importante centro comercial da cidade (Silva et al., 2024).

A referida é um dos principais espaços públicos livres na área central de São Luís mais visitados, por estar nas imediações da zona comercial da Capital. Esta área central passou por uma significativa intervenção urbana, que resultou na reestruturação das Praças Deodoro e Panteon, bem como das Alamedas Silva Maia e Gomes de Castro. Esses espaços compõem uma área maior conhecida como Complexo Deodoro, embora, para grande parte da população, o nome “Praça Deodoro” ainda seja o mais comumente utilizado para se referir a toda área.

A última e grande intervenção na área foi executada por meio de um convênio entre o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e a Prefeitura Municipal de São Luís, com o objetivo de atender às demandas da população, que por décadas conviveu com o abandono e a degradação do lugar. Essa situação afetava não apenas a Praça Deodoro, mas também as vias adjacentes, como a Rua da Paz, Rua do Sol, Rua Rio Branco que se conecta à Praça Gonçalves Dias, Rua do Passeio e a Rua Grande, onde se concentram diversos pontos comerciais (Silva et al., 2024).

As obras não contemplaram apenas reformas, mais implantação de redes

de drenagem de águas pluviais, reconstrução de calçamento e adaptação das ruas para pessoas com deficiências, com a instalação de rampas e retiradas de materiais do calçamento que dificultavam o trânsito de pessoas com dificuldade de mobilidade.

### **3 METODOLOGIA**

#### **3.1 Método de abordagem**

A escolha do método é elemento essencial na construção de qualquer pesquisa, pois define o caminho que orienta a compreensão dos fenômenos estudados. Na presente pesquisa, o método adotado foi o Dialético, aliado a uma abordagem quanti-qualitativa. Tal opção decorreu da necessidade de interpretar o espaço enquanto produto histórico e social, resultado de múltiplas contradições entre a preservação patrimonial, as políticas públicas e as práticas econômicas que configuram o território (Santos, 1996).

O método Dialético permite compreender o espaço urbano como uma totalidade em movimento, permeada por conflitos e mediações. Ao analisar o Centro Histórico de São Luís sob essa ótica implicou em reconhecer que as transformações ocorridas na área sejam elas econômicas, simbólicas ou políticas decorrem de processos contraditórios que articulam modernização e resistência, globalização e identidade local.

A presente pesquisa adotou uma abordagem quanti-qualitativa, por compreender que a complexidade das dinâmicas socioespaciais e econômicas que estruturam o Centro Histórico de São Luís (MA) requer a articulação entre análise estatística e interpretação das práticas sociais e culturais. O método quantitativo permite identificar e mensurar padrões, frequências e correlações entre variáveis observadas nos questionários aplicados aos empreendedores locais, enquanto a vertente qualitativa possibilita compreender as percepções, motivações e significados atribuídos pelos sujeitos às suas experiências no território. Essa integração amplia a capacidade explicativa da pesquisa, fornecendo um panorama abrangente que considera tanto os dados objetivos quanto as dimensões simbólicas e subjetivas das relações sociais (Minayo, 2012; Flick, 2009).

A associação entre essas duas abordagens é potencializada pelo método



dialético, que parte do princípio da contradição como motor da realidade social. Ao reconhecer que os fenômenos urbanos resultam de relações dinâmicas e conflitantes entre o antigo e o novo, o global e o local, o público e o privado, a dialética fornece o arcabouço teórico necessário para interpretar as transformações do Centro Histórico de São Luís como processos em constante movimento. Conforme destaca Konder (2008), a dialética não busca verdades fixas, mas o entendimento das relações e mediações que estruturam a totalidade social. Assim, a combinação entre métodos quantitativos, qualitativos e o pensamento dialético garante maior profundidade na análise, superando visões fragmentadas do real.

Entre as principais vantagens dessa abordagem está a possibilidade de confrontar as constatações empíricas e teoria, articulando os resultados estatísticos às contradições reveladas no discurso dos sujeitos e nas práticas espaciais observadas.

A metodologia quanti-qualitativa, ancorada na dialética, revelou-se, portanto, adequada para captar as múltiplas determinações da realidade estudada, possibilitando uma interpretação crítica e integrada dos fenômenos socioeconômicos e culturais que configuram o Centro Histórico de São Luís (Minayo, 2012).

### **3.2 Procedimentos metodológicos**

Para atender os objetivos da pesquisa a partir da abordagem metodológica acima relatada, adotou-se a revisão bibliográfica, a pesquisa em campo e a elaboração de mapas.

Quanto à revisão bibliográfica, foi realizada uma contextualização teórica do tema estudado, baseada em fontes bibliográficas relevantes sobre a história de São Luís, processos de reforma dos bens tombados e uso desses espaços por empreendedores locais.

Posteriormente, foi realizada pesquisa de campo com aplicação de questionários e com a identificação e coleta de coordenadas geográficas dos empreendimentos e percepção *in loco*. Por fim, foi realizada análise crítica dos resultados coletados mediante comparação com a literatura revisada.

A combinação entre os dois enfoques foi operacionalizada por meio da análise de dois segmentos interdependentes. O Segmento 1 — Conhecendo o empreendimento — concentrou-se na coleta e análise de dados quantitativos

referentes ao perfil dos entrevistados, buscando delinear características socioeconômicas e profissionais. Já o Segmento 2 — Relacionamento patrimonial com o Centro Histórico e a Economia Criativa privilegiou a dimensão qualitativa, voltada à compreensão das percepções, experiências e significados atribuídos pelos sujeitos ao uso e à permanência nos espaços do Centro Histórico de São Luís.

A terceira etapa envolveu o mapeamento temático dos empreendimentos, elaborado em ambiente SIG (Sistema de Informação Geográfica), utilizando o *software* QGIS. Nessa fase, foram plotados os pontos correspondentes aos empreendimentos sobre uma imagem georreferenciada obtida no *Google Earth*, permitindo a espacialização das informações obtidas em campo. Os pontos foram diferenciados por cores e símbolos conforme cada tema analisado como ramo de atividade, formalização, porte e tempo de existência, o que possibilitou a visualização das tendências de concentração e dispersão espacial das atividades econômicas.

Os mapas foram elaborados na escala de 1:60.000, levando em consideração as informações cedidas pelos entrevistados e a base cartográfica oficial do município. O mapeamento possibilitou a integração dos dados qualitativos e espaciais, contribuindo para uma análise mais aprofundada da configuração territorial da economia criativa e do empreendedorismo no Centro Histórico.

Essa estrutura analítica possibilitou compreender que a permanência dos sujeitos nesses espaços depende de múltiplos fatores, envolvendo tanto condições materiais e econômicas quanto aspectos simbólicos e afetivos.

### **3.3 Caracterização geográfica da área de estudo**

A área de estudo, o Centro Histórico/Comercial do Município de São Luís (capital político-administrativa do Estado do Maranhão) localiza-se ao norte da Ilha do Maranhão, compreendendo uma porção insular que se estende entre o baixo curso do Rio Bacanga com o baixo curso do Rio Anil. Em seu extremo norte encontra-se a faixa da área conhecida como Beira Mar, onde encontra-se o forte de São Luís, o Palácio dos Leões, sede político-administrativa do Governo do Estado, e a Prefeitura de São Luís, sede político-administrativa do município.

A poligonal utilizada para a delimitação geoespacial da área de estudo, foi demarcada com base na Zona de Preservação Histórica (ZPH) da Lei nº 3253 de 29 de dezembro de 1992 (São Luís, 1992), que dispõe sobre o zoneamento,

parcelamento, uso e ocupação do solo urbano do município de São Luís. O georreferenciamento da área de estudo foi feito com base em uma das cartas de zoneamento urbano do centro de São Luís, na escala de 1:10.000. O texto da lei apresenta um descritivo dos limites do zoneamento, considerando a ZPH, como toda conjuntura espacial do centro histórico/comercial de São Luís, incluindo as delimitações de áreas tombadas do centro histórico, ao longo do século XX, em âmbito federal, estadual e pela UNESCO.

O Centro Histórico/Comercial de São Luís está edificado sobre a unidade geológica Grupo Itapecuru, estando sua maior parte sobre tabuleiros dissecados, com amplitude entre 20 e 50m, em uma faixa de transição com as planícies lamosas da foz do rio Anil e Bacanga. Predomina o uso do solo urbano, de alta densidade, em transição com uma pequena cobertura de solo de mangue, na sua extremidade sudoeste, nas proximidades da barragem do Bacanga.

A unidade de conservação de proteção integral mais próxima da área de estudo é o Parque Estadual (PE) Bacanga, localizado a aproximadamente 3 km ao sul do Centro Histórico de São Luís. Toda essa caracterização foi feita com base nos dados geoespaciais do mapeamento de geodiversidade da Ilha do Maranhão (Barros; Bandeira, 2020). Segundo o Modelo Digital de Elevação (MDE) da *Shuttle Radar Topography Mission* (SRTM) (Resolução Espacial de 30m) o Centro Histórico/Comercial de São Luís possui cotas altimétricas que variam de zero a 37 metros, em relação ao nível do mar, sendo seu ponto mais alto, as quadras da Praça Deodoro, localizadas ao sul da biblioteca Benedito Leite, entre a avenida Gomes de Castro e a Rua Grande (Farr *et al.*, 2007). A área de estudo possui uma descendência gradual de cotas altimétricas mais altas para mais baixas, no sentido leste/oeste, desde a Praça Deodoro, até o trecho da Avenida Beira Mar, no Terminal da Praia Grande, na direção do leito do Rio Bacanga.

O espaço geográfico do Centro Histórico/Comercial de São Luís é caracterizado por uma conjuntura densa de equipamentos urbanos públicos e privados, concentrando uma homogeneidade de edificações e estabelecimentos históricos e modernos, que variam entre sedes de instituições públicas, estabelecimentos turísticos e comerciais, equipamentos de mobilidade urbana, instituições de educação e saúde, e de prestação de serviços a sociedade.

## **4 O DITO E O NÃO DITO PELOS PROPRIETÁRIOS E USUÁRIOS DO CENTRO HISTÓRICO DE SÃO LUÍS**

### **4.1 Segmento 1 – Conhecendo a área de estudo**

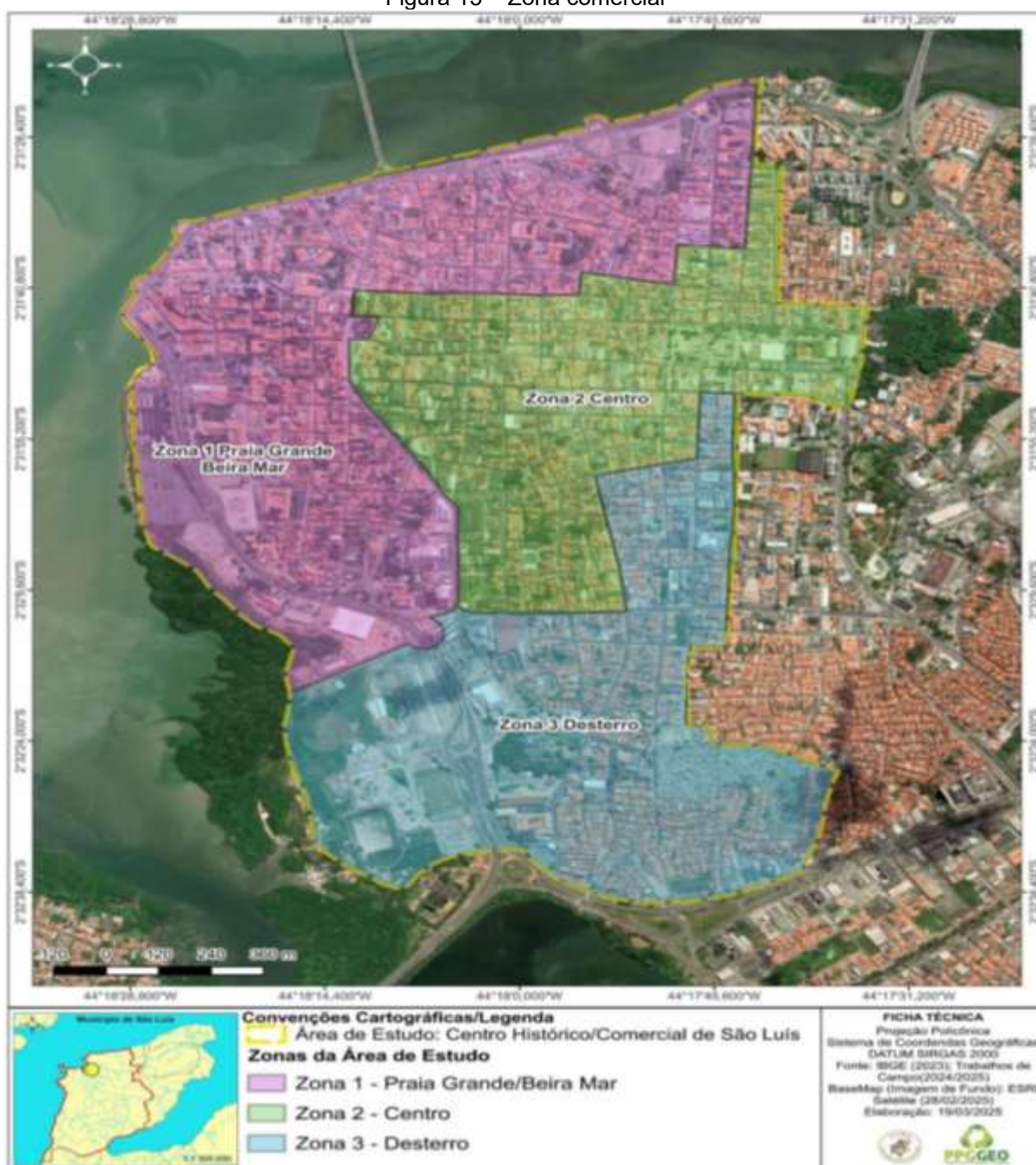
A área de estudo foi subdividida em três zonas analíticas — Zona 1 (Área Consolidada), Zona 2 (Área em Transição) e Zona 3 (Área Vulnerável) — com base em critérios que consideram o grau de formalização dos empreendimentos, o tempo de atuação dos empreendedores, as percepções em relação ao espaço e o acesso a políticas de incentivo e capacitação (Figura 15). Essa divisão permite compreender de forma mais precisa as dinâmicas socioeconômicas e espaciais do Centro Histórico de São Luís (MA), revelando contrastes entre áreas consolidadas e aquelas que ainda enfrentam fragilidades estruturais e institucionais.

A Zona 1, classificada como Área Consolidada, apresenta uma concentração expressiva de estabelecimentos comerciais formalizados e com longo tempo de atuação, configurando-se como o núcleo mais estável do Centro Histórico. Os empreendedores dessa zona expressam sentimentos predominantemente positivos em relação ao espaço, reconhecendo seu valor histórico e seu potencial econômico.

Observa-se, ainda, um maior acesso a programas de capacitação e incentivos governamentais, o que reforça sua posição de destaque no circuito urbano e cultural. Trata-se, portanto, de uma área em que os indicadores econômicos e sociais são favoráveis, demandando apenas investimentos pontuais voltados à manutenção e à inovação de suas atividades, uma vez que já se encontra consolidada como polo de empreendedorismo criativo e turístico.

A Zona 2, denominada Área em Transição, caracteriza-se pela coexistência de negócios formalizados e informais, o que reflete um processo de transformação e adaptação às novas dinâmicas do Centro Histórico. Nessa área, o tempo de atuação dos empreendedores é variado, e as percepções sobre o espaço oscilam entre o otimismo e a preocupação com a insuficiência de apoio público e infraestrutura adequada.

Figura 15 – Zona comercial



Fonte: própria autora (2024).

A diversidade de perfis empresariais e de graus de formalização indica que o território se encontra em fase de amadurecimento econômico. Para fortalecer esse processo, torna-se necessária a implementação de políticas voltadas à capacitação empreendedora, estímulo à formalização dos negócios e ampliação do acesso aos programas de fomento, de modo a consolidar essa zona como elo estratégico entre as áreas mais desenvolvidas e as mais vulneráveis.

Por sua vez, a Zona 3, identificada como Área Vulnerável, apresenta um

quadro mais problemático, caracterizado pela predominância de empreendimentos informais, baixa permanência dos negócios e insatisfação dos empreendedores quanto às condições de infraestrutura e ao apoio institucional. O cenário evidencia limitações significativas de acesso a capacitações, financiamentos e incentivos públicos, refletindo um ambiente socioeconômico fragilizado.

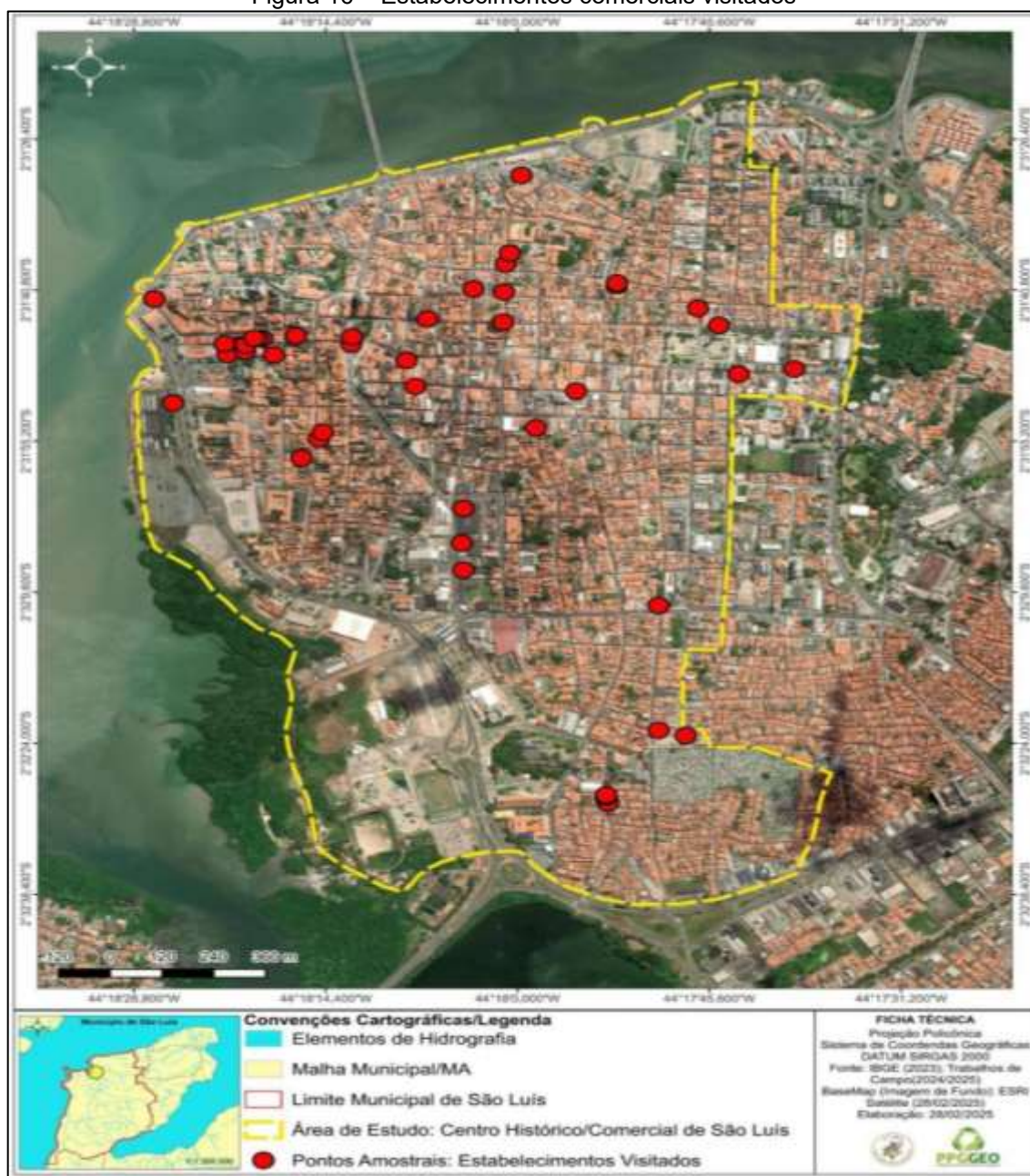
A elevada informalidade e a precariedade estrutural revelam a urgência de investimentos públicos e privados, especialmente em programas de regularização, requalificação urbana e fortalecimento do empreendedorismo local. Assim, evidencia-se que esta zona demanda maior atenção das autoridades competentes, visto que a implementação de políticas públicas integradas de fomento, capacitação e infraestrutura pode não apenas reduzir as desigualdades internas do Centro Histórico, mas também contribuir para a dinamização econômica e a inclusão social dos grupos que nele atuam.

As informações aqui discutidas foram coletadas nos estabelecimentos comerciais visitados.

Foram analisados quarenta e três espaços empreendedores diversificados, sendo os responsáveis pelos empreendimentos (Figura 16) entrevistados.



Figura 16 – Estabelecimentos comerciais visitados

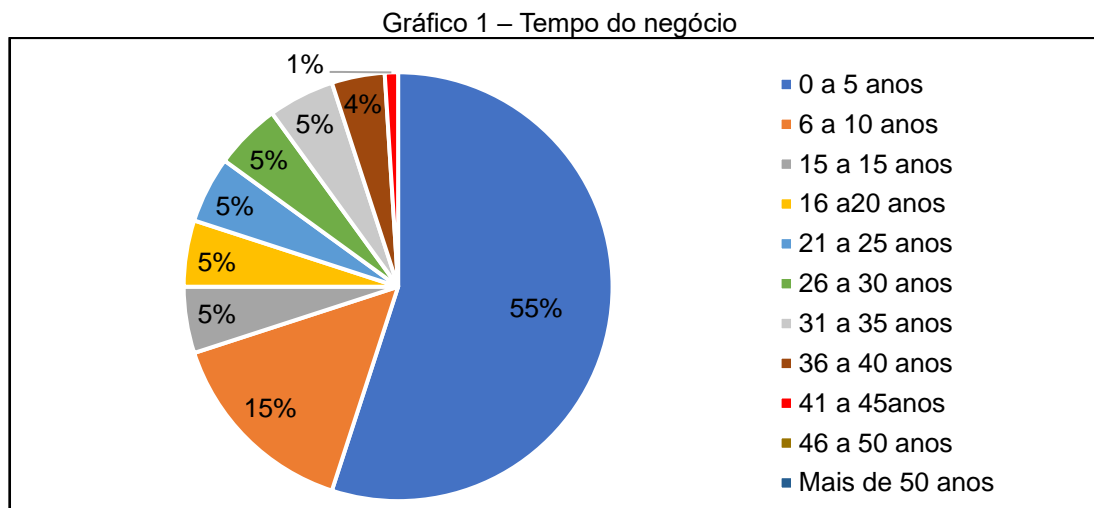


Fonte: própria autora (2024).

Durante a etapa de campo, foram analisados 43 (quarenta e três) estabelecimentos comerciais, abrangendo desde bares, restaurantes e lanchonetes até lojas de artesanato, moda, serviços e comércio informal, compondo um panorama heterogêneo do empreendedorismo local e das dinâmicas econômicas que caracterizam essa importante área patrimonial da cidade.

#### 4.1.1 Tempo de atividade dos empreendimentos

No universo dos empreendedores analisados durante a pesquisa, observou-se uma ampla variação quanto ao tempo de atuação no local, situando-se entre 5 e 45 anos (Gráfico 1).



Fonte: própria autora (2024).

Observou-se que 55% dos entrevistados (n=24) exercem atividades empreendedoras há até cinco anos, o que indica uma predominância de iniciativas em estágio inicial ou com baixa permanência.

Empreendedores com entre seis e dez anos de atuação representam 15% (n=7) da amostra, enquanto aqueles com tempo superior a dez anos aparecem de forma distribuída e pouco expressiva, com apenas 5% (n=2) dos respondentes por faixa de cinco anos, até a marca de 35 anos de atividade. Verificou-se ainda que apenas um empreendedor declarou atuar entre 41 e 45 anos, e outro afirmou estar no local há mais de 50 anos. Não foram registrados empreendedores com tempo de atuação entre 36 e 40 anos, tampouco entre 46 e 50 anos.

A Figura 17 demonstra a distribuição espacial dos empreendimentos por tempo de atividade.



Figura 17 – Distribuição espacial do tempo do negócio



Fonte: própria autora (2024).

A concentração de empreendimentos de atuação mais antiga estão concentradas na Zona 1 permite compreender que os programas de qualificação de empreendedores associados aos programas de melhorias urbanas, como o Reviver a Praia Grande, podem ter contribuído para a estruturação dos seus negócios e manterem-se em atividade ao longo do tempo. Por outro lado, os empreendimentos de menor tempo de atuação estão concentrados na Zona 3, demonstrando provável problemas de rotatividade e falência de pequenos negócios no local.

Esse panorama sugere uma dinâmica de rotatividade acentuada, refletindo, possivelmente, dificuldades na consolidação e sustentabilidade dos negócios, conforme argumentam autores como Bourdieu (2001), ao discutir as fragilidades estruturais em territórios de vulnerabilidade econômica, ou ainda Cunha e Sato (2014), ao tratarem dos desafios enfrentados por microempreendedores em centros urbanos históricos. A escassez de empreendimentos com longa permanência pode estar associada a obstáculos como acesso limitado a crédito, ausência de políticas públicas continuadas de incentivo, carência de infraestrutura urbana adequada e baixa articulação entre cultura, turismo e economia local (Diniz, 2011; Silva; Ribeiro, 2020).

Dessa forma, constata-se que o conjunto de empreendimentos do Centro Histórico de São Luís é composto majoritariamente por negócios de curta duração, evidenciando a necessidade de políticas públicas mais efetivas e integradas que promovam não apenas a criação, mas também a longevidade e fortalecimento dos empreendimentos locais.

#### 4.1.2 Ramo de atividades, serviços ou produtos oferecidos

A pesquisa revelou uma diversidade de ramos de atuação (Figura 18), com predominância de atividades classificadas como diversas ou variadas, as quais representaram 35% do total (n=15). Essa categoria pode englobar empreendimentos que oferecem múltiplos produtos e serviços, ou que não se enquadram estritamente nas demais categorias específicas, refletindo a flexibilidade e a adaptação dos pequenos negócios ao contexto local.

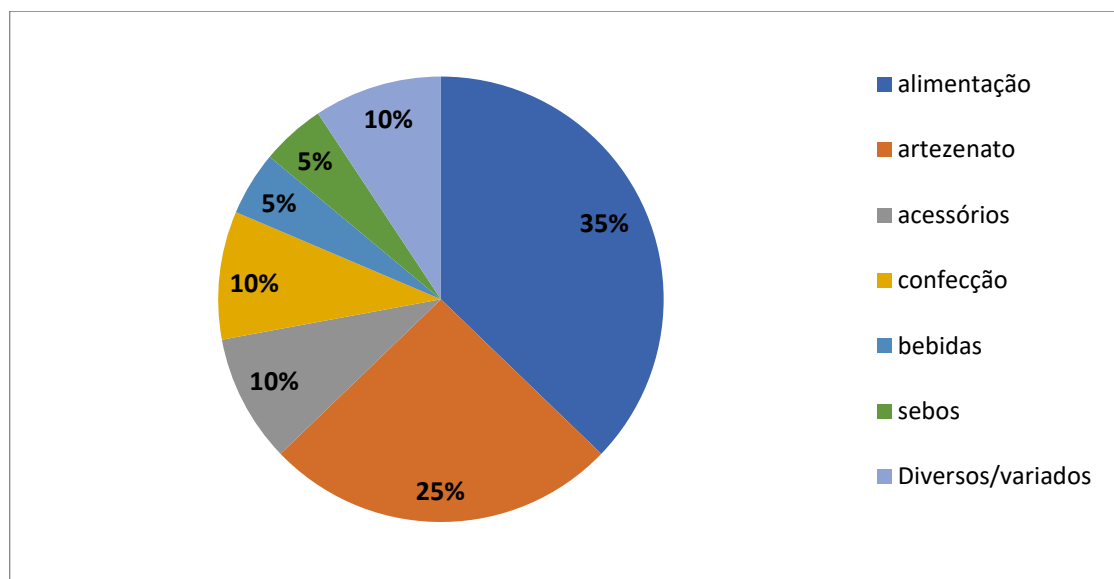
Figura 18 – Distribuição espacial do ramo de atividade e serviços oferecidos



Fonte: própria autora (2024).

Em seguida, destacam-se os empreendimentos da área de alimentação, responsáveis por 35% dos entrevistados ( $n=16$ ), e os de artesanato, com 25% ( $n=11$ ). Essas duas categorias indicam forte presença de atividades ligadas à cultura local e ao consumo cotidiano, aspectos comuns em áreas históricas com vocação turística e patrimonial (Gráfico 2).

Gráfico 2 – Ramo de atividade



Fonte: própria autora (2024).

A categoria “diversos/variados” revela-se um elemento fundamental na perspectiva da economia criativa, pois expressa a multiplicidade de atividades, produtos e serviços que coexistem nesse território. Essa diversidade representa não apenas a capacidade adaptativa dos empreendedores locais, mas também a riqueza simbólica e cultural que caracteriza o espaço urbano patrimonial. Conforme destaca Landry (2008), a criatividade floresce em ambientes onde há interação entre diferentes saberes, práticas e linguagens, possibilitando a geração de novas ideias e oportunidades econômicas. Nesse sentido, a presença de negócios classificados como “diversos/variados” reforça o potencial do Centro Histórico como um polo dinâmico de inovação e trocas culturais, em que a pluralidade de iniciativas contribui para a vitalidade econômica e para a valorização da identidade local, fundamentos essenciais da economia criativa contemporânea.

As demais atividades aparecem com representações mais modestas: acessórios (10%, n=4), confecção (10%, n=4), bebidas (5%, n=2) e sebos<sup>6</sup> (5%, n=2) e os diversos e variados (10%, n=4). Esses ramos, embora menos expressivos numericamente, contribuem para a diversidade do tecido econômico local e podem ter vínculos com práticas culturais, moda urbana e oferta de bens de consumo acessíveis.

A composição das atividades, que evidenciam um cenário com o perfil heterogêneo (n=15), perfil característico de centros urbanos com dinâmicas informais

---

<sup>6</sup> Livrarias com venda de livros usados.



e de baixo investimento inicial (Cunha; Sato, 2014; Diniz, 2011); a presença de outros tipos de comércio, incluindo lojas de artesanato, vestuário, armarinhos, joalherias, livrarias de livros usados, papelarias, óticas e lojas de acessórios, estes representam uma parcela menos expressiva do total de estabelecimentos, o que indica uma menor diversidade setorial em comparação com o setor alimentar. Esse cenário pode ser explicado por um direcionamento das atividades comerciais se voltarem para o atendimento de turistas.

Porém, o vestuário com influências africanas e indígenas, bem como artigos típicos das festas juninas e do carnaval, são produtos bastante demandados pelos clientes. De acordo com relatos de comerciantes, esses segmentos apresentam um bom desempenho econômico, sendo considerados rentáveis devido à procura associada às manifestações culturais e à visitação turística.

No universo desta pesquisa notou-se que a presença relevante de ramos relacionados ao artesanato e à alimentação corrobora a importância da economia criativa e do turismo cultural como vetores do empreendedorismo na área histórica (Silva; Ribeiro, 2020).

#### **4.1.3 Classificação do empreendimento quanto à formalização**

Quando questionados se atuam como empreendedores autônomos ou informais, sem formalização de suas atividades, 72% dos entrevistados responderam negativamente, ao passo que 28% afirmam estar na condição de informalidade.

Os empreendimentos formalizados estão concentrados na Zona 01, o que pode ter relação com a atuação do poder público e de agências com o SEBRAE cuja atuação enfatiza a importância e garantias legais da formalização dos empreendimentos (Figura 19).

Figura 19 – Os empreendimentos formais e informais no Centro Histórico de São Luís - MA



Fonte: própria autora (2024).

A informalidade constitui uma característica marcante no panorama empreendedor brasileiro, particularmente entre populações economicamente vulneráveis. Muitos indivíduos optam por manter seus empreendimentos à margem da legalidade devido a fatores como a burocracia excessiva, a morosidade dos processos de formalização e os custos associados à contratação de serviços especializados para abertura de empresas. Além dessas entraves institucionais, destaca-se o receio de perder benefícios sociais, como o Bolsa Família ou o seguro-desemprego, o que representa um forte desincentivo à regularização dos negócios.

Essa “escolha” pela informalidade não é recente: trata-se de um fenômeno historicamente enraizado no Brasil, amplamente associado a estratégias de sobrevivência num mercado de trabalho caracterizado por instabilidade e segmentação. Em muitos contextos, a atuação informal é percebida como uma alternativa mais viável e segura frente às incertezas económicas e ao desemprego estrutural.

Embora ofereça vantagens pontuais, como a redução de encargos e a flexibilização das operações, a informalidade impõe limitações significativas ao desenvolvimento sustentável dos negócios. Empreendimentos informais enfrentam restrições no acesso a crédito, a mercados formais e a políticas públicas de apoio, além de contribuírem para a evasão fiscal e a precarização das condições laborais. Nesse sentido, a promoção da formalização deve ser encarada como prioridade estratégica. Políticas Públicas que simplifiquem os processos administrativos, reduzam os custos da legalização e ofereçam benefícios concretos aos empreendedores formais são fundamentais para fomentar a inclusão produtiva, fortalecer a economia local e garantir direitos trabalhistas e previdenciários.

A atuação de empresas na informalidade constitui um fator que distorce a lógica concorrencial dos mercados locais e regionais. Ao não estarem sujeitas à carga tributária, às obrigações trabalhistas e às exigências regulamentares impostas às empresas formalizadas, esses empreendimentos conseguem, frequentemente, oferecer produtos e serviços a preços significativamente inferiores. Embora isso possa representar um alívio imediato para o consumidor, configura uma forma de concorrência desleal que fragiliza os negócios formalizados, os quais enfrentam maiores custos operacionais para manter a conformidade legal e fiscal.

Contribui para a perpetuação de um ambiente empresarial assimétrico, no qual a informalidade representa não apenas um desafio económico, mas também uma barreira ao desenvolvimento sustentável dos negócios. Os empreendimentos informais tendem a apresentar dificuldades de crescimento, visto que não possuem acesso a mecanismos formais de crédito, incentivos governamentais e políticas públicas voltadas à inovação e expansão. Além disso, a ausência de registro limita a possibilidade de contratação regular de mão de obra, bem como inviabiliza parcerias com empresas de maior porte ou órgãos públicos, que exigem comprovação fiscal e jurídica, como a emissão de nota fiscal e inscrição em cadastros oficiais.

Nesse contexto, a informalidade compromete a competitividade do setor produtivo e representa um entrave ao fortalecimento da economia formal, à geração de emprego qualificado e ao aumento da arrecadação tributária. Para mitigar esses efeitos, é imprescindível que o poder público promova políticas de incentivo à formalização, reduzindo barreiras burocráticas e financeiras e reforçando os benefícios tangíveis de operar na legalidade.

#### 4.1.4 Modalidade/Porte dos empreendimentos

Com base nos dados empíricos obtidos no presente estudo, foi possível identificar a seguinte distribuição entre os tipos de empreendimentos locais, como a categorização do porte das empresas (Figura 20) entrevistadas no Centro Histórico de São Luís revela uma predominância de microempreendimentos, o que é coerente com o perfil econômico geralmente associado a áreas urbanas patrimoniais com forte presença de pequenos negócios.

Apesar de possuir uma distribuição bastante heterogênea na área analisada, há uma concentração das microempresas (ME) para a Zona 2, o que pode estar associada a uma demanda mais constante por produtos de uso cotidiano e não associados às demandas turísticas, com vestuário.



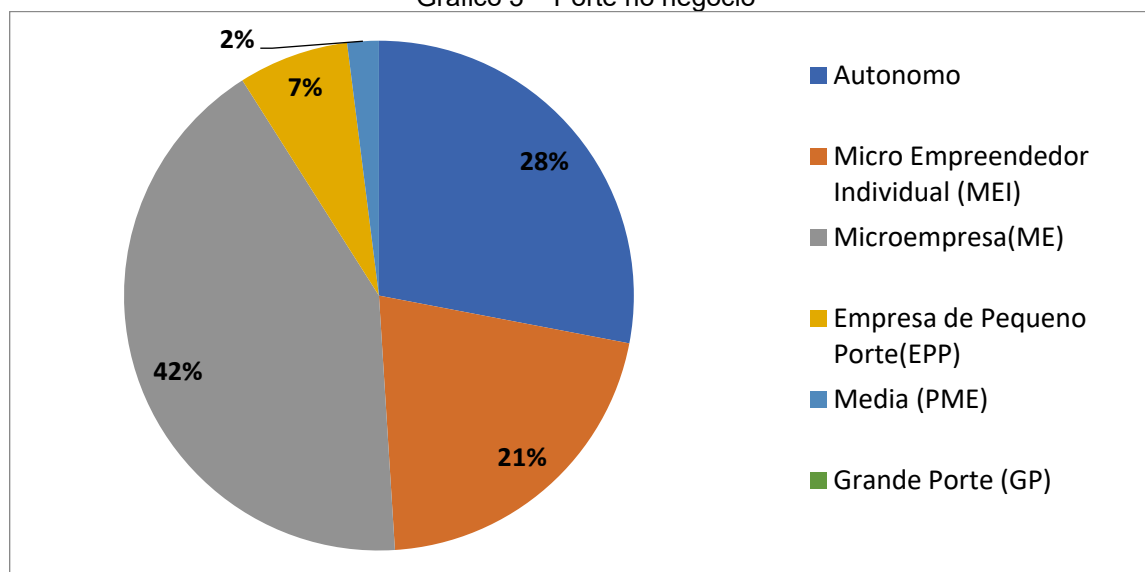
Figura 20 – Distribuição espacial dos empreendimentos por porte



Fonte: própria autora (2024).

De acordo com os dados levantados, a maioria dos entrevistados se enquadra na categoria de Microempresa (ME), totalizando 42% (n=18). Em seguida, destacam-se os trabalhadores autônomos, que representam 28% (n=12), e os Microempreendedores Individuais (MEI), com 21% (n=9) (Gráfico 3).

Gráfico 3 – Porte no negócio



Fonte: própria autora (2024).

A categoria de Empresas de Pequeno Porte (EPP) corresponde a 7% (n=3), enquanto apenas 1 respondente (2%) declarou operar uma empresa de médio porte (PME). Nenhuma das empresas entrevistadas se enquadra na categoria de grande porte.

Esse perfil demonstra que o empreendedorismo no Centro Histórico é majoritariamente composto por negócios de pequeno porte ou por trabalhadores sem formalização empresarial robusta, o que sugere tanto um alto grau de informalidade e precarização, quanto baixa capacidade de investimento e expansão (Cunha; Sato, 2014; Diniz, 2011). A expressiva participação de microempreendedores individuais (MEIs) e autônomos também pode refletir estratégias de sobrevivência e subsistência diante da fragilidade estrutural e da escassez de Políticas Públicas continuadas de incentivo.

Além disso, essa predominância de micro e pequenos negócios reforça a importância de políticas de fomento direcionadas especificamente à base da pirâmide empresarial, como incentivos fiscais, acesso a crédito, capacitação e integração com atividades do turismo e da economia criativa (SEBRAE, 2023; Silva; Ribeiro, 2020).

Nos espaços de prática empreendedora, particularmente no Centro Histórico de São Luís, observa-se uma predominância de autônomos e MEIs, cuja preferência se justifica pela simplicidade dos processos de formalização e pela relativa facilidade de gestão administrativa. Em contrapartida, a presença de microempresas formalizadas é significativamente menor, sendo comum encontrar negócios que

operam de forma informal. Essa informalidade decorre, em muitos casos, da baixa rentabilidade que desestimula a formalização, gerando consequências negativas para a economia local, sobretudo no que diz respeito à geração de empregos formais, à arrecadação fiscal e à dinamização do mercado interno.

O conceito de microempresa foi institucionalizado no Brasil na década de 1970, como parte de uma estratégia governamental voltada à promoção de pequenos negócios e à criação de empregos. A partir desse período, houve um reconhecimento crescente da importância dos pequenos empreendimentos como agentes dinamizadores da economia e instrumentos de inclusão social e produtiva (IAPMEI, 2025).

Em 1972, o governo federal criou o Programa de Apoio às Microempresas, com o objetivo de fomentar o desenvolvimento desse tipo de negócio, em 1980: Criação do Estatuto da Microempresa com o aumento da participação das microempresas na economia surgiu a necessidade de um marco legal específico. Em 1984, foi promulgada a Lei nº 7.256, conhecida como o Estatuto da Microempresa, que estabeleceu direitos e benefícios para as microempresas, como a simplificação das obrigações tributárias e a facilitação de crédito (Brasil, 1984).

A partir da década de 1990, o Brasil vivenciou um processo de reestruturação econômica e fiscal que impactou diretamente as micro e pequenas empresas, trazendo novos desafios e possibilidades de crescimento. A consolidação desse processo ocorreu com a criação do Simples Nacional, instituído pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que substituiu o antigo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (SIMPLES), de 1996. O novo sistema ampliou a simplificação tributária, unificando oito tributos em uma única guia de recolhimento e promovendo maior desburocratização. Essa política pública representou um marco na formalização de pequenos negócios e no fortalecimento do empreendedorismo, sobretudo no contexto da economia criativa, ao reduzir custos operacionais e incentivar a sustentabilidade das atividades econômicas locais (Brasil, 2006; SEBRAE, 2023).

Em 2006, a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa (Lei Complementar nº 123/2006) foi sancionada, criando o Simples Nacional, um regime tributário ainda mais simplificado. Essa lei consolidou os direitos das micro e pequenas empresas, oferecendo condições mais favoráveis para o seu crescimento (Brasil, 2006). Além

disso, foi nessa década que se popularizou o conceito de Microempreendedor Individual (MEI), criado em 2008 pela Lei Complementar nº 128, permitindo a formalização de trabalhadores autônomos e pequenos empreendedores individuais com uma carga tributária reduzida e acesso a benefícios como a Previdência Social (Brasil, 2008).

#### 4.1.5 Fatores relacionados à escolha do Centro Histórico de São Luís para empreender

Os resultados da pesquisa indicaram que os fatores que motivaram os empreendedores a se instalar no Centro Histórico de São Luís são diversos, não possuindo distribuição influenciada pelas zonas do Centro Histórico (Figura 21).

Figura 21 – Distribuição espacial dos fatores que motivaram o negócio

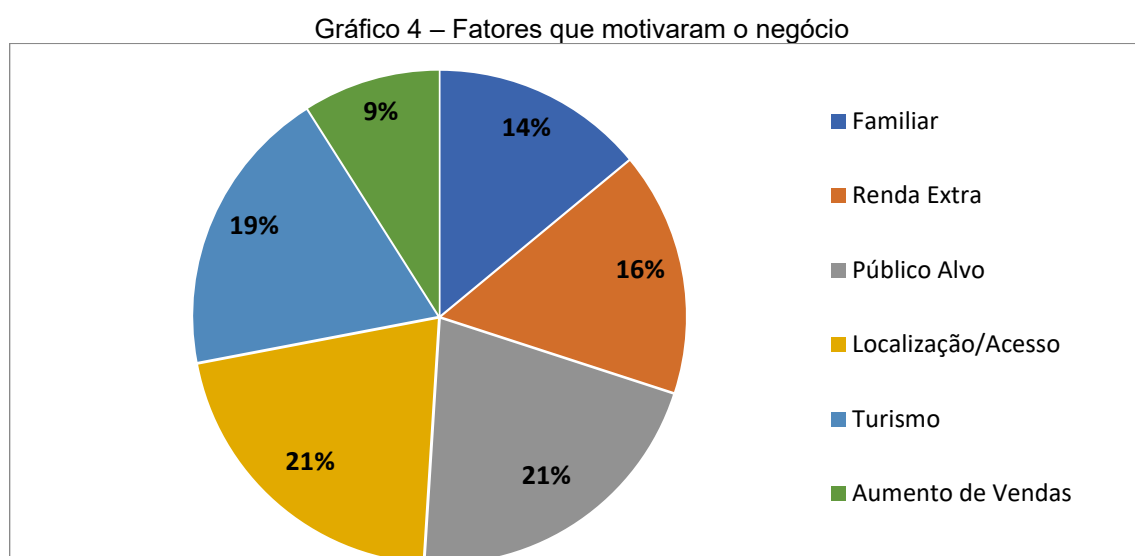


Fonte: própria autora (2024).



Dentre os fatores decisivos para os empreendedores, aspectos estratégicos e mercadológicos, como o público-alvo e a localização/acesso destaque, foram mais importantes, na concepção de 21% (Gráfico 4) dos entrevistados (n=9). Esses dados sugerem que a escolha pelo território está diretamente relacionada à proximidade com a demanda potencial e à visibilidade estratégica que o espaço proporciona, o que está em consonância com estudos sobre localização comercial em áreas de valor histórico e turístico (Diniz, 2011; Silva; Ribeiro, 2020).

Outros fatores também foram relatados como importante, conforme o Gráfico 4:



Fonte: própria autora (2024).

O fator turismo também se mostrou expressivo, sendo apontado por 19% dos empreendedores (n=8) como um dos principais motivos para se estabelecer na área analisada. Esse dado confirma a importância da atividade turística como vetor de atração econômica no Centro Histórico, consolidando sua relevância para o desenvolvimento de atividades voltadas ao consumo simbólico, cultural e experiencial — características centrais da economia criativa (Pratt, 2004; UNESCO, 2022).

Outros fatores mencionados foram a busca por renda extra (16%, n=7) e a influência familiar (14%, n=6), o que indica uma dimensão mais pessoal e socioeconômica na tomada de decisão, relacionada a estratégias de sobrevivência ou continuidade de negócios familiares. O aumento das vendas foi citado por apenas 9% (n=4) dos entrevistados, o que pode refletir expectativas moderadas quanto ao desempenho comercial imediato ou limitações estruturais do território para a expansão econômica.

O brasileiro muitas vezes se torna um empreendedor informal devido a uma combinação de fatores econômicos, sociais e culturais. Muitas pessoas entram no empreendedorismo informal por necessidade, especialmente em momentos de crise econômica ou falta de emprego formal. Com o mercado de trabalho formal saturado ou com poucas oportunidades, muitas pessoas veem o empreendedorismo informal como a única maneira de garantir uma renda. Muitos brasileiros optam pela informalidade para não perder benefícios sociais, como o Bolsa Família, seguro-desemprego ou assistência social.

Alguns empreendedores são atraídos pelos centros históricos devido à oportunidade de contribuir para a preservação do patrimônio cultural e arquitetônico. Esse tipo de empreendedorismo é visto como uma forma de promover a sustentabilidade cultural e econômica, mantendo viva a história do local.

No intuito de compreender a percepção afetiva da população em relação ao Centro Histórico de São Luís, foi realizada a seguinte pergunta: *“Você tem carinho, aversão ou simpatia pelo Centro Histórico de São Luís? E por quê?”*. As respostas evidenciam uma tendência predominante de carinho, frequentemente associada ao valor histórico-cultural do local, à memória afetiva e à identidade regional.

Esse conjunto de dados revela que, embora haja motivações de ordem pessoal, os aspectos territoriais, como localização, turismo e proximidade com o público exercem influência significativa sobre a decisão de empreender na área. Tais elementos reforçam a necessidade de políticas públicas que valorizem o planejamento urbano integrado, a infraestrutura turística, bem como ações de qualificação e incentivo ao empreendedorismo sustentável nos centros históricos (SEBRAE, 2023; Cunha; Sato, 2014).

## **4.2 Segmento 2 – Relacionamento patrimonial com o Centro Histórico e a Economia Criativa**

A relação dos empreendedores com o Centro Histórico de São Luís, no contexto da economia criativa, é marcada por um sentimento de pertencimento e de envolvimento com a cultura local. Para essas pessoas, empreender nesse espaço não é apenas uma escolha econômica, mas uma forma de resistência e valorização da história local.

Na área de estudo, a atividade empreendedora se relaciona diretamente com a preservação da memória e da cultura, sendo o trabalho criativo uma forma de reafirmar a autenticidade ludovicense frente à homogeneização dos espaços urbanos. Desse modo, a atuação do empreendedor no Centro Histórico representa uma extensão de sua própria forma de relação com o patrimônio cultural.

Por outro lado, o Centro Histórico de São Luís representa um espaço de oportunidades e desafios dentro da economia criativa. Ele é percebido como um território vivo, onde o passado dialoga com as novas expressões artísticas, tecnológicas e turísticas. A importância desse lugar se manifesta na capacidade de reunir artistas, artesãos, produtores culturais e pequenos comerciantes em uma rede de trocas simbólicas e econômicas, fortalecendo o senso de comunidade e inovação.

Majoritariamente, para os empreendedores, o Centro Histórico é mais que um ponto comercial: é um palco de experimentações e de expressão da criatividade maranhense, um espaço onde o trabalho adquire significado social e cultural. Nesse sentido, o lugar se torna não apenas cenário, mas parte integrante da narrativa de vida de quem empreende, consolidando-se como fonte de inspiração e pertencimento. Nos itens abaixo, segue análise sobre sentimento, importância e significado do Centro Histórico para os empreendedores locais.

### **4.2.1 Sentimento do empreendedor em relação ao Centro Histórico de São Luís**

Dentre os entrevistados, muitos empreendedores sentem forte simpatia e carinho pelos centros históricos, isso se deve à conexão emocional que esses locais frequentemente inspiram, dada sua riqueza cultural, histórica e arquitetônica (Figura 22).

Figura 22 – Distribuição espacial do Sentimento do empreendedor pelo Centro Histórico



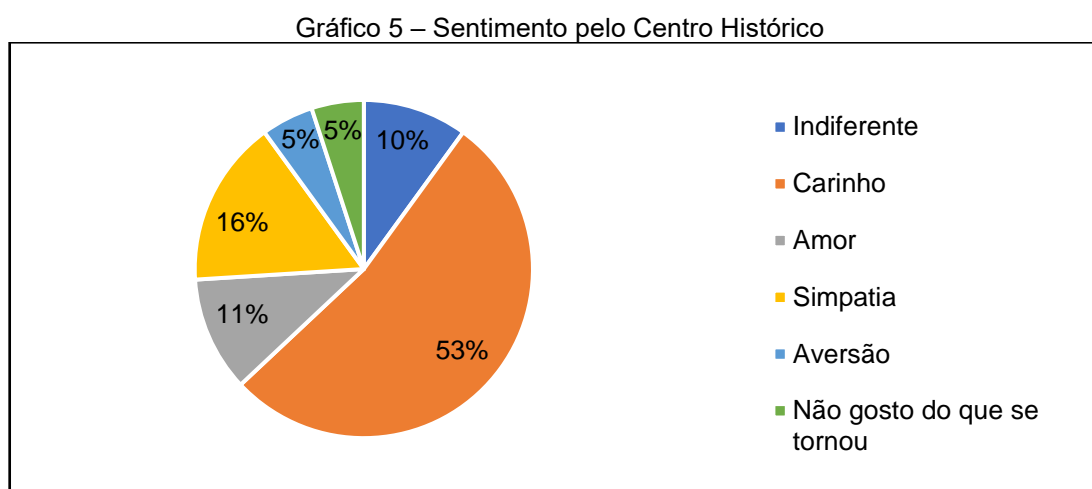
Fonte: própria autora (2024).

Nas três zonas avaliadas na área de estudo, os empreendedores mantêm uma relação de simpatia e carinho pelo Centro Histórico, o que demonstra que a presença dessas pessoas e dos seus empreendimentos na área são um fator de conservação da história e da cultura locais e que deve ser levado em consideração pelas autoridades públicas quando do planejamento e execução das políticas públicas.

Os resultados da pesquisa revelaram uma relação majoritariamente afetiva e positiva dos empreendedores com o Centro Histórico de São Luís-MA. A maioria



expressou sentimentos de carinho (53%, n=23) e simpatia (16%, n=7) pelo local, seguidos por amor (11%, n=5) (Gráfico 5). Essa predominância de vínculos emocionais positivos evidencia que o território ainda representa um espaço de identidade, pertencimento e memória coletiva, mesmo diante dos desafios urbanos e econômicos frequentemente enfrentados no lugar.



Fonte: própria autora (2024).

Os aspectos construtivos e a paisagem dos centros históricos, com suas ruas estreitas, praças pitorescas e edifícios antigos, pode criar um ambiente afetivo e agradável, onde os empreendedores se sentem motivados a trabalhar. Essa é a realidade percebida no Centro Histórico de São Luís, mesmo diante dos problemas estruturais e de segurança que persistem no lugar.

A presença de sentimentos neutros ou negativos é minoritária, mas relevante para compreender a complexidade do vínculo com o espaço. 10% (n=4) dos entrevistados se declararam indiferentes, enquanto 5% (n=2) afirmaram sentir aversão e outros 5% (n=2) afirmaram não gostar do que o Centro Histórico se tornou. Esses dados podem refletir frustrações com processos de abandono, degradação urbana ou ausência de políticas públicas eficazes de valorização do espaço (Choay, 2001; Ribeiro, M., 2020).

A combinação entre afeição e crítica sugere que, embora haja um reconhecimento do valor simbólico e histórico do Centro, também existe uma percepção de que o local carece de cuidados, revitalização e atenção pública contínua. O sentimento de “não gostar do que se tornou” pode ser interpretado como uma crítica não ao patrimônio em si, mas ao descompasso entre seu valor cultural e sua condição atual de uso e conservação (IPHAN, 2016).

Tais evidências reforçam a importância de políticas urbanas integradas que articulem preservação patrimonial com desenvolvimento socioeconômico, de forma a fortalecer os vínculos simbólicos dos empreendedores com o território e criar condições mais propícias para sua valorização enquanto espaço de memória e produção cultural.

Se as políticas urbanas fossem mais frequentes e incentivadas com benefícios fiscais ou apoio governamental não haveria dúvida de que esses locais se tornariam mais atraentes para empreendedores que desejam maximizar seus investimentos.

#### 4.2.2 Importância do Centro Histórico de São Luís como Patrimônio Cultural da Humanidade

A compreensão do patrimônio cultural como elemento identitário e simbólico tem se consolidado como uma das principais vertentes dos estudos sobre cidades históricas. No caso do Centro Histórico de São Luís do Maranhão, reconhecido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) como Patrimônio Cultural da Humanidade em 1997, torna-se essencial investigar de que forma a população local percebe e valoriza esse reconhecimento.

De acordo com Choay (2001), o patrimônio histórico não deve ser entendido apenas como um conjunto de bens materiais preservados, mas como um constructo cultural que envolve significações simbólicas e afetivas atribuídas pela coletividade. Nesse contexto, a percepção dos habitantes e frequentadores do Centro Histórico de São Luís oferece indícios relevantes sobre o grau de valorização social do espaço urbano e seu potencial de integração ao cotidiano da cidade.

A Figura 23 apresenta a distribuição espacial da percepção dos empreendedores sobre a importância do Centro Histórico no âmbito do seu reconhecimento enquanto Patrimônio Cultural da Humanidade.

Figura 23 – Distribuição espacial das opiniões sobre a importância do Centro Histórico



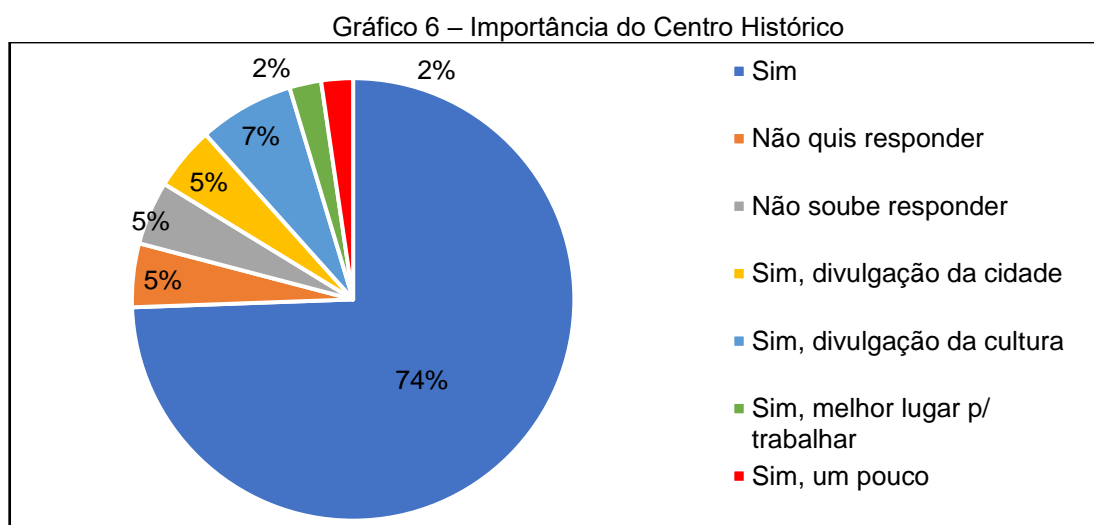
Fonte: própria autora (2024).

A distribuição das opiniões que reconhecem a importância do Centro Histórico enquanto Patrimônio Cultural da Humanidade por todas as zonas da área de estudo representa um forte potencial para execução de políticas públicas de conservação, uma vez que os empreendedores, que vivem o cotidiano do Centro diariamente, podem ser agentes de conservação e de difusão do conhecimento necessário para a manutenção do patrimônio histórico e arquitetônico locais.

Ao serem questionadas sobre a importância do Centro Histórico, muitas pessoas associam seu valor à capacidade de atrair turistas e dinamizar a economia

local. A afirmação de um dos entrevistados de que o Centro “*É importante porque atrai turistas e ajuda a movimentar a economia local. Tem muito potencial se for mais bem cuidado*” reflete uma visão utilitarista do patrimônio, associada ao desenvolvimento local por meio do turismo cultural e da economia criativa. Esse entendimento é coerente com os princípios defendidos pela UNESCO (2009), que destaca o papel do patrimônio como motor de desenvolvimento sustentável, especialmente em contextos urbanos.

A pesquisa revelou que a maioria significativa dos empreendedores do Centro Histórico de São Luís reconhece sua importância como Patrimônio Cultural da Humanidade (Gráfico 6), conforme o título conferido pela UNESCO em 1997. De acordo com os dados, 74% dos entrevistados, disseram Sim, (n=32) afirmaram ter consciência e conhecimento sobre o valor patrimonial da área, ao passo que 12% dos entrevistados (n=5) disseram ser a importante pela divulgação da cidade e divulgação da cultura; enquanto 10% (n=4) declararam não saber ou não ter conhecimento a respeito, outros 2% dos entrevistados (n=1) reconhece ser importante e os outros 2% dos entrevistados (n=1) afirmaram saber apenas “um pouco” (Gráfico 6).



Fonte: própria autora (2024).

Esse elevado índice de reconhecimento pode ser interpretado como um indicador de valorização simbólica do território por parte dos empreendedores, o que fortalece os vínculos com o espaço e favorece a atuação econômica com base em sua identidade cultural. Segundo Choay (2001), a valorização do patrimônio passa não apenas pelo reconhecimento institucional, mas também pelo reconhecimento comunitário e social de seu valor simbólico e histórico.

No entanto, a constatação de um quarto dos entrevistados (26%) demonstrarem desconhecimento parcial ou total acerca dessa condição aponta para a necessidade de ações de educação patrimonial e sensibilização cultural, sobretudo voltadas aos atores locais que habitam e movimentam economicamente o sítio histórico. Como destaca Ribeiro, M. (2020), a apropriação simbólica do patrimônio por seus usuários cotidianos é fundamental para a sua preservação efetiva e uso sustentável.

Entretanto, outras respostas revelam uma percepção mais crítica, centrada na precariedade das políticas de preservação e na negligência do poder público. Declarações como *“É um lugar bonito e importante, mas está mal conservado, abandonado pelo poder público. Falta mais investimento”* evidenciam a coexistência entre o valor simbólico atribuído ao patrimônio e a frustração com a ausência de medidas eficazes de conservação. Essa tensão entre reconhecimento institucional e gestão prática é amplamente debatida por autores como Fonseca (2005), que ressalta a importância da participação social na formulação de políticas patrimoniais efetivas.

A relação dos empreendedores com o Centro Histórico também revela uma diversidade de sentimentos, que vão desde a valorização afetiva até a aversão decorrente das dificuldades estruturais. Como apontam Araújo e Silva (2017), o empreendedorismo em áreas tombadas pode ser tanto uma oportunidade quanto um desafio, dada a necessidade de adequação às normas de preservação, infraestrutura obsoleta e altos custos de manutenção. A rigidez normativa muitas vezes é vista como obstáculo à inovação, especialmente quando impede reformas, alterações em fachadas ou a instalação de determinados tipos de negócios.

Dessa forma, o sentimento dos entrevistados frente ao Centro Histórico de São Luís revela camadas múltiplas de significação. O patrimônio é simultaneamente percebido como herança cultural, oportunidade econômica e espaço de conflitos urbanos, exigindo abordagens interdisciplinares para sua gestão. Como destaca Canclini (2000), a valorização do patrimônio deve considerar não apenas o passado que se deseja preservar, mas o presente que se pretende construir, a partir de políticas públicas inclusivas e participativas.

Esses dados também expressam um desafio recorrente não só para a cidade de São Luís-MA, mas também as demais cidades históricas brasileiras: a desconexão entre os processos de tombamento e os benefícios diretos percebidos pela população local, especialmente quando não há políticas articuladas entre

preservação, inclusão social e desenvolvimento econômico (IPHAN, 2016; Silva; Ribeiro, 2020).

#### 4.2.3 O que o Centro Histórico representa para você?

As opiniões dos entrevistados sobre o que representa o Centro Histórico para si foram bem diversificadas e sua espacialização é heterogênea (Figura 24), indicando que há uma percepção diferenciada dos empreendedores nas três zonas.

O Centro Histórico de São Luís, capital do Maranhão, é de grande importância cultural e histórica, sendo reconhecido como Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO desde 1997, esse reconhecimento reflete o valor excepcional do local em termos de arquitetura, história e cultura, tanto para o Brasil quanto para o mundo por sua arquitetura colonial, com influências portuguesas.

A avaliação subjetiva sobre o Centro Histórico de São Luís revela importantes dimensões da relação entre os cidadãos e o espaço urbano. Quando questionados sobre seus sentimentos em relação ao local — se de carinho, aversão ou simpatia, a maioria dos entrevistados expressou carinho, atribuindo esse sentimento à riqueza histórica, à arquitetura colonial preservada e ao simbolismo cultural do território.

Além da arquitetura, o Centro Histórico de São Luís é um importante polo cultural, mantendo vivas diversas tradições e manifestações culturais. A cidade é conhecida por seu rico folclore, que inclui festas populares como o Bumba Meu Boi, Tambor de Crioula e o Cacuriá. Essas manifestações são exemplos vivos do sincretismo cultural que caracteriza o espaço, mesclando influências indígenas, africanas e europeias. Tal configuração permite que o Centro tenha vários significados para os seus usuários.



Figura 24 – Distribuição espacial das opiniões sobre o que o Centro Histórico representa



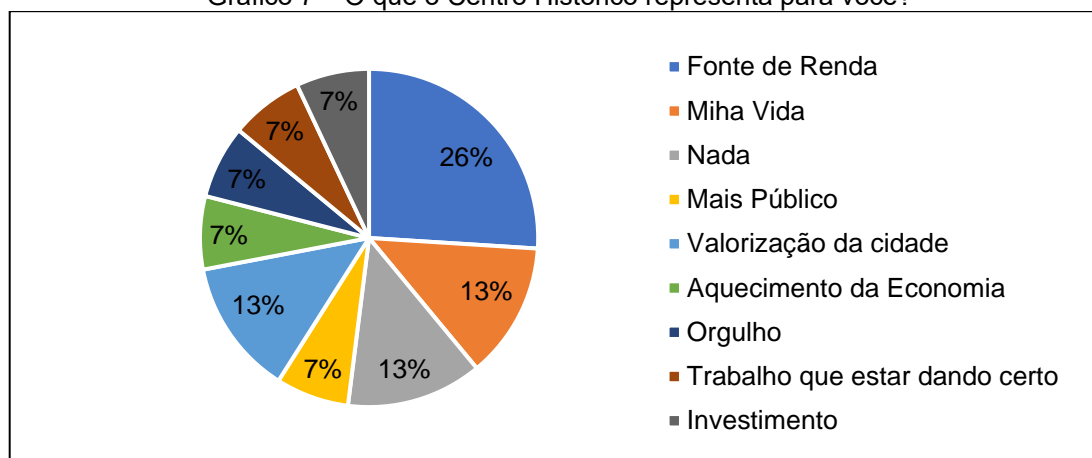
Fonte: própria autora (2024).

O *status* de Patrimônio Cultural da Humanidade atrai turistas de todo o mundo, interessados em explorar a história e a cultura da cidade. Esse fluxo turístico tem um impacto positivo na economia local, gerando empregos e promovendo o desenvolvimento de serviços ligados ao turismo, como hotéis, restaurantes e guias turísticos. Além disso, o reconhecimento pela UNESCO traz atenção internacional para a preservação do patrimônio, ajudando a garantir que os edifícios históricos e tradições culturais sejam mantidos para as futuras gerações.

A pesquisa com 43 empreendedores atuantes no Centro Histórico de São

Luís revelou percepções diversas sobre o que o território representa em suas trajetórias de vida e trabalho (Gráfico 7). A maioria dos respondentes reconhece o espaço como uma fonte de renda direta, com 26% (n=11) dos entrevistados apontando essa função econômica como a mais relevante. Esse dado reforça o papel central do Centro Histórico como ambiente de geração de trabalho e sustento, evidenciando sua importância prática no cotidiano da população empreendedora local (Cunha; Sato, 2014).

Gráfico 7 – O que o Centro Histórico representa para você?



Fonte: própria autora (2024).

Outros 13% dos participantes (n=6) afirmam que o Centro representa “sua vida”, enquanto uma mesma proporção destacou aspectos como valorização da cidade e, em contrapartida, nenhum significado específico (“nada”). Esses dados revelam tanto fortes vínculos identitários e afetivos, quanto certa apatia ou distanciamento simbólico, que podem ser compreendidos à luz das contradições entre reconhecimento cultural e ausência de valorização prática do espaço (Choay, 2001; Ribeiro, M., 2020).

Respostas com menor frequência, mas ainda significativas (cada uma com 7%, n=3), incluíram percepções como “mais público”, “aquecimento da economia”, “orgulho”, “investimento” e “trabalho que está dando certo”. Esses elementos revelam dimensões aspiracionais e projetivas, indicando que parte dos empreendedores vê o território como espaço de oportunidade, superação ou sucesso econômico. Ao mesmo tempo, tais percepções também demonstram uma expectativa de crescimento que depende de políticas públicas eficazes, valorização patrimonial e estratégias de dinamização econômica local (Diniz, 2011; Silva; Ribeiro, 2020).



A variedade nas representações evidencia que o Centro Histórico de São Luís não possui um significado único e homogêneo, mas sim múltiplas camadas de sentido, que oscilam entre o pragmatismo econômico, o vínculo afetivo e a frustração social. Essa pluralidade de visões pode e deve ser considerada na formulação de políticas culturais e de desenvolvimento local, de modo que as ações governamentais estejam alinhadas às vivências e expectativas reais dos atores sociais que habitam e trabalham na área de estudo.

#### 4.2.4 Atividades empreendedoras e criativas que estão instaladas no Centro Histórico de São Luís

Os dados revelam que 72% dos entrevistados (n=31) afirmaram ter conhecimento de que as atividades empreendedoras desenvolvidas no Centro Histórico de São Luís - MA podem ser consideradas como pertencentes ao escopo da economia criativa, com concentração na Zona 1, expressando a importância dos cursos ofertados por instituições como o SEBRAE para consolidação dos empreendimentos. Em contrapartida, 28% (n=12) dos respondentes declararam não possuir tal conhecimento (Figura 25).

Esse resultado demonstra um nível considerável de percepção local sobre o potencial e a presença de iniciativas relacionadas à economia criativa na área. Segundo a definição proposta pela UNESCO (2022), atividades criativas incluem setores como artesanato, gastronomia, música, design, audiovisual, moda, literatura, entre outros muitos dos quais estão presentes no Centro Histórico de São Luís-MA, conforme apontado em levantamentos anteriores (Silva; Ribeiro, 2020).

No entanto, o fato de quase um terço dos entrevistados não saber identificar tais atividades pode refletir a falta de ações de mapeamento, visibilidade e articulação institucional dessas práticas no território. Conforme apontam Santos e Oliveira (2019), a valorização da economia criativa em contextos urbanos históricos depende tanto do incentivo à produção cultural quanto da integração entre os agentes locais, políticas públicas e instrumentos de difusão e reconhecimento.

Figura 25 – Distribuição espacial das atividades empreendedoras e criativas instaladas no Centro Histórico de São Luís



Fonte: própria autora (2024).

Essa lacuna de percepção também reforça a importância de estratégias de educação empreendedora, comunicação institucional e criação de redes de cooperação entre os atores criativos do Centro Histórico, de modo a potencializar o capital simbólico e econômico dessas atividades em benefício do território como um todo.

Embora com todas as dificuldades e carências o Centro Histórico de São Luís, reconhecido pela UNESCO como Patrimônio Cultural da Humanidade, tem se destacado como um polo dinâmico de atividades empreendedoras e criativas.

Diversas iniciativas têm contribuído para revitalizar a economia local, promover a cultura e valorizar o patrimônio histórico da cidade.

O programa “Adote um Casarão”, implementado pelo governo estadual, visa a ocupação de imóveis históricos por empresas, organizações da sociedade civil e empreendedores locais. Em contrapartida, os ocupantes se comprometem com a manutenção e preservação dos imóveis por um período de 39 anos. Desde o início do programa, 14 imóveis foram cedidos para empresas e grupos culturais, promovendo a integração entre cultura, turismo e desenvolvimento econômico.

Além disso, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) tem desempenhado um papel fundamental no fortalecimento da economia criativa no lugar. Através de capacitações, feiras e eventos, o Sebrae apoia empreendedores em setores como moda, gastronomia, artesanato e música.

Eventos como o “Mobiliza SLZ” têm estimulado o empreendedorismo local, especialmente entre mulheres. A iniciativa inclui feiras como a “Expo Angelim”, “Feirinha dos Artistas” e “Mercado Minha Pariceira”, que promovem a cultura, o turismo e a economia criativa na capital maranhense. Outro destaque é o Festival BR-135, que ocorre no Centro Histórico e celebra a música autoral e a diversidade cultural do Maranhão. O festival inclui apresentações musicais, oficinas formativas e feiras criativas, fortalecendo a cena musical local e conectando tradições culturais ao experimentalismo contemporâneo.

Quando questionado sobre o enquadramento do próprio negócio dos entrevistados, a pesquisa revelou que a ampla maioria dos empreendedores entrevistados no Centro Histórico de São Luís considera suas atividades realmente criativas, com 90% (n=39) respondendo afirmativamente à questão. Apenas 5% (n=2) dos entrevistados afirmaram não considerar suas atividades criativas, e 5% (n=2) declararam não saber responder.

Esse elevado grau de reconhecimento da criatividade nas práticas empreendedoras locais demonstra que os próprios agentes produtivos percebem suas atividades como baseadas na inovação, na expressão cultural ou na originalidade, critérios comumente associados à definição de economia criativa conforme a UNESCO (2022) e o Mapeamento da Indústria Criativa da FIRJAN (2023).

A percepção interna de criatividade é relevante para fortalecer a autoimagem empreendedora e o senso de pertencimento a um ecossistema econômico simbólico-cultural. Como aponta Pratt (2004), a criatividade, além de gerar valor econômico, também constitui um elemento de identidade profissional e de inserção territorial.

Entretanto, o reconhecimento individual da criatividade precisa ser articulado a políticas públicas e estratégias de mercado que consolidem a economia criativa como vetor de desenvolvimento local sustentável. Essa valorização depende tanto de ações educativas, comunicacionais e de financiamento, quanto da criação de ambientes colaborativos, espaços culturais e redes produtivas integradas (Santos; Oliveira, 2019; Silva; Ribeiro, 2020).

O Mercado das Tulhas, também conhecido como Casa das Tulhas, é um mercado tradicional localizado no Centro Histórico. O espaço abriga lojas que vendem artesanato, vestuário e produtos gastronômicos típicos, como tiquira, cachaças, licores e doces. Além disso, o mercado é palco de apresentações culturais, como tambor de crioula e rodas de pagode. Essas iniciativas demonstram o potencial do Centro Histórico de São Luís como um ambiente propício para o desenvolvimento de atividades empreendedoras e criativas, contribuindo para a preservação do patrimônio cultural e o fortalecimento da economia local.

O setor gastronômico é bastante desenvolvido no Centro Histórico, com vários restaurantes, bares e lanchonetes que oferecem pratos típicos da culinária maranhense, como arroz de cuxá, torta de camarão e o famoso guaraná Jesus. Muitos desses estabelecimentos estão instalados em prédios históricos, o que agrega valor à experiência. Lojas que vendem antiguidades, móveis antigos e objetos de decoração também são comuns no Centro Histórico, atraindo colecionadores e amantes da história. Além disso, há livrarias que se especializam em livros raros e usados, muitas vezes focadas na história e cultura do Maranhão, bem como galerias de arte e espaços culturais estão instalados no Centro Histórico, exibindo obras de artistas locais e regionais.

Esses espaços não apenas vendem arte, mas também promovem exposições, oficinas e eventos culturais que atraem a comunidade e turistas. Há também empreendedores focados na moda, que vendem roupas, acessórios e bijuterias inspirados na cultura local. Essas lojas frequentemente combinam o tradicional com o moderno, criando produtos únicos que refletem a identidade cultural do Maranhão.

Muitos empreendedores trabalham no setor de turismo, oferecendo serviços como passeios guiados pelo Centro Histórico, roteiros temáticos (como o roteiro de azulejos, igrejas e casarões) e experiências culturais personalizadas.

Diversas são as atividades empreendedoras elencadas, entre elas o artesanato é uma das atividades mais presentes no Centro Histórico, lojas, barracas vendem produtos típicos, como cerâmicas, rendas, bordados, palhas e objetos decorativos feitos à mão. Esses produtos refletem a cultura local e são muito procurados tanto por turistas quanto por moradores.

Existem empreendedores criativos que organizam e promovem esses eventos, além de venderem produtos e serviços relacionados, como ingressos, comidas típicas e *souvenirs*. Hotéis e pousadas boutique instalados em casarões históricos oferecem uma experiência única de hospedagem, combinando o conforto moderno com a atmosfera histórica, esses estabelecimentos muitas vezes têm parcerias com artistas locais, oferecendo exposições e eventos culturais. Empreendedorismo é basicamente a ação de criar, desenvolver e gerir um negócio ou uma ideia de valor, e isso pode acontecer de várias formas. Algumas atividades empreendedoras, como abrir uma loja de conveniência ou oferecer serviços de limpeza, podem ser mais tradicionais e não exigir tanta criatividade, focando mais na eficiência e na gestão.

Por outro lado, muitas atividades empreendedoras envolvem criatividade, como abrir uma galeria de arte, criar uma marca de moda, desenvolver aplicativos inovadores ou oferecer produtos artesanais únicos. Essas atividades geralmente dependem da criatividade para se destacar no mercado, inovar e oferecer algo diferente aos clientes. Então, resumindo: nem toda atividade empreendedora é criativa, mas muitas delas podem ser, especialmente aquelas que envolvem inovação, *design*, arte ou novas ideias.

A economia criativa é um conceito que reúne atividades econômicas baseadas no uso da criatividade, da cultura e do conhecimento como principais

recursos para gerar valor econômico, social e cultural. Ela abrange setores nos quais a inovação, a originalidade e o talento humano são os principais insumos de produção.

Segundo a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD, 2008), a economia criativa envolve a criação, produção e distribuição de bens e serviços que utilizam a criatividade e o capital intelectual como principais insumos. De forma geral, ela está na interseção entre arte, cultura, tecnologia e negócios.

Nos últimos anos, espaços de *coworking* e estúdios criativos têm surgido no Centro Histórico, atraindo empreendedores das áreas de design, tecnologia, comunicação e artes. Esses espaços oferecem um ambiente inspirador e colaborativo, aproveitando o charme e a história do local. O Centro Histórico de São Luís é um polo de empreendedorismo criativo, onde diversas atividades coexistem e se alimentam da rica herança cultural e arquitetônica da cidade.

#### 4.2.5 Existem investimentos financeiros por parte das autoridades para incentivar o empreendedorismo criativo

A pesquisa demonstrou que há uma percepção predominante de ausência de investimentos governamentais voltados ao incentivo das atividades empreendedoras no Centro Histórico de São Luís (Figura 26). Essa percepção tem distribuição bastante homogênea nas 3 zonas, demonstrando que as intervenções governamentais são pontuais e não produzem resultados duradouros nos empreendimentos, por descontinuidade.



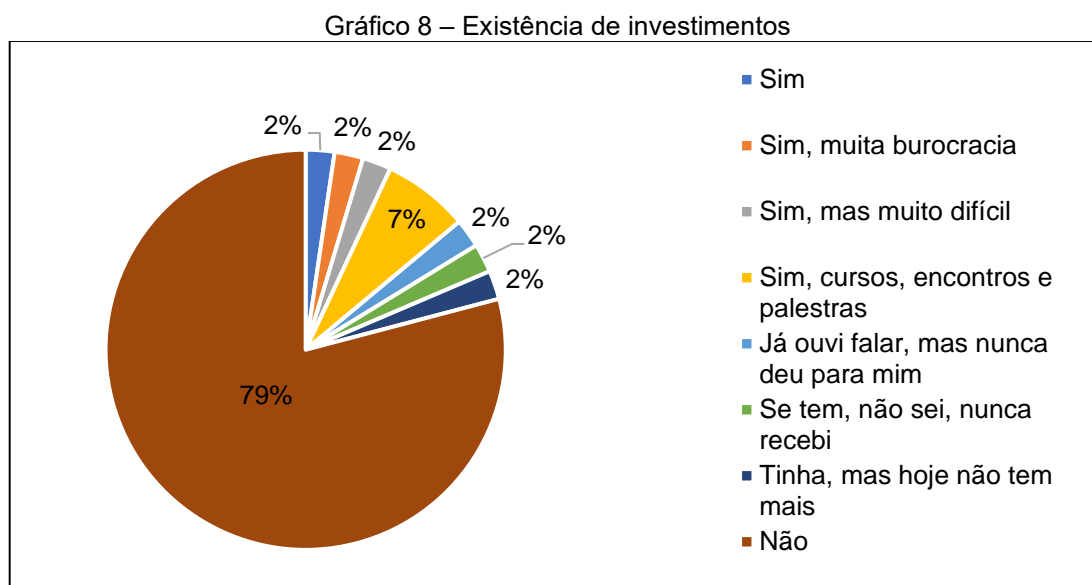
Figura 26 – Distribuição espacial das opiniões sobre a existência de investimentos



Fonte: própria autora (2024).

A pesquisa demonstrou que há uma percepção predominante de ausência de investimentos governamentais voltados ao incentivo das atividades empreendedoras no Centro Histórico de São Luís. Segundo os dados, 79% dos entrevistados (n=34) afirmam que não há investimento público em suas atividades, 7% dos entrevistados (n=3) afirmam ter participado de cursos e palestras, outros 7% dos entrevistados (n=3) disseram ter recebido investimentos, porém ressaltam que foi mediante muita burocracia, muita dificuldade. Outros 7% (n=3) relatam só ter ouvido falar e indicam que já houve investimentos no passado, mas que foram

descontinuados (Gráfico 8).



Fonte: própria autora (2024).

Essa percepção majoritária de negligência por parte do poder público revela um vazio institucional na articulação de políticas de fomento aos pequenos negócios locais. Em um território com reconhecido valor cultural, tombado como Patrimônio Mundial pela UNESCO, a falta de continuidade e abrangência de políticas públicas direcionadas ao fortalecimento de empreendimentos locais representa não apenas um desafio econômico, mas também um obstáculo à valorização do patrimônio imaterial e à sustentabilidade urbana (Diniz, 2011; Ribeiro, A., 2020).

A ausência de investimentos compromete o desenvolvimento da economia criativa, cujo fomento depende de ações estruturantes, como linhas de crédito específicas, capacitação, desburocratização, incentivos fiscais e infraestrutura adequada (Santos; Oliveira, 2019; SEBRAE, 2023). Além disso, a descontinuidade de políticas — indicada por parte dos entrevistados — denuncia a fragilidade das ações governamentais, muitas vezes marcadas por falta de planejamento de longo prazo e desarticulação entre os níveis municipal, estadual e federal.

Nesse contexto, os dados apontam para a necessidade urgente de políticas públicas consistentes e integradas, que reconheçam o papel estratégico dos empreendedores locais na dinâmica econômica, social e cultural do Centro Histórico, promovendo, assim, sua permanência e valorização.

Os inquiridos dizem que não há atenção das autoridades e governos locais ou nacionais para incentivar o empreendedorismo criativo. No entanto, esses



investimentos podem se manifestar de várias formas, como: programas de subsídios que oferecem financiamento direto a empreendedores criativos, como artistas, designers, e desenvolvedores de tecnologia, para ajudar na criação e desenvolvimento de seus projetos; criação de incubadoras e aceleradoras que fornecem recursos, orientação e espaço de trabalho para startups e empreendedores criativos.

Esses espaços muitas vezes oferecem também acesso a financiamento; Programas de formação e *workshops* são frequentemente financiados por autoridades para capacitar empreendedores criativos em habilidades essenciais, como gestão de negócios, marketing e inovação. Podem existir programas de incentivo, financiamentos, editais de apoio a *startups* criativas, incubadoras, aceleradoras e eventos que promovem a inovação e a cultura local. Esses investimentos têm como objetivo estimular a criatividade, gerar empregos e fortalecer a economia criativa.

Muitos governos oferecem incentivos fiscais para empresas que investem na economia criativa, como deduções fiscais para gastos em pesquisa e desenvolvimento ou em projetos culturais. Talvez, o que falta a esses sujeitos empreendedores locais sejam orientação para buscarem esses capitais que possam ajudá-los em seus empreendimentos com o objetivo de fortalecer a economia local e fomentar inovações, podem também investir na realização de feiras, festivais e eventos que promovem o empreendedorismo criativo, proporcionando visibilidade e oportunidades de *networking* para os empreendedores.

#### **4.2.6 Oportunidades de estudo sobre empreendedorismo criativo ou e-commerce (comércio virtual), ofertadas pelo poder público**

Os dados evidenciaram uma lacuna significativa na oferta de oportunidades de capacitação voltadas ao empreendedorismo criativo e ao comércio eletrônico no Centro Histórico de São Luís (Figura 27). Segundo os resultados da pesquisa, 95% dos entrevistados (n=41) afirmam não ter acesso a cursos, oficinas ou formações nessas áreas. Apenas 5% (n=2) relatam ter tido algum tipo de oportunidade nesse sentido.

Figura 27 – Oportunidades de estudo sobre empreendedorismo criativo ou *e-commerce*



Fonte: própria autora (2024).

Esse cenário é preocupante, uma vez que o fortalecimento do empreendedorismo, especialmente em territórios patrimoniais com potencial criativo depende da qualificação contínua dos agentes locais. Como apontam Santos e Oliveira (2019), a economia criativa exige competências específicas relacionadas à inovação, gestão cultural, uso de tecnologias digitais e inserção em redes de valor simbólico.

A ausência quase total de iniciativas formativas voltadas para o empreendedorismo digital e criativo também compromete a competitividade dos

negócios locais diante de um mercado cada vez mais digitalizado. Além disso, representa uma barreira à inclusão produtiva, pois impede que os empreendedores se apropriem de ferramentas que ampliariam seu alcance, eficiência e capacidade de inovação (SEBRAE, 2023; Silva; Ribeiro, 2020).

A lacuna formativa também reforça a urgência de Políticas Públicas e programas institucionais que promovam acesso gratuito e contínuo à formação técnica e estratégica, especialmente para populações em contextos urbanos vulnerabilizados, como muitos empreendedores que atuam no Centro Histórico de São Luís.

A maioria respondeu que não há esse tipo de oportunidade aos empreendedores do Centro Histórico de São Luís, poucos afirmam que existem, talvez a falta de regulamentação que pode ser visibilizada nessa pesquisa seja um empecilho a esse reconhecimento de ofertas de estudos e financiamento aos comércios locais. Em São Luís do Maranhão, existem diversas oportunidades de estudo e capacitação relacionadas ao empreendedorismo criativo e ao *e-commerce*. As autoridades locais, além de instituições de ensino, frequentemente promovem cursos, oficinas e palestras que abordam esses temas, mas essas oportunidades não chegam regularmente aos empreendedores locais.

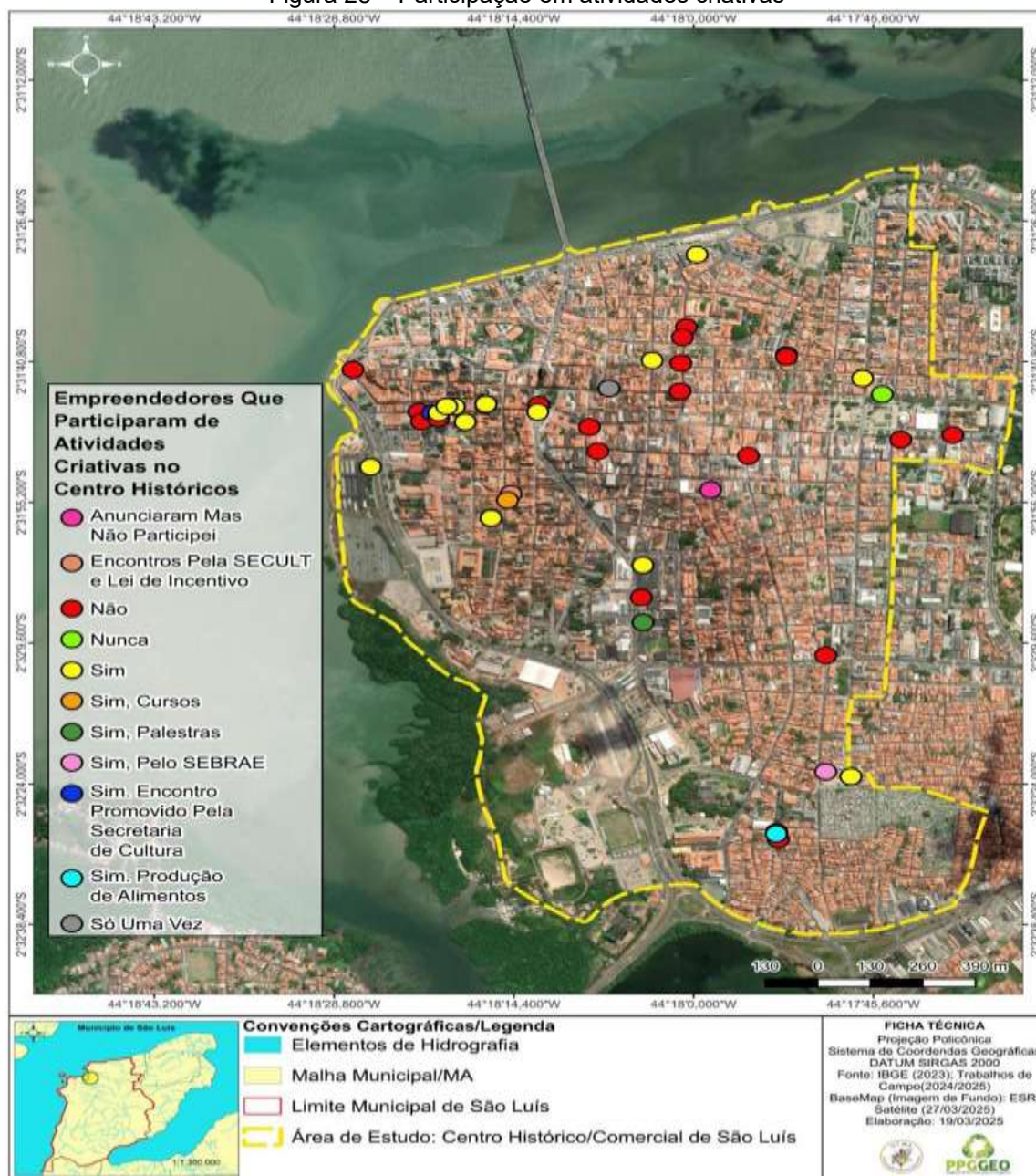
Além disso, programas de incentivo ao Empreendedorismo e à criação de startups podem ser disponibilizados por meio de parcerias com universidades, Sebrae e outras entidades voltadas ao desenvolvimento econômico. É recomendável acompanhar as redes sociais e sites dessas instituições, pois elas costumam divulgar informações sobre eventos e oportunidades de capacitação. Os interessados também podem buscar incubadoras ou espaços de *coworking* que frequentemente oferecem mentorias e programas de aceleração voltados para empreendedores.



#### 4.2.7 Participação em cursos, palestras ou outros eventos motivadores para permanência na atividade

Os resultados da pesquisa indicam que 49% dos empreendedores entrevistados (n=21) já participaram de algum tipo de curso, palestra ou evento que contribuiu para sua permanência na atividade empreendedora no Centro Histórico de São Luís (Figura 28).

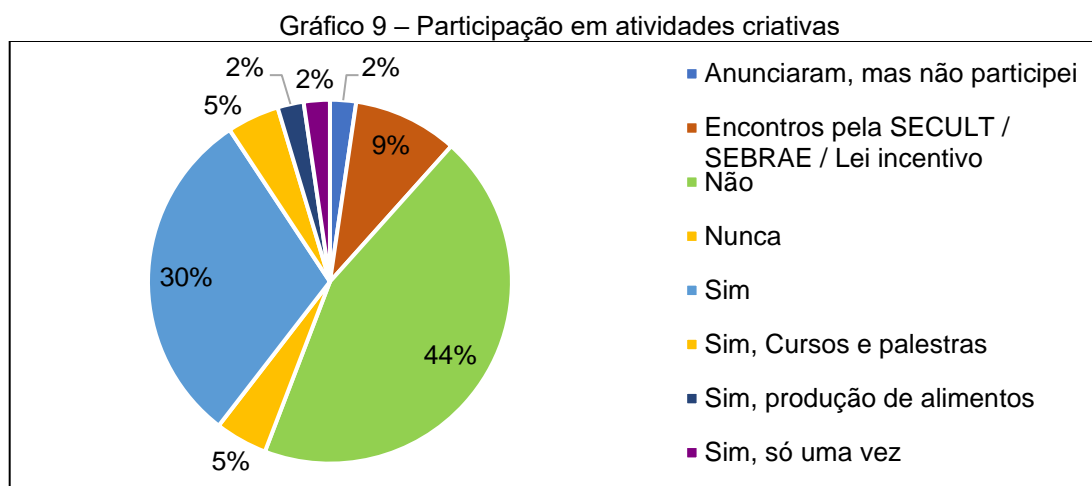
Figura 28 – Participação em atividades criativas



Fonte: própria autora (2024).

Percebe-se que entre os entrevistados, há uma forte concentração daqueles que participarem de alguma atividade formativa para promoção do empreendedorismo na Zona 1, o que mantém relação direta com o Projeto Reviver a Praia Grande, que promoveu inúmeros eventos para os comerciantes locais à época.

Um dado preocupante é que 51% (n=22) dos entrevistados afirmam não ter tido acesso ou participação em tais iniciativas (Gráfico 09).



Fonte: própria autora (2024).

Esse dado revela um cenário parcialmente positivo, sugerindo que mais da metade dos empreendedores já teve contato com ações de capacitação ou incentivo, que atuaram como fatores de motivação e fortalecimento da prática empreendedora. Tais eventos formativos são considerados estratégicos para a qualificação dos agentes locais, a elevação de sua autoconfiança profissional e o desenvolvimento de competências em gestão, criatividade e inovação (Santos; Oliveira, 2019; SEBRAE, 2023).

Contudo, a expressiva proporção de entrevistados, que não participou de nenhuma dessas iniciativas (51%), evidencia a limitação no alcance e na democratização das oportunidades de formação continuada, especialmente em um território com características socioculturais e econômicas marcadas por desigualdades históricas. A ausência de acesso a essas ações pode resultar em baixa capacidade de permanência, informalidade e desestímulo à profissionalização, conforme apontam Cunha e Sato (2014) em estudos sobre a precarização do empreendedorismo informal.

Dessa forma, os dados reforçam a importância da ampliação,

descentralização e continuidade das ações educativas e motivacionais, voltadas especificamente para empreendedores de territórios patrimoniais como o Centro Histórico de São Luís, de modo a promover sustentabilidade econômica e valorização cultural simultaneamente.

A falta de capacitação dos feirantes para a melhoria da qualidade no atendimento e de sinalização turística são questões sérias para um local que almeja ser um produto consolidado no Centro Histórico de São Luís. Os visitantes, que por ali passam, muitas vezes nem sabem o que é aquele local. Por não serem permitidas intervenções na estrutura e fachada do local há que se pensarem medidas alternativas para identificar um prédio tão precioso como este e poder implementar estratégias de marketing que divulguem o local. As respostas apontam para o fato de que há quase um empate no que tange à participação de comerciantes formais e informais participem de palestras e cursos, que nos apontam contradições com outras perguntas anteriores e respostas negativas.

Quanto à falta de capacitação dos feirantes, pode-se notar que, mesmo em se tendo um atendimento “simpático”, nem sempre este está adequado às necessidades nem dos próprios residentes, não podendo esperar muito do atendimento ao turista. Nem mesmo nas lojas de artesanato das lojas externas pode-se encontrar um atendimento que caiba no conceito de qualidade. Além disso, a falta de saneamento básico e o estado de preservação precário são reflexos da ineficiência administrativa, que apesar da existência de uma Associação dentro da Feira da Praia Grande, poucos são as ações executadas no sentido de sanar todos esses problemas.

#### 4.2.8 O que falta para melhor desenvolvimento de sua atividade empreendedora?

Os dados obtidos evidenciam que o principal obstáculo para o desenvolvimento pleno das atividades empreendedoras na área de estudo é a deficiência nos serviços públicos e na infraestrutura urbana, apontada por 44% dos respondentes (n=19). Esse resultado demonstra uma fragilidade estrutural do território, cuja resolução depende da atuação coordenada do Poder Público na melhoria de aspectos como limpeza, segurança, iluminação, mobilidade, saneamento e manutenção urbana, conforme a Figura 29.



Figura 29 – Distribuição espacial sobre o que falta para melhorar o desenvolvimento de sua atividade



Fonte: própria autora (2024).

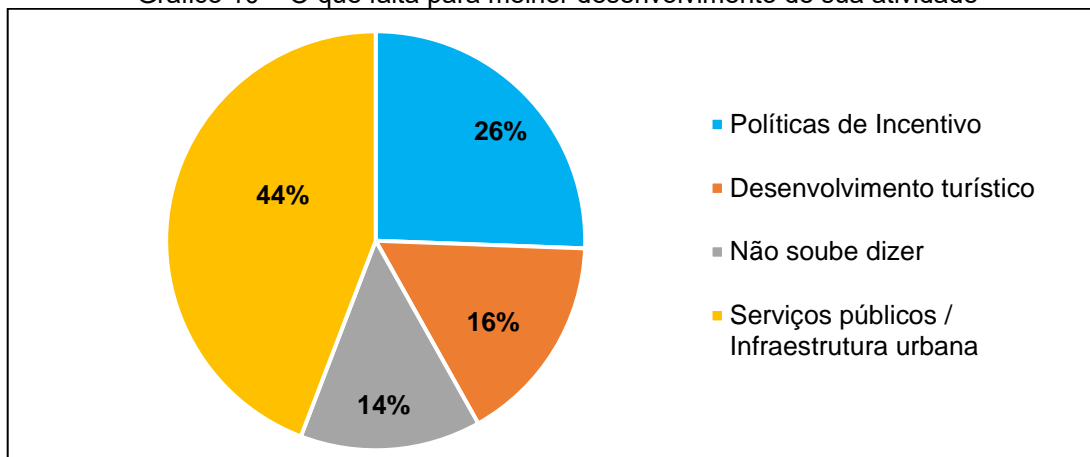
É válido ressaltar que mesmo na Zona 1, a mais antiga e sob proteção Federal, os empreendedores se ressentem da ausência/deficiência de serviços públicos e infraestrutura, fato que revela uma atuação deficitária dos órgãos governamentais responsáveis pela conservação e ofertas de serviços no Centro Histórico.

Nesse mesmo sentido, 26% dos empreendedores (n=11) destacam a ausência de políticas de incentivo como principal entrave (Gráfico 10). Essa percepção reforça a necessidade de programas públicos contínuos e direcionados ao



fortalecimento dos pequenos negócios, tais como acesso a crédito, incentivos fiscais, apoio à formalização, capacitação e valorização das vocações criativas e culturais da área (Diniz, 2011; SEBRAE, 2023).

Gráfico 10 – O que falta para melhor desenvolvimento de sua atividade



Fonte: própria autora (2024).

Os dados revelam que a principal demanda apontada pelos empreendedores para o aprimoramento de suas atividades é a melhoria nos serviços públicos e na infraestrutura urbana, mencionada por 44% dos entrevistados (n=19). Isso evidencia que questões estruturais básicas, como saneamento, segurança, iluminação, limpeza, acessibilidade e manutenção do espaço público, representam os principais entraves ao pleno desenvolvimento do comércio e dos serviços locais.

Em segundo lugar, 26% (n=11) dos respondentes destacam a ausência de políticas de incentivo, o que reforça a percepção de fragilidade institucional e carência de apoio governamental sistemático voltado ao fortalecimento do empreendedorismo local. Esses dados estão em consonância com os resultados anteriores da pesquisa, que indicam a percepção de abandono e descontinuidade de ações públicas no território (Diniz, 2011; SEBRAE, 2023).

O desenvolvimento turístico é mencionado por 16% (n=7) como fator limitante, o que sugere que, apesar do reconhecimento do Centro Histórico como patrimônio da humanidade, o potencial turístico ainda não está sendo plenamente explorado ou revertido em benefícios concretos para os empreendedores locais (Silva; Ribeiro, 2020). A ausência de uma política de turismo integrada e sustentável pode comprometer o fluxo de visitantes, o consumo cultural e a valorização simbólica do território.

Por fim, 14% (n=6) dos entrevistados não sabem indicar claramente o que

falta para o desenvolvimento de suas atividades, o que pode indicar desinformação, baixa formação empreendedora ou desarticulação entre agentes econômicos e gestores públicos.

De modo geral, os dados reforçam que o fortalecimento das atividades econômicas no Centro Histórico de São Luís exige uma atuação integrada entre investimento público em infraestrutura, políticas de incentivo à economia local e ações voltadas ao turismo e à cultura, com foco na inclusão produtiva, sustentabilidade urbana e valorização patrimonial.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa permitiu compreender como o patrimônio histórico e cultural se articula com as práticas empreendedoras e criativas. Essa inter-relação entre memória, trabalho e criatividade reflete a capacidade dos sujeitos em transformar o patrimônio em fonte de oportunidades e permanência no espaço urbano.

Os resultados apontaram que 58% dos empreendedores entrevistados atuam no setor de alimentação e artesanato, atividades diretamente ligadas à valorização cultural e ao turismo. Verificou-se também que 72% dos negócios visitados são formalizados, sendo 21% empreendedores individuais - MEI (faturamento Anual no limite de até R\$ 81.000,00); 42% microempresas (faturamento anual até R\$ 360 mil), 7% empresas de pequeno porte (faturamento Anual entre 360 mil até 4,8 milhões) e 2% empresas de médio porte (faturamento Anual entre 4,8 milhões até 300 milhões) e 28% (os autônomos) permanecem na informalidade, o que demonstra o predomínio de iniciativas de microempreendedores e a fragilidade institucional do setor. Apesar disso, 74% dos entrevistados afirmaram que o trabalho no Centro Histórico representa não apenas uma fonte de renda, mas um modo de vida, relacionado ao pertencimento e à preservação da história local.

Esses índices indicam que, embora haja um ambiente propício à criatividade e à circulação cultural, o poder público ainda não oferece condições adequadas para que o empreendedorismo criativo se consolide como vetor estruturante da economia local. A ausência de políticas de incentivo contínuas, de capacitação técnica e de apoio financeiro foi identificada como fator que limita o crescimento.

O estudo também constatou que o patrimônio histórico exerce influência direta na escolha dos empreendedores pelo Centro Histórico. Para 72% dos participantes, o ambiente histórico agrega valor ao produto e atrai o público, funcionando como diferencial competitivo. Esse dado reforça a importância de compreender o patrimônio não apenas como herança material, mas como elemento ativo do desenvolvimento urbano e econômico. A conservação dos casarões, praças e ruas, associada às manifestações culturais e artísticas, sustenta uma economia que depende da autenticidade e da permanência do espaço histórico.

Constatou-se que, embora o Centro Histórico tem um potencial significativo para o desenvolvimento da Economia criativa, ele enfrenta desafios relacionados à

infraestrutura, acessibilidade e preservação do patrimônio. Assim, é fundamental que as Políticas Públicas e as iniciativas privadas trabalhem em conjunto para superar esses desafios, ensejando garantir-se de desenvolvimento sustentável que respeite o patrimônio cultural e melhore a qualidade de vida dos moradores.

A dimensão simbólica do Centro Histórico também se revela presente, com expressivos relatos de afeto, pertencimento e valorização patrimonial por parte dos entrevistados. No entanto, esse vínculo afetivo não se traduz, de forma proporcional, em apoio institucional: 90% dos participantes afirmaram não receber nenhum tipo de investimento público, e 95% nunca tiveram acesso a capacitações voltadas ao Empreendedorismo criativo ou ao comércio eletrônico. Tal fato evidencia um distanciamento entre a retórica da valorização cultural e a prática de inclusão socioeconômica dos atores locais.

Apesar dessas limitações, os dados demonstram que os empreendedores reconhecem sua própria atuação como criativa e relevante, especialmente no contexto do Turismo e da revitalização cultural. Mais de 70% souberam apontar atividades criativas no território, e 90% acreditam que sua própria atividade é de natureza criativa, o que revela um potencial subutilizado de articulação entre cultura, patrimônio e desenvolvimento econômico.

Conclui-se, portanto, que o Centro Histórico de São Luís expressa um ambiente com forte capital simbólico, expressiva presença de microempreendimentos criativos e uma base social com vínculos afetivos ao território, mas carece de infraestrutura adequada, investimentos contínuos e Políticas Públicas integradas. Para consolidar o potencial da Economia criativa e empreendedora no local, é urgente o fortalecimento de ações coordenadas entre os setores público e privado, com foco na valorização do patrimônio, qualificação profissional, fomento ao Turismo e estímulo à inovação local.

## REFERÊNCIAS

- A REDE de cidades criativas da UNESCO. **VIA Estação Conhecimento**, fev. 2017. Disponível em: <https://via.ufsc.br/a-rede-de-cidades-criativas-da-unesco/>. Acesso em: 18 maio 2024.
- ARAÚJO, C. G.; SILVA, J. P. A. Empreendedorismo em centros históricos: desafios e oportunidades. **Revista Brasileira de Gestão Urbana**, [S. l.], v. 9, n. 2, 2017.
- ARTE FORA DO MUSEU. **Feira da Praia Grande**. São Luís, 2024. Disponível em: <https://arteforadomuseu.com.br/rua-feira-da-praia-grande-n-01/>. Acesso em: 2 maio 2024.
- ASSOCIAÇÃO DOS FEIRANTES NO COMÉRCIO DA PRAIA GRANDE. **Relatório de atividades da Feira da Praia Grande**. São Luís: [s. n.], 2008.
- ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOS MUNICÍPIOS COM CENTRO HISTÓRICO (APMCH). **Relatório de Atividades 1988-2014**. Portugal: APMCH, 2014.
- AZEVEDO, Paulo Ormindo de. **Reabilitação urbana e preservação do patrimônio**. Salvador: EDUFBA, 2003.
- BARBOSA FILHO, W. **Gestão estratégica aplicada ao turismo**: ferramentas de posicionamento estratégico direcionado à Casa das Tulhas. 2009. Monografia (Graduação em Turismo), Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2009.
- BARROS, J. S.; BANDEIRA, Í. C. N. (orgs.). **Geodiversidade da ilha do Maranhão**. Teresina: CPRM, 2020.
- BASTOS, K. D. O; ARAÚJO, M. K. da C.; ROCHA, A. E. Conservação dos componentes arbóreos e palmeiras em praças revitalizadas de São Luís do Maranhão. **Revista Agroecossistemas**, v. 16, n. 1, e11568, 2023.
- BERNARDINO, I. L.; LACERDA, N. Centros históricos brasileiros: tensões entre a obsolescência imobiliária e a construção de novas espacialidades. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, [S. l.], v. 17, n. 1, p. 61-61, 2015. DOI: 10.22296/2317-1529.2015v17n1p61. Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/4992>. Acesso em: 15 jun. 2024.
- BONDUKI, N. **Intervenções urbanas na recuperação de centros históricos**. Brasília, DF: IPHAN / Programa Monumenta, 2010.
- BONDUKI, N. **Origens da habitação social no Brasil**: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.
- BOTSMAN, R.; ROGERS, R. **What's mine is yours**: the rise of collaborative consumption. New York: Harper Business, 2010.
- BOURDIEU, P. **Os usos sociais da ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: UNESP, 2001.

BOURDIEU, P. Sobre o poder simbólico. *In*: BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1986.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937**. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 6 dez. 1937.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Art. 216.

BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). **Programa de Cidades Históricas (PCH)**. Brasília: IPHAN, década de 1970.

BRASIL. **Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006**. Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis no 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei nº 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999. Brasília, DF, 2006. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/LCP/Lcp123.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LCP/Lcp123.htm). Acesso em: 2 abr. 2025.

BRASIL. **Lei Complementar nº 128, de 19 de dezembro de 2008**. Altera a Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006, altera as Leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.213, de 24 de julho de 1991, 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, 8.029, de 12 de abril de 1990, e dá outras providências. Brasília, DF, 2008. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/Lcp128.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp128.htm). Acesso em: 2 abr. 2025.

BRASIL. **Lei nº 7.256, de 27 de novembro de 1984**. Estabelece Normas Integrantes do Estatuto da Microempresa, Relativas ao Tratamento Diferenciado, Simplificado e Favorecido, nos Campos Administrativo, Tributário, Previdenciário, Trabalhista, Creditício e de Desenvolvimento Empresarial. Brasília, DF, 1984. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L7256.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L7256.htm). Acesso em: 12 out. 2025.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Ministério da Cultura lança Brasil Criativo**: diretrizes da política pública para fortalecer a economia criativa. Brasília, DF: Ministério da Cultura, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/noticias/ministerio-da-cultura-lanca-brasil-criativo-diretrizes-da-politica-publica-para-fortalecer-a-economia-criativa>. Acesso em: 18 maio 2024.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Programa Nacional de Fomento e Incentivo à Economia Criativa – PNPEC**. Brasília, DF: Ministério da Cultura, 2011.

BRASIL. Ministério do Trabalho. **Mapeamento da indústria criativa no Brasil**: panorama e perspectivas. Brasília, DF: Ministério do Trabalho, 2008a. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/>. Acesso em: 18 mar. 2024.

CANCLINI, N. G. **Culturas híbridas**: estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: Edusp, 2000.

CARLOS, A. F. A. **O espaço urbano**: novos escritos sobre a cidade. São Paulo: FFLCH, 2007.

CARVALHO, C. de M. B. de; CUTRIM, K. D. G.; COSTA, S. R. da. Empreendedorismo cultural e turismo: perspectivas para desenvolvimento das indústrias criativas no bairro da Madre Deus, São Luís (Maranhão, Brasil). **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, [S. l.], v. 12, n. 2, p. 629-646, maio/ago. 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1981.81222017000200020>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bgoeldi/a/ksK4JCr4t7XLGT9mSWVQV3P/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 2 maio 2024.

CARVALHO, K. D. Economia criativa e turismo em áreas patrimoniais: processos e relacionamentos no Centro Histórico de São Luís, Maranhão. **Diálogo com a Economia Criativa**, [S. l.], v. 7, n. 19, p. 9-27, 2022. Disponível em: <https://dialogo.emnuvens.com.br/revistadcec-rj/article/view/394/pdf>. Acesso em: 12 mar. 2024.

CASTELLS, M. **The Rise of the Network Society**. Cambridge, Mass: Blackwell Publishers, 2001.

CAVES, R. E. **Creative industries**: contracts between art and commerce. Cambridge, Mass.; London: Harvard University Press, 2009.

CHOAY, F. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: UNESP, 2001.

COBRA, M. **Marketing de turismo**. Rio de Janeiro: Cobra Ed., 2001.

COOKE, P.; LAZZERETTI, L. **Creative cities, cultural clusters and local economic development**. Chentelham: Edward Elgar Publishing, 2008.

CORREA, S. M. O Programa de Cidades Históricas: por uma política integrada de preservação do patrimônio cultural urbano. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 15-58, jan./abr. 2016. DOI: 10.1590/1982-02672016v24n0101. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/119836>. Acesso em: 10 jul. 2023.

CRUZ, A. J. A.; LIMA, E. A.; SANTOS, S. R. dos. Uso do território, turismo e pandemia: efeitos do novo coronavírus nos circuitos culturais e na economia dos pequenos no centro histórico de São Luís-MA. **Revista Eletrônica de Administração e Turismo-ReAT**, [S. l.], v. 16, n. 1, p. 25-42, jan./jun. 2022. DOI: 10.15210/reat.v16i1.21548. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/AT/article/view/21548>. Acesso em: 15 mar. 2025.

CUNHA, E. C. da; SATO, M. Empreendedorismo e precarização do trabalho: o caso dos microempreendedores individuais. **Revista Pegada**, [S. l.], v. 15, n. 2, p. 61-84, 2014.

DINIZ, C. C. Política de desenvolvimento regional: conceitos, fundamentos e



experiências. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 42, n. 3, p. 9-30, 2011.

DOMINGUES, J.; ALBINATI, M. Espaço empreendedor e empreendedores da cultura notas sobre a transformação urbana da Zona Portuária do Rio de Janeiro. **Pol. Cult. Rev.**, Salvador, v. 9, n. 2, p. 437-458, jun./dez. 2016.

FARIAS FILHO, M. S. **A atuação das elites regionais na configuração e modernização de São Luís nas décadas de 1920-1930**: a administração municipal de Octacílio Saboya Ribeiro. 2023. Monografia (Graduação em Geografia) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2023.

FARR, T. G. *et al.* **The Shuttle Radar Topography Mission**. [S. l.: s. n.], 2007.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO RIO DE JANEIRO (FIRJAN). **Mapeamento da economia criativa no Rio de Janeiro**: setores criativos e suas perspectivas. Rio de Janeiro: FIRJAN, 2023. Disponível em: [www.firjan.com.br](http://www.firjan.com.br). Acesso em: 18 mar. 2024.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO RIO DE JANEIRO (FIRJAN). **Mapeamento da Indústria Criativa 2022**. Rio de Janeiro: FIRJAN, 2022. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/653466097/Mapeamento-da-Industria-Criativa-no-Brasil-2022>. Acesso em: 18 mar. 2024.

FERREIRA, J. **O turismo cultural como estratégia de desenvolvimento local em São Luís**: um estudo sobre o aproveitamento do patrimônio histórico. 2021. (Dissertação de Mestrado), Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2021.

FLORIDA, R. The rise of the creative class: and how it's transforming work, leisure, community and everyday life. **Canadian Public Policy / Analyse de Politiques**, [S. l.], v. 29, n. 3, p. 378-379, 2003. DOI: <https://doi.org/10.2307/3552294>.

FONSECA, M. C. L. **O patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ; IPHAN, 2005.

FREIRE, G. G. **Propostas de mobilidade urbana para o Centro Histórico de São Luís**. 2010. Monografia (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), São Luís, 2010.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Ed. S.A, 1989.

GONÇALVES, R.; ALMEIDA, M. **A música e a identidade cultural de São Luís**: uma análise do patrimônio imaterial. São Luís: Ed. Maranhão, 2022.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

HESMONDHALGH, D. **The cultural industries**. 4. ed. Los Angeles: Sage Publications, 2013.

HESMONDHALGH, D.; PRATT, A. C. Cultural industries and cultural policy.

**International Journal of Cultural Policy**, [S. l.], v. 11, n. 1, p. 1-14, 2007.

HOWKINS, J. **The creative economy**: how people make money from ideas. London: Penguin, 2002.

IGNARRA, L. R. **Fundamentos do turismo**. São Paulo: Cengage Learning, 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo demográfico 2022**: resultados preliminares. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 13 jul. 2024.

INSTITUTO DE APOIO ÀS PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS E À INOVAÇÃO (IAPMEI). **Missão e objetivos**. 2025. Disponível em: <https://www.iapmei.pt>. Acesso em: 24 jan. 2025.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Centro Histórico de São Luís (MA)**. Brasília, DF: IPHAN, c2014. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/34>. Acesso em: 28 jan. 2023.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Dossiê de Tombamento do Centro Histórico de São Luís**. Brasília, DF: IPHAN, 2016.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Projeto de requalificação urbana do Centro Histórico de São Luís**. Brasília, DF: IPHAN, 2018.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **PAC Cidades Históricas**. Brasília, DF: IPHAN, 2013. Disponível em: [https://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/PAC\\_2\\_Cidades\\_Historicas.pdf](https://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/PAC_2_Cidades_Historicas.pdf). Acesso em: 24 ago. 2024.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Política Nacional de Preservação do Patrimônio Cultural**. Brasília, DF: IPHAN, 1976. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/>. Acesso em: 23 jun. 2024.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **PAC – Cidades Históricas**. Brasília, DF: IPHAN, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/iphan/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/novo-pac/pac-cidades-historicas>. Acesso em: 10 out. 2025.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **São Luís do Maranhão**: patrimônio cultural da humanidade. Brasília, DF: IPHAN, 2006.

JENKINS, H. **Convergence culture**: where old and new media collide. Nova York: New York University Press, 2006.

KONDER, L. **O que é dialética**. 25. ed. São Paulo: Brasiliense, 2008.

KOTLER, P. **Administração de marketing**: análise, planejamento, implementação e

controle. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

KOWARICK, L. **A espoliação urbana**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

LANDRY, C. **The creative city**: a toolkit for urban innovators. London: Earthscan, 2008.

LASH, S.; URRY, J. **Economies of sign and space**. London: Sage, 1994.

LIMA, A. C. **Patrimônio e urbanismo em São Luís**: entre o colonial e o contemporâneo. São Luís: EDUFMA, 2011.

LIMA, C. E. **Identidade local e turismo em São Luís, Maranhão**. Rio de Janeiro: Ed. RJ, 2020.

LIMA, R. **Patrimônio e identidade**: o Centro Histórico de São Luís. São Luís: Ed. Cultural SLZ, 2018.

LORÊDO, C. D.; SANTOS, S. R. dos. A Casa das Tulhas e a Feira da Praia Grande como Produto Turístico em São Luís – MA. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, [S. l.], v. 2, n. 1, p. 45-60, 2008. Disponível em: [https://www.ucs.br/ucs/eventos/seminarios\\_semintur/semin\\_tur\\_6/arquivos/07/A%20casa%20das%20tulhas%20e%20a%20feira%20da%20praia%20grande%20como%20produto.pdf](https://www.ucs.br/ucs/eventos/seminarios_semintur/semin_tur_6/arquivos/07/A%20casa%20das%20tulhas%20e%20a%20feira%20da%20praia%20grande%20como%20produto.pdf). Acesso em: 17 fev. 2024.

MACHADO, P. H.; SILVEIRA, R. T. **A influência da geografia na cultura de São Luís**. Belo Horizonte: Ed. BH, 2023.

MANOVICH, L. **The language of New Media**. Cambridge, USA: The MIT Press, 2001.

MARANHÃO. Programa Nosso Centro é referência no Dia do Patrimônio Histórico. **Agência de Notícias**, ago. 2023. Disponível em: <https://www.ma.gov.br/noticias/programa-nosso-centro-e-referencia-no-dia-do-patrimonio-historico>. Acesso em: 28 ago. 2024.

MARANHÃO. Secretaria de Estado do Turismo. **Cultura e festas populares**. São Luís: SETUR-MA, 2024. Disponível em: <https://turismo.ma.gov.br/programas-ou-campanhas/cultura-e-festas-populares>. Acesso em: 10 out. 2025.

MARICATO, E. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias: planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 121-192.

MEIRELES JÚNIOR, M. Projeto de terminal e parque urbano ressignificam áreas públicas. **Habitability**, out. 2023. Disponível em: <https://habitability.com.br/terminal-e-parque-urbano/>. Acesso em: 10 out. 2025.

MELEIRO, A.; FONSECA, F. Economia criativa: uma visão global. **Latitude**, [S. l.], v. 6, n. 2, p. 241-265, 2012. Disponível em: <http://www.seer.ufal.br/index.php/latitude/>

article/view/880/576. Acesso em: 23 mar. 2025.

MELO, F. **Entre as linhas da história: o turismo cultural em São Luís**. Rio de Janeiro: Ed. Nacional, 2020.

MENEGUELLO, C. Centros históricos e desenvolvimento local: desafios e possibilidades. In: ABREU, R.; CHAGAS, M. (orgs.). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005. p. 125-142.

MENESES, J. N. C. **História e turismo cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 13. ed. São Paulo: Hucitec, 2012.

MONUMENTO histórico volta a ser instalado na Praça da Misericórdia.

**Imirante.com**, São Luís, MA, 11 jun. 2020. Disponível em:

<https://imirante.com/noticias/sao-luis/2020/06/11/monumento-historico-volta-a-ser-instalado-na-praca-da-misericordia>. Acesso em: 21 out. 2025.

MOTA, J. **Estratégias de marketing turístico em São Luís: a promoção do patrimônio cultural e histórico**. São Luís: [s. n.], 2001.

NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. **Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil: 8. Trabalho decente e crescimento econômico**. Brasília, DF: ONU Brasil, 2025a. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/ods/ods8.html>. Acesso em: 2 out. 2025.

NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. **Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil: 11. cidades e comunidades sustentáveis**. Brasília, DF: ONU Brasil, 2025b. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/ods/ods11.html>. Acesso em: 2 out. 2025.

NICOLAU, A. Arte, cultura e economia criativa fortalecem o Centro Histórico de São Luís (MA). **Educação e Território**, set. 2022. Disponível em: <https://educacaoeterritorio.org.br/reportagens/arte-cultura-e-economia-criativa-fortalecem-o-centro-historico-de-sao-luis-ma/>. Acesso em: 11 fev. 2025.

OLIVEIRA, M. **Caminhando pelas ruas históricas de São Luís**. [S. l.]: Ed. Colonial, 2021.

OLIVEIRA, M. **Revitalização e turismo: o renascimento do Centro Histórico de São Luís**. São Paulo: Ed. Urbana, 2015.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). **Investing in cultural diversity and intercultural dialogue**. Paris: UNESCO, 2009.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). **Cidades criativas - redes UNESCO**. Paris: UNESCO, 2020. Disponível em: <https://unescoportugal.mne.gov.pt/pt/redes-unesco/cidades-criativas>. Acesso em: 2 mar. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). **Creative Cities Network (UCCN)**. Paris: UNESCO, 2004. Disponível em: <https://www.unesco.org/creative-cities>. Acesso em: 14 out. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). **Culture and Creative Industries in Sustainable Development**. Paris: UNESCO, 2022.

PEREIRA, A. **São Luís: um mosaico cultural em transformação**. Belo Horizonte: Ed. Minas, 2022.

PIMENTEL, P. C. O centro histórico de Campos dos Goytacazes/RJ: a revitalização, o comércio local e a nova funcionalidade do lugar. **Intratextos**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 1-24. 2015. ISSN 2176-6789.

PRATT, A. C. The Cultural Economy: A Call for Spatialized 'Production of Culture' Perspectives. **International Journal of Cultural Studies**, [S. l.], v. 7, n. 1, p. 117–128, 2004.

PRATT, A. C.; JEFFCUTT, P. **Creativity, innovation and the cultural economy**. London: Routledge, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.4324/9780203880012>. Acesso em: 21 mar. 2024.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Relatório de Desenvolvimento Humano 2004: criatividade e inovação para o desenvolvimento**. Nova York: PNDU, 2004. Disponível em: [https://hdr.undp.org/sites/default/files/reports/265/hdr\\_2004\\_pt.pdf](https://hdr.undp.org/sites/default/files/reports/265/hdr_2004_pt.pdf). Acesso em: 26 abr. 2024.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Retrato dos pequenos negócios inclusivos e de impacto no Brasil 2017**. [S. l.]: PNUD Brasil; SEBRAE, 2017. Disponível em: [https://sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/3.\\_mapeamento\\_negocios\\_de\\_impacto.pdf](https://sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/3._mapeamento_negocios_de_impacto.pdf). Acesso em: 3 jan. 2024.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Quadro da arquitetura no Brasil**. 11. ed. São Paulo: Perspectiva, 2000.

RIBEIRO, A. C. A cidade e seus afetos: Patrimônio, memória e identidade nos centros históricos brasileiros. **Revista de Patrimônio e Memória**, [S. l.], v. 16, n. 1, p. 48-65, 2020.

RIBEIRO, A. **Urbanismo e História: o caso de São Luís**. São Paulo: Ed. Urbana, 2024.

RIBEIRO, M. B. de F. C. **Imaginar o patrimônio: memória, identidade e narrativas urbanas**. 2020. Dissertação (Mestrado em Letras) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

RIES, E. **The lean startup: how today's entrepreneurs use continuous innovation to**

create radically successful businesses. Nova Iorque: Crown, 2011.

ROCHA, M.; FERREIRA, E. A economia criativa e o mercado de trabalho em São Luís: impactos e perspectivas. **Revista Brasileira de Economia Criativa**, [S. l.], v. 5, n. 2, p. 101-115, 2021.

RODRIGUES, E. A preservação do patrimônio cultural da humanidade como um direito subjetivo e exercício de cidadania. **Revista Mosaico**, [S. l.], v. 10, n. 16, p. 88-104, 2019. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/7030359.pdf>. Acesso em: 29 maio 2024.

RODRIGUES, R. Feirinha São Luís tem variedade musical e oficina de peça de barro no torno. **Blog Reginaldo Cazumbá**, set. 2022. Disponível em: <https://www.reginaldocazumba.com.br/2022/09/feirinha-sao-luis-tem-variedade-musical.html>. Acesso em: 20 mar. 2024.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos lugares**: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Boitempo, 2015.

SALLES, R. de L. Economia Criativa: uma estratégia de desenvolvimento urbano em Belo Horizonte. **Cadernos Metrópole**, [S. l.], v. 24, n. 54, p. 721-738, 2022.

SANTIAGO, J.; FARO, A. A gestão de centros históricos em Portugal. In: SILVA, M. (org.). **Patrimônio urbano e gestão de centros históricos**. Lisboa: Ed. Acadêmica, 2021. p. 85-105.

SANTOS, A. **Economia criativa**: um conceito em construção. [S. l.]: Ed. Novos Negócios, 2019.

SANTOS, C. N. F. **O urbanismo na periferia do capitalismo**: uma leitura crítica. Petrópolis: Vozes, 1983.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. **A cidade como um jogo de cartas**. São Paulo: Projeto Editores, 1988.

SANTOS, C. O. dos; OLIVEIRA, R. M. de. Economia criativa e desenvolvimento local: uma abordagem territorial. **Revista Desenvolvimento em Questão**, [S. l.], v. 17, n. 47, p. 250-273, 2019.

SANTOS, L. E. N. dos. **Urbanização e planejamento urbano na periferia do Brasil: a revisão do Plano Diretor Participativo de São Luís, Maranhão (2014–2021)**. 2022. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2022.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, R. F.; SANTOS, L. M. de; MARQUES, M. G. **Artesanato e economia criativa no Maranhão**: perspectivas e desafios. Fortaleza: Ed. Nordeste, 2020.

SANTOS, T. J. P. dos. A percepção de impacto socioambiental modifica as formas de fazer negócio. **Sebrae, Economia Criativa**, fev. 2019. Disponível em: <https://sebraers.com.br/economia-criativa/a-percepcao-de-impacto-socioambiental-modifica-as-formas-de-fazer-negocio/>. Acesso em: 12 jan. 2024.

SÃO LUÍS. **Lei nº 3253 de 29 de dezembro de 1992**. Dispõe sobre o zoneamento, parcelamento, uso e ocupação do solo urbano e dá outras providências. São Luís, 1992. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/>. Acesso em: 04 jun. 2025.

SÃO LUÍS. **Lei nº 6.871, de 23 de dezembro de 2020**. Dispõe sobre a criação da “Feirinha de São Luís” e dá outras providências. São Luís, 2020. Disponível em: <https://www.camara.slz.br/download/lei-no-6-871-de-23-de-dezembro-de-2020-dispoe-sobre-a-criacao-da-feirinha-de-sao-luis-e-da-outras-providencias/>. Acesso em: 14 abr. 2025.

SÃO LUÍS. Prefeitura Municipal. **Prefeito Eduardo Braide entrega obras de urbanização do Anel Viário**. São Luís, 2022b. Disponível em: <https://www.saoluis.ma.gov.br/portal/noticias/0/3/1442/prefeito-eduardo-braide-entrega-obras-de-urbanizacao-do-anel-viario>. Acesso em: 21 out. 2025.

SÃO LUÍS. Prefeitura Municipal. **Prefeitura e BID fazem balanço das principais ações executadas pelo Programa de Revitalização do Centro Histórico de São Luís**. São Luís, 2022a. Disponível em: <https://www.saoluis.ma.gov.br/portal/noticias/0/3/1448>. Acesso em: 3 out. 2025.

SÃO LUÍS. Programa Patrimônio em Rede e os Guardiões da Memória (IESTI). Fundação Municipal de Patrimônio Histórico (FUMPH). **Manual do Centro Histórico – São Luís, Patrimônio Mundial**. São Luís: FUMPH; IESTI, 2018b.

SÃO LUÍS. Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento. **Perfil Municipal de São Luís**. São Luís: SEMPLAN, 2018a. Disponível em: <https://www.saoluis.ma.gov.br>. Acesso em: 05 mar. 2024.

SASSEN, S. **The global city**: New York, London, Tokyo. Princeton, N.J.: Princeton University Press, 1991.

SCHUMPETER, J. English economists and the state-managed economy. **Journal of Political Economy**, [S. l.], v. 57, n. 5, out. 1949. Disponível em: <https://www.journals.uchicago.edu/doi/10.1086/256862>. Acesso em: 12 jan. 2025.

SEBASTIÃO, A. **A dinâmica do Centro Histórico**: reconfiguração social e cultural. São Luís: Ed. UFMA, 2010.

SEMINÁRIO BRASILEIRO SOBRE A PRESERVAÇÃO E REVITALIZAÇÃO DOS CENTROS HISTÓRICOS (ICOMOS). **Primeiro seminário brasileiro sobre a preservação e revitalização dos centros históricos**: Comitê do ICOMOS brasileiro, itaipava, julho de 1987. Tradução por António de Borja Araújo. [S. l.]: ICOMOS Brasil, 2007. Disponível em: <https://5cidade.files.wordpress.com/2008/03/seminario-brasileiro-sobre-os-centros-historicos.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2024.



SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (SEBRAE). **Panorama das Micro e Pequenas Empresas no Brasil**: Relatório 2023. Brasília, DF: SEBRAE, 2023.

SIFFERT-SIFFERT, P. V. *et al.* Paisagem, tofília/topofobia e empreendedorismo: proposta de um modelo teórico. *In*: ENCONTRO DA ANPAD – ENANPAD, 46., 2022, [S. l.]. **Anais [...]**. [S. l.: s. n.], 2022.

SILVA, A. L.; RIBEIRO, M. C. Revitalização de centros históricos e economia criativa: desafios e possibilidades. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, [S. l.], v. 22, n. 1, p. 98-115, 2020.

SILVA, J. A. **Interconexão da cultura e turismo em São Luís**. São Luís: Ed. Cultural Maranhense, 2018.

SILVA, J. A.; COSTA, M. B. **A economia criativa como vetor de desenvolvimento em São Luís**. São Luís: Ed. do Maranhão, 2021.

SILVA, J. **Infraestrutura e políticas para o desenvolvimento sustentável da economia criativa em São Luís**. São Luís: Ed. Maranhão, 2022.

SOARES, Z. Feirinha São Luís abre comemorações da Semana do Surdo. **Blog Zeca Soares**, set. 2022. Disponível em: <https://www.zecasoares.com/2022/09/24/feirinha-sao-luis-abre-comemoracoes-da-semana-do-surdo/>. Acesso em: 20 mar. 2024.

SOUZA, V.; BITTENCOURT, F. Revitalização urbana em áreas centrais: paradoxos e limites nas cidades brasileiras. **Cadernos Metrópole**, São Paulo, n. 31, p. 101-120, 2014.

TAPSCOTT, D.; WILLIAMS, A. D. **Wikinomics**: how mass collaboration changes everything. Nova York: Penguin Group, 2008.

TOMLINSON, C. **The differentiated classroom**: responding to the needs of all learners. Alexandria, VA: Association for Supervision and Curriculum Development, 1999.

UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT (UNCTAD). **Creative economy outlook**: trends in international trade in creative industries: 2002-2015: country profiles: 2005-2014. Geneve: United Nations, 2018. Disponível em: [https://unctad.org/system/files/official-document/ditcted2018d3\\_en.pdf](https://unctad.org/system/files/official-document/ditcted2018d3_en.pdf). Acesso em: 21 jun. 2024.

UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT (UNCTAD). **Economia criativa**: relatório de 2008. Genebra: Nações Unidas, 2008.

## APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO - UFMA**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS - CCH**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – PPGGEO**  
**QUESTIONÁRIO**

### **SEGMENTO 1 – Conhecendo o empreendimento**

- a) Nome ou Codinome do empreendimento comercial:
- b) Há quanto tempo está empreendendo no Centro Histórico de São Luís?
- c) Qual o ramo de atividades, serviços ou produtos oferecidos?
- d) É empreendedor autônomo/informal sem formalização? Por quê?
- e) Possui registro como microempreendedor individual ou possui outro tipo de registro? Qual?
- f) Qual o porte de sua empresa: Microempresa, pequena ou média empresa?
- g) Quais fatores levaram você a empreender no Centro Histórico de São Luís?

### **SEGMENTO 2 – Relacionamento empreendedor com o Centro Histórico e a Economia Criativa**

- a) Você tem simpatia/carinho ou aversão pelo Centro Histórico de São Luís?
- b) Sabe nos dizer algo sobre a importância do Centro Histórico de São Luís como Patrimônio Cultural da Humanidade?
- c) O que isso representa para você?
- d) Saberria dizer-me quais são atividades empreendedoras e criativas que estão instaladas aqui no Centro Histórico de São Luís?
- e) Considera essa atividade empreendedora realmente criativa? Por quê?
- f) Existem investimentos financeiros por parte das autoridades para incentivar o empreendedorismo criativo?
- g) São oferecidas oportunidades de estudo sobre empreendedorismo criativo ou *e-commerce* (comércio virtual), por parte das autoridades locais?
- h) Você já participou de algum curso, palestras ou outros eventos que lhe motivasse a permanecer nessa atividade?
- i) O que deveria haver de mais promissor para sua atividade empreendedora?

Agradeço sua colaboração, e lhe desejo sucesso no seu empreendimento.